



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

CENTRO DE CIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MESTRADO EM GEOGRAFIA

CÍCERO ERIVALDO DE LIMA

**AGRICULTURA CAMPONESA, PRONAF
E INICIATIVAS AGROECOLOGICAS NO MUNICIPIO CRATO-CE**

**FORTALEZA - CEARÁ
2011**

CÍCERO ERIVALDO DE LIMA

AGRICULTURA CAMPONESA, PRONAF
E INICIATIVAS AGROECOLOGICAS NO MUNICIPIO DO
CRATO-CE

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de concentração Dinâmica Ambiental e Territorial, linha de pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Professora Doutora Alexandra
Maria de Oliveira

FORTALEZA-CEARÁ
2011

CÍCERO ERIVALDO DE LIMA

AGRICULTURA CAMPONESA, PRONAF
E INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia em Área de concentração Dinâmica Ambiental e Territorial.

Aprovado em 31/08/2011

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Professora Doutora Aldiva Sales Diniz
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Professor Doutor Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará - UFC

A minha filha Ana Cecília, a minha esposa Ana Maria e minha mãe Maria Valdelice

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford pelo apoio financeiro com a Bolsa de estudo, à equipe da Fundação Carlos Chagas que coordena no Brasil o Programabolsa, professoras Fúlvia Rosenberg, Maria Luisa Ribeiro, Marli Ribeiro e Márcia Caxeta. Às contribuições da Professora Maria Soares da Cunha pela dedicação e apoio necessários ao trabalho intelectual, ao professor Ivan Queiroz da URCA e aos professores do Departamento de Geografia da UFC; Professores Doutores José Levi Sampaio, Francisco Amaro Gomes de Alencar, Professora Doutora Maria do Céu de Lima e em especial, minha orientadora a Professora Doutora Alexandra Maria de Oliveira. Aos professores da Faculdade de Educação da UFC, Professor Doutor Henrique Cunha Júnior e a Professora Doutora Joselina. Aos meus pais Maria Valdelice e João Vicente e familiares Walkiria de Lima e minha sobrinha Mylenna. Waleska Ventura. As amigas e irmãs Antonia Mendes de Araújo, Verônica Neuma, Valéria Gercina, Vasleca Célia e todos do Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC pelo apoio. Ao Grupo de Estudo de Geografia Agrária, pela força de Cícera Inara, Cícero Nilton e Thiago Roneire. As famílias do Assentamento 10 de Abril pela receptividade. A Secretaria de Educação do Município do Crato pelo apoio e aos diretores do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Crato pela atenção dispensada para as entrevistas e as conversas informais.

RESUMO

O estudo da agricultura camponesa e das transformações ocorridas no âmbito da produção no campo brasileiro são eixos de preocupação social, política e acadêmica. O reconhecimento da agricultura camponesa como atividade produtiva se deu pela ação dos movimentos sociais do campo, a partir dos anos de 1990. Também foi nesse período que o Estado garantiu por meio de recursos públicos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para financiamento aos agricultores camponeses. O tema agricultura camponesa, hoje, está em foco, por causa de sua importância na política de segurança alimentar, dada sua representatividade no mercado interno de alimentos e matérias-primas. E também por oferecer contribuições para a sustentabilidade como à proposta da agroecologia, prática inovadora que consiste na utilização racional da terra e na equidade de inclusão social, pela sua participação social na produção. Esta pesquisa reflete sobre a agricultura camponesa em seu papel de prover diferentes formas de convivência e permanência no campo. Objetiva analisar os desafios do acesso aos recursos do PRONAF e o desenvolvimento de ações e inovações das práticas agroecológicas como alternativas para a permanência no campo tendo como foco de análise o Assentamento 10 de Abril no município do Crato, Estado do Ceará, a partir dos anos 1990. Investigou experiências de inovações agroecológicas e técnicas alternativas para o convívio e o uso racional da terra, visualizando o trabalho realizado por instituições que atuam junto aos camponeses. A fundamentação teórica baseia-se autores como José de Sousa Martins (1983 e 2003), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993, 1995, 2004 e 2010), Manoel Correia de Andrade (2005), Oliveira (2005) e Alencar (2007) que tem por base a teoria social de Marx e trouxe rica contribuição no pensar o campesinato e sua permanência no modo de produção capitalista. Por fim, nas análises conclui-se que as demandas dos camponeses não foram atendidas. Uma política agrária com acesso aos recursos hídricos deve ser enquadrada como política pública do Estado, bem como o PRONAF que necessita de reajustes para viabilizar a melhoria de vida dos camponeses com o incremento das iniciativas agroecológicas que precisam de maior difusão e apoio dos gestores.

Palavras-chaves: Agricultura Camponesa, Financiamentos rurais, Instituições Camponesas, Agroecologia.

ABSTRACT

The study of peasant agriculture and the changes occurring within the production in the Brazilian countryside and agricultural space are axes of social concern, political and academic. The recognition of peasant agriculture as productive activity took place through the action of social movements from the 1990s. It was also during this period ensured that the state of public resources through the creation of PRONAF (Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar) for funding of peasant farmers. The theme of peasant agriculture today is in focus, considering its importance in food safety policy, given their representation in the internal market for food and raw materials, as well as offering contributions to sustainability and ecology, an innovative practice that is rational use of land and equity of social inclusion, as one of its features is the participation in social production. This research aims to reflect peasant agriculture in its role to provide different forms of coexistence and permanence in the field. For this, it aims to analyze the challenges of access to resources PRONAF (Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar), focusing mainly on the settlement on 10 de Abril in the municipality of Crato - Ceará State, from the years 1990 to investigate experiences of Agroecology innovations and alternative techniques for gathering and rational use of land, viewing the work of institutions that work with the peasants. For this study, we as a methodological basis of Marx's social theory seeking to understand the interpretations of authors who discuss ideas regarding vision of the peasantry and its continued existence and the capitalist mode of production. Finally, the analysis concludes that the peasants` demands were not met. An agrarian policy with access to water resources should be classified as state public politic and PRONAF requiring adjustments to enable the improvement of the peasants with the increase of Agroecology initiatives that need wider dissemination and management support.

Keywords: Peasant – Rurals Funds - Peasants institutions - Agroecology

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 01	Evolução do PRONAF em bilhões de reais 1999-2008	50
Figura 02	Mapa de localização do município do Crato	71
Figura 03	Mapa dos Pontos d'água do município do Crato	72
Fotografia 01	Manifestação das Trabalhadoras e Trabalhadores do Crato	42
Fotografia 02	Crato - Manifestação do Dia Internacional da Mulher -2005	75
Fotografia 03	Crato- Manifestação do STTR - 1998	76
Fotografia 04	Crato- Grupo Urucongo de Artes -2010	78
Fotografia 05	Crato- Dança das Mulheres do coco da Bela Vista - 2011	79
Fotografia 06	Crato- Sitio Pai Mané- Área de proposta para Agrofloresta	91
Fotografia 07	Crato- Feira agroecologica de Ponta da Serra - 2010	93
Fotografia 08	Crato- Assent. 10 de Abril-Quintal produtivo da Dona Ana	104
Fotografia 09	Crato- Assent. 10 de Abril- Mandala do Grupo de jovens	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Imóveis rurais por categoria no Ceará 1992	31
Quadro 02	Brasil- Grupos do PRONAF – 2010	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Assent. 10 de Abril- Modalidades do PRONAF acessadas - 2010	60
Tabela 02	Assent. 10 de Abril- Atividades desenvolvidas antes do Assentamento - 1990	61
Tabela 03	Assent. 10 de Abril- Renda das famílias - 2010	62
Tabela 04	Assent. 10 de Abril- Empresa e/ou instituição que executa assistência técnica – 2010	66

LISTA DE SIGLAS

ACB - Associação Cristã de Base

APA - Área de Proteção Ambiental

ASA - Articulação do Semi-Árido

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CMDS - Conselho Municipal de desenvolvimento Sustentável

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COMUT - Conselho Municipal do Trabalho

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ELIRU - Escola de Líderes Rurais

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

FETRAECE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

FNRA - Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GAAS - Grupo de Apoio e Articulação Sindical

GTB - Grito da Terra Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

ONGs - Organizações Não – Governamentais

PADRS - Programa Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

PROCERA- Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIS-CE - Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SDA - Secretária de Desenvolvimento Agrário

STTR - Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais

URCA - Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - A AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL	16
1.1 A Agricultura Camponesa e o Espaço Agrário Brasileiro	16
1.2 O movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais no Cariri cearense	34
2 - O PRONAF NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL – CRATO - CEARÁ	47
2.1 A criação do PRONAF e os meios de acesso.	47
2.2 O PRONAF no Assentamento 10 de Abril	60
3 - A AGRICULTURA CAMPONESA NO CRATO	70
3.1 O município do Crato	70
3.2 As iniciativas sócio-organizativas e a busca pelo direito de acesso ao crédito	74
3.3 O Assentamento 10 de Abril e o Caldeirão: Práticas e inversões territoriais	82
3.4 As inovações técnicas: Agroecologia e as experiências dos quintais produtivos no Assentamento 10 de Abril	89
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	113

INTRODUÇÃO

O estudo da agricultura camponesa e das transformações ocorridas no âmbito do espaço agrário brasileiro são eixos de preocupação social, política e acadêmica. A agricultura camponesa mudou, mas continua essencial para todos os povos que a exercem, apresentando-se, hoje, como estratégia de garantia de segurança alimentar, bem como de fixação de homens e mulheres nas áreas rurais. É certo que inúmeras famílias sobrevivem por meio do trabalho em atividades rurais, fato que não pode ser negligenciado. Assim é necessário entender os desafios e as possibilidades que essa atividade rural tem encontrado ao longo dos anos.

Nos anos de 1990, período inicial de análise dessa pesquisa foi desencadeada vasta agenda de mobilizações nacionais em Brasília, com manifestações nas capitais dos Estados, caminhadas e atos como ocupação de terras e de prédios públicos para garantir melhorias e reivindicar demandas locais, como ocorridos no município do Crato. Nesse período, o Estado brasileiro alocou recursos públicos com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para financiamento de custeio e investimento em atividades em regime de economia familiar, sendo esse programa uma das reivindicações do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Atualmente a discussão da agricultura camponesa está em foco, pela sua importância na política de segurança alimentar e sua representatividade no mercado interno de alimentos e de matérias-primas. Além disso, ela oferece contribuições para a sustentabilidade e a equidade de inclusão social, pela sua participação social na produção.

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico sobre a agricultura camponesa, no que se refere às reivindicações para a conquista da terra e a garantia de acesso ao crédito rural. Alguns dados obtidos foram solicitados às instituições envolvidas, enquanto outros foram apanhados de publicações científicas, de observação direta do objeto pesquisado, de levantamento cartográfico. A pesquisa de campo constou de aplicação de questionários a 30 famílias de camponeses das 54 que compõem o Assentamento 10 de Abril, no município do Crato. Fora do Assentamento foram entrevistados representantes de instituições governamentais e de ONGs, e camponeses em comunidades rurais do município. Os fatores que contribuíram para o êxito dos questionários foram o contato e o

conhecimento do pesquisador com os assentados, já estabelecidos em anos anteriores, durante o trabalho desenvolvido pelo movimento sindical de trabalhadores rurais do Crato como dirigente sindical por 9 nove anos.

A pesquisa reflete sobre a agricultura camponesa em seu papel de provedora de diferentes formas de convivência e permanência no campo. Objetiva fazer uma análise do crédito rural, tendo como foco principal o Assentamento 10 de Abril, localizado no distrito de Monte Alverne, no município do Crato, Estado do Ceará, a partir dos anos de 1990. Visa também a investigar iniciativas agroecológicas de práticas alternativas para o convívio e o uso racional da terra, visualizando o trabalho realizado por instituições que atuam junto aos camponeses.

De acordo com a análise da Geografia, e segundo Souza (2006), sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) por meio do trabalho e depois agregando continuamente valor ao espaço social ao modificá-lo e retrabalhá-lo, estar-se-á também diante de um território, e não de um espaço econômico. Nesse sentido, a pesquisa levou em consideração a visão do município do Crato como território dinâmico em que os contrastes e as relações políticas e sociais se estabelecem em conjunto com as interações e regras, e o Assentamento 10 de Abril apresenta-se nesse contexto como parte integrante desse território. Nesta pesquisa foi estudada a agricultura camponesa, levando em conta a discussão do espaço agrário e a concentração da propriedade da terra no Brasil.

Para analisar as ações encaminhadas pelos camponeses, estudou-se o movimento sindical de agricultores no Cariri cearense bem como os quintais produtivos, as iniciativas agroecológicas e a busca pelo direito de acesso ao crédito, tomando-se como base as experiências do Assentamento 10 de Abril, pela sua história de mobilização e por ser uma das áreas de assentamento que mais receberam recursos do PRONAF no município.

Essa dissertação está assim estruturada: No primeiro capítulo, abordo a agricultura camponesa no Brasil fazendo um breve relato histórico do campesinato, adentrando no movimento sindical de trabalhadores rurais no Cariri cearense, refletindo os acontecimentos e suas ações na esfera nacional e local. No segundo capítulo analisamos o PRONAF, sua criação, suas linhas de créditos, o decreto de criação e realizamos uma avaliação síntese do

programa, tendo como foco o Assentamento 10 de Abril com as linhas de crédito destinadas para esse público. No capítulo 3 aborda a agricultura camponesa no Crato, trazendo à localização geográfica do município onde apontamos as iniciativas sócio-organizativas, a busca pelo direito de acesso ao crédito e as inovações técnicas com as experiências agroecológicas como os quintais produtivos em três comunidades e no Assentamento 10 de Abril.

Na parte final do texto, concluo fazendo uma rápida avaliação do PRONAF como uma política de crédito, indicando caminhos para os desafios apresentados e as alternativas de convivências no campo.

1 - A AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL

1.1 O Agricultor Camponês e o Espaço Agrário Brasileiro

Nas últimas décadas, a atividade rural e o campo sofreram marcantes transformações, nas relações de produção das famílias. Os ganhos e os benefícios não representaram avanços que melhoram de forma significativa a vida dos camponeses e de suas famílias. As mudanças nas atividades no campo são atribuídas a determinadas contradições do próprio sistema capitalista. Os estudos dessa temática apontam para o avanço do capitalismo no campo. Nessa visão, o camponês resistiu a esse avanço, conforme autores como José de Sousa Martins (1983; 2003), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993, 1995; 2004 e 2010) e Manoel Correia de Andrade (2005).

A história do campesinato brasileiro foi marcada por lutas e desafios, do período do colonialismo até os dias atuais. Ao longo do tempo, criaram-se meios de manter sua existência no campo. Pela reação às transformações impostas, surgiram assim estratégias de ação, baseadas nas ideias de enfrentamento aos proprietários de terras por meio de elementos capazes de gerar resistência e buscar a garantia das suas reivindicações.

Martins (1983) diz que:

As palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região. (MARTINS, 1983, p. 21).

Nesse horizonte, a origem do conceito de campesinato nos remete aos dias atuais. Esse representa os diversos anseios nutridos de classe social que resiste ao longo do tempo às investidas do capitalismo, tendo dessa maneira, todo um significado que não pode ser modificado e reelaborado a qualquer tempo. A idéia de campesinato na sua origem passa,

portanto, por uma posição política de como interpretar as reivindicações de determinado grupo social.

Sobre as palavras “camponês” e “campesinato” Martins (1983) afirma ainda que:

São palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das cidades e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçosos”, que não gostam de trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas. (MARTINS, 1983, p. 22).

Nesse comparativo, Martins (1983) segue afirmando que essas palavras se aproximam do mesmo sentido atribuído aos indígenas e negros escravos, que recebiam essas designações por parte dos senhores de engenho e dos colonizadores, como se constata, observando que estes últimos estão ausentes das histórias oficiais do povo brasileiro. A história oficial do Brasil é constituída de grandes senhores, bandeirantes, marqueses, condes e duques, senhores e generais.

Sobre a história da formação do Brasil, Martins (1983) diz ainda:

A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. A mesma exclusão, aliás, afeta também o índio, esse parente próximo do camponês brasileiro. Até hoje não se reconstituiu a história das lutas indígenas no Brasil, as formas do confronto entre índios e brancos que continuam até nossos dias. Do mesmo modo, quase nada sabemos sobre a resistência e as lutas do escravo negro. A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes. (MARTINS, 1983, p. 26).

Assim, o camponês luta para construir uma história diferente, em que os meios de produção estejam ao alcance dos setores que produzem alimentos para a mesa de todos, de forma que não se deseja construir uma categoria que tenha privilégio, mas que possa ser reconhecida no seio da sociedade. O anseio da maioria dos camponeses é a garantia da permanência no campo com condições dignas e justas para poder viver.

Oliveira (2004) discute o papel da agricultura camponesa com base nas mudanças estruturais e em como elas se configuram no cenário nacional, afirmando que:

O estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores que expressam diferentes vertentes do marxismo. Por exemplo, há autores que defendem o ponto de vista que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso, eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva, seria

preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. (OLIVEIRA, 2004, p. 34).

O autor cita, em seguida, os principais nomes dos defensores dessa corrente que afirma que o capitalismo está penetrando no campo. Posteriormente, descreve a outra vertente defensora:

O campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de 'resíduo' social que o progresso capitalista extingiria. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar dívidas, e com isso os camponeses tornar-se-iam proletários. (OLIVEIRA, 2004, p.34)

Nessa perspectiva, Oliveira (2004) afirma que nos estudos acerca da agricultura no Brasil há autores que defendem que na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses do futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada como composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletário (os trabalhadores); acrescenta que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses, colocando-os na situação de reacionários, que “sempre ficam do lado dos latifundiários”. Entretanto, percebe-se que há na ideia uma generalização, uma vez que os segmentos organizados têm manifestado ou criado mecanismos de resistência ao modelo opressor imposto pela burguesia, passando a ocupar espaços nas instituições representativas e pautando suas demandas.

Ainda segundo Oliveira (2004), compreender o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. O autor citou dados que permitem relacionar o aumento do número de posseiros no Brasil entre os anos de 1960 a 1995, e relatou que se as teses da extinção do campesinato de fato tivessem capacidade explicativa os posseiros deveriam ter-se tornado proletários. Percebe-se, ao contrário, um cenário cuja capacidade organizativa do campesinato não condiz com os estudos realizados anteriormente.

É essa a realidade no Cariri cearense, configurada de acordo com as argumentações de Oliveira. Basta que se analise nos últimos anos à busca pela garantia da terra para os camponeses que, organizados, buscaram conquistar terras para os seus cultivos.

Exemplo, a conquista do Assentamento 10 de Abril, que será tratada no Capítulo 3 desta pesquisa, bem como a conquista do Assentamento da Serra Verde, entre os municípios de Farias Brito e Caririaçu, e do Assentamento da Fazenda Acocy, no município de Campos Sales, além de projetos de reforma agrária desenvolvidos em várias outras comunidades dos municípios caririenses. Isso demonstra que as lutas pela permanência no campo ocorrem a cada dia. Contudo, ainda há uma demanda de camponeses que buscam em suas organizações condições de trabalho por meio de práticas alternativas de desenvolvimento para a permanência em suas próprias comunidades.

No debate teórico do desaparecimento ou não do campesinato, ressoa ainda o uso de conceitos e nomenclatura direcionados aos camponeses. Para caracterizar o estudo da agricultura nesta pesquisa, optou-se pelo termo agricultura camponesa, tendo em vista a influência recebida por setores do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais com a criação do PRONAF, exatamente no período do corte histórico definido para as análises dos desafios enfrentados por essa categoria social – os anos de 1990. O conceito de agricultura familiar teoricamente foi entendido como não necessário para a compreensão das questões levantadas. Foram levadas em consideração as reivindicações conquistadas, fruto do campesinato, que historicamente resistiu às pressões do capitalismo e se manteve no campo como nos assentamentos e projetos de reforma agrária.

Nas novas abordagens e terminologias criadas sobre o campesinato, Wanderley (1996) afirma que a agricultura camponesa vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funde com propriedade, trabalho e família. No entanto, existem particularidades no interior do conjunto maior da agricultura camponesa que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. A autora afirma, ainda, que a agricultura familiar não é camponesa apenas por ser pequena, mas por ter sua natureza determinada pelas relações internas e externas. A agricultura de subsistência organiza a produção sem vincular a constituição de um patrimônio fundiário. No sentido clássico, os que a praticam são agricultores, e não camponeses.

Ainda na visão de Wanderley (1996), multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesa nas sociedades modernas, no momento em que o modo de

produção capitalista pode apropriar-se do lucro do camponês, como faz com todo trabalhador, pela medição da troca, conservando assim sua forma de pequeno produtor mercantil. Com isso, pode-se perceber que a agricultura se reproduz no interior das sociedades capitalistas, e que os agricultores camponeses, portanto, utilizam estratégias diferenciadas para sua continuidade no campo, seja resistindo às dificuldades de produzir em pequenas áreas, seja pagando renda pela utilização da terra de proprietários.

Assim, no modo de produção capitalista, os grandes empresários têm na atividade dos agricultores camponeses uma forte aliada para desenvolver a produção de alimentos e gerar renda. Dada a variedade da produção, do trabalho familiar e das relações de cooperação – que vão desde a produção até a comercialização, tendo como destino final o consumidor –, fatalmente haverá aumento de produção e de renda

Schneider (2004) utiliza o termo agricultura familiar para discutir o papel da agricultura, com base em mudanças estruturais e no modo como elas se configuram no cenário nacional. O autor afirma que

[...] A análise das novas formas de trabalho e de reprodução dos colonos-operários demonstrou como o assalariamento e as atividades não-agrícolas permitiram que os colonos continuassem vivendo em suas propriedades e em sua comunidade local. A terra e o trabalho na agricultura tiveram seu sentido originário alterado e assumiram características distintas (SCHNEIDER, 2004 p. 19).

Essas novas formas de trabalho apresentadas pelo autor diferem da análise desta pesquisa, tendo em vista as atividades e estratégias criadas pelos trabalhadores no campo. O que de fato contribuiu para a permanência das famílias foram as experiências desenvolvidas pelas instituições organizativas e de assessoria dos camponeses, a exemplo da captação d'água por meio das cisternas de placas e das barragens subterrâneas, que propiciaram a melhoria da qualidade da água utilizada nos lares rurais.

Essas experiências foram adotadas nos últimos anos como políticas públicas do governo federal e de governos estaduais, como o Governo de Cid Ferreira Gomes (2007-2011) no Estado do Ceará, por meio do programa intitulado “Por um Milhão de Cisternas” em parceria com a Articulação do Semiárido (ASA), instituição que envolve mais de 600 organizações em todos os estados do Nordeste e em parte do Sudeste. Outras alternativas difundidas em todo o País foram tipicamente agroecológicas, que incluem: o uso racional da terra; a criação de pequenos animais; as casas de sementes; os quintais produtivos, e as

mandalas, com o cultivo de hortaliças e frutas nativas.

A sobrevivência no campo proporcionada pelas estratégias de produção no sistema capitalista leva as famílias à busca de alternativas de permanecerem no seu lugar de origem, quer vivendo totalmente do cultivo da terra, quer não se distanciando do mundo rural. Mesmo assim, essas famílias não estão isentas da exploração do capital, desde a produção até a comercialização, que não impede a vantagem do mercado de procurar sempre lucrar na relação capital e trabalho.

Por ocasião da pesquisa de campo no Assentamento 10 de Abril, observou-se que os meios utilizados na produção agrícola vão além dos utilizados na produção agrícola de cereais (agricultura de sequeiro). Existe no Assentamento a criação de gado em área coletiva, sendo a produção (leite) distribuída de forma igualitária, de acordo com o número de famílias participantes do trabalho em conjunto. Há ainda o projeto de apicultura financiado pelo PRONAF, em que as familiares participantes comercializam a produção no mercado local e os quintais produtivos com o cultivo de hortaliças realizado por mulheres assentadas. Esse cultivo é praticado pelas experiências e pelo acompanhamento da Associação Cristã de Base (ACB) que organiza a feira agroecológica durante a semana, na sede do município do Crato. A ACB vislumbra uma experiência que difere das tradicionais formas de comercialização da produção, na qual existe uma relação direta do produtor com o consumidor, o que permite um ganho real no produto produzido.

Essa relação do camponês com a comercialização de sua produção é relatada no estudo da evolução da agricultura na sociedade capitalista e da proletarianização do camponês. Segundo Kautsky (1980),

O fato de que a destruição da indústria camponesa de sustentação obriga o pequeno lavrador a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência, mas nenhum excedente negociável. O pequeno lavrador dispõe, de fato, do tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certo período do ano. Ele não cobre suas necessidades de dinheiro com a venda de seus produtos excedente. Assim, ele se apresenta perante o mercado da mesma forma que o faz o proletário de qualquer propriedade particular. Na qualidade de dono de terra, ou como produtor de gêneros alimentícios produzidos em solo próprio, ele não trabalha para o mercado, mas para a sua própria casa que se encontra ligada intimamente. (KAUTSKY, 1980, p. 225).

Contudo, em diferentes momentos da história essa questão apresenta-se com

características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção sofre modificações por causa das novas referências formadas mediante as transformações da realidade. As atividades hoje desempenhadas pelo camponês indicam que ele abriu novas possibilidades de subsistência e conseqüentemente com outras formas de comercializar, visto que de maneira inovadora as famílias vêm se mantendo no campo, com uma vasta variedade de produção agrícola e não-agrícola. O entendimento desse fato leva a uma discussão teórica, em que se interroga: ainda existe campesinato?

Sim, existe. Os meios de vida ou estratégias de ações encontrados para a permanência no campo mudaram e nem por isso o camponês deixou de existir. Ao contrário aumentam as possibilidades de fortalecimento da qualidade de vida com as experiências e as alternativas criadas pelos próprios camponeses e suas instituições que reivindicam a reprodução dessas ideais como o exemplo das cisternas de placas e as iniciativas agroecológicas difundidas pela ASA que vem sendo implantadas em todo Nordeste brasileiro.

A vida no campo com as novas inserções tecnológicas modificou as características das comunidades rurais. As famílias passaram a cada vez mais usar e produzir alimentos que até antes eram vistos apenas nas áreas urbanas. Os hábitos do campo foram modificados pela presença de elementos que anteriormente não se costumava ver: a conversa na calçada foi substituída pela televisão, que toma espaço em boa parte dos lares rurais, e o trabalho manual da utilização de equipamentos antigos foi substituído pelo uso de vários outros produtos e eletrodomésticos. Isso tudo exigiu a necessidade de uma maior produção agrícola, e estimulou na população rural o desejo de consumir mais, o que provocou um aumento no consumo de novos produtos típicos das áreas urbanas.

Em relação à força de trabalho fora da propriedade familiar, a contratação de mão-de-obra ocorre apenas para suprir a insuficiência que sobrevém durante determinados períodos do ano, geralmente do plantio e da colheita. Essa contratação acontece porque algumas famílias se vêem necessitadas do trabalho de pessoal fora da propriedade para não comprometer o bom desempenho da produção, os possíveis atrasos no encaminhamento das tarefas. Essas famílias na maioria possuem pouca disponibilidade de mão-de-obra dos filhos, que geralmente são menores de idade, ou são famílias formadas por casais idosos, o que dificulta a execução de algumas atividades que requerem força física.

Para Oliveira (2001), esse processo de contratação de trabalho extra familiar é um elemento componente da produção camponesa.

Através do trabalho acessório, o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades. (OLIVEIRA 2001, p. 57).

Compreendendo dessa forma, Sigaud (1981) enfatiza que esse trabalho assalariado é um recurso do qual o camponês se serve para suprir alguma necessidade da unidade camponesa e, ainda afirma que ele constitui um pressuposto de uma produção de tipo camponesa, isto é, baseada no trabalho familiar e visando atender às exigências de consumo e da família. No caso da pequena produção camponesa, o trabalho assalariado aparece sempre subordinado ao trabalho familiar.

Esses autores se opõem a Kautsky (1980), quando escreveu “A questão agrária”, ainda em 1899, apontando que o trabalho assalariado, quando passa a existir para assegurar a reprodução da família, constitui um indício de proletarização dos camponeses, diferindo do que ocorre na unidade campesina, em que o trabalho acessório é visto como um complemento de renda que acontece quando necessário, bem como uma forma de complementar a mão-de-obra familiar. Nesse caso, o camponês tanto pode liberar membros de sua família como contratar outros camponeses, sem com isso perder a sua condição camponesa.

Essa outra situação, em que o camponês libera um ou alguns membros de sua família para o trabalho na cidade, também é uma forma de reprodução camponesa, pois o assalariamento aqui serve para ajudar algumas despesas dentro da unidade familiar, contribuindo, dessa forma, para a reprodução.

Nesse caso, pode-se afirmar que a saída de um membro da família passa também pela necessidade da reprodução da unidade camponesa. Assim, muitas vezes o que pode ser interpretado como evidência da proletarização pode ocultar estratégias de fortalecimento do campesinato que, mesmo usando de forma estratégica a força de trabalho, não põe em risco a existência e a sua especificidade.

As estratégias de permanência no campo e as ações de reivindicações das instituições representativas dos camponeses proporcionaram debates e discussões

relacionados às novas interpretações do conceito de agricultura familiar, bastante difundido no Brasil desde anos de 1990. Utilizado pelos órgãos do governo federal, mediante a criação do PRONAF e pelo próprio Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, esse conceito se desenvolveu com a defesa do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), baseado na agricultura familiar, como proposta para o desenvolvimento do campo, conforme definições:

A partir do 6º Congresso da CONTAG, realizado em 1995, várias iniciativas foram tomadas para dar materialidade às proposições oriundas daquele Fórum deliberativo do MSTR. Dentre as deliberações destaca-se o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Baseado na Agricultura Familiar. (CONTAG, 1997, p. 3)

Na visão dos dirigentes sindicais, o projeto de desenvolvimento descrito como alternativo é orientado pela inserção de toda a sociedade no processo produtivo e social. Para eles, as propostas e experiências organizativas devem garantir a incorporação dos setores hoje excluídos do mercado e das políticas sociais. Parte, portanto de uma concepção de desenvolvimento em que todos os setores da sociedade atingem um patamar mínimo de qualidade de vida e renda.

Essa aceitação de mudança de conceito direcionou a maioria dos sindicatos filiados à CONTAG em todo o território nacional, embora setores e organizações camponesas permanecessem na defensiva dos princípios camponeses, como, por exemplo, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros. Nessa análise há direcionamento de que o conceito de agricultor familiar uniformiza o camponês, desconsiderando as mais diversas situações e peculiaridades sempre visíveis em cada família camponesa em todo o território nacional brasileiro, a exemplo da luta pela garantia da terra, da valorização dos seus produtos e ainda da própria permanência no campo.

Leva-se em consideração que a atividade rural no Brasil, desde o período colonial, foi realizada de forma extensiva como atividade que reflete sobre o mercado externo e a utilização de vastas áreas para grandes cultivos, considerando a relação de poder constituída no espaço rural brasileiro. Conforme Prado Júnior (1981):

Todos os produtos da grande lavoura – açúcar, algodão, tabaco e os demais – se consomem igualmente no país; e neste sentido, portanto, são também de subsistência. Da mesma forma, certos produtos que entram nesta última categoria se exportam, embora em pequenas quantidades e quase sempre ocasionalmente apenas.

Seriam, pois, de exportação. Mas a proporção é de tal modo favorável, no primeiro caso à exportação, no segundo ao consumo interno, que não há confusão possível. E além desse critério quantitativo, há que se considerar a natureza econômica intrínseca de uma e outra categoria de atividade produtiva: o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 157).

A produção camponesa cultivada em pequenas áreas, em comparação com as grandes propriedades, produz mais para o consumo interno, dada a variedade de produtos cultivados, enquanto a grande propriedade desenvolve a monocultura, como foi afirmado por Prado Júnior. Nos dias atuais, essa realidade se mantém igualmente como o desenvolvimento da produção de bicompostíveis com base na utilização da cana-de-açúcar e manona, tendo sempre em vista o mercado externo. Para esse propósito, sempre foram utilizadas grandes áreas e a propriedade da terra permaneceu nas mãos de poucas pessoas que, legitimados pelo Estado, mantêm ainda nos dias atuais uma estrutura agrária concentradora e excludente.

Um dos grandes problemas agrários no Brasil é a sua estrutura fundiária: de um lado, um pequeno número de proprietários de terras – os latifundiários – que monopolizam a maior parte das terras; no outro lado, grande número de posseiros ou proprietários, possuem uma área extremamente pequena – os minifundiários –, insuficiente para lhes permitir uma vida decente, com boa alimentação. Segundo Oliveira (2010),

É no momento da produção que a mais-valia é gerada pelo trabalho (das classes trabalhadoras), ou seja, é produzida; porém, é no momento da circulação que a mais-valia é realizada. É a partir dessa realização que se pode dar a distribuição dos frutos da produção, distribuindo a parte correspondente à remuneração do trabalho executado pelos trabalhadores e contido na mercadoria; o pagamento das matérias-primas e auxiliares e aquele correspondente ao desgaste dos meios de produção utilizados no processo de produção; e por fim a fatia referente à mais-valia, que é produto da exploração do capital sobre o trabalhador. Quando na agricultura o capitalista e o proprietário da terra são personagens distintas, objetivamente separadas e contrapostas, só após completado o processo todo é que o capitalista entrega (transferindo) ao proprietário a renda da terra. Quando ambos estão unificados em uma mesma pessoa, ele embolsa não só o lucro médio como também a renda da terra. (OLIVEIRA, 2010, p. 5-6).

A mais-valia continua nas mãos de quem possui a terra. Por outro lado, os camponeses não dispõem de terras suficientes para plantar suas lavouras. Quando cultivam em propriedades particulares, passam a pagar renda pelo uso da terra com uma parte do que foi produzido na terra ou mesmo em dinheiro e assim, cada vez mais, contribuem para o aumento do lucro dos grandes proprietários.

Na visão de José de Souza Martins (1983),

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1983. p.159-160).

Nessa perspectiva, as reivindicações dos camponeses pela terra não se tornam simplesmente uma questão isolada, mas sim uma luta de um segmento forte que precisa ser ponderada, pois o direito à terra representa parte das condições de produzir alimentos para milhares de famílias no campo e na cidade. Todas as outras conquistas se somam à garantia da terra para as necessidades primárias. O que está em confronto no espaço rural brasileiro entre os grandes proprietários e os camponeses sem-terra não é apenas uma disputa pela terra; é a questão política das relações do poder e do domínio por parte dos grandes proprietários, que querem manter as relações de exploração da mão-de-obra camponesa. Nesse sentido, o que se pode constatar é que a legislação da terra é questionada pelos segmentos organizados, que buscam a garantia da reforma agrária justa que de fato atenda às necessidades do trabalhador do campo.

Andrade (2005) retrata a estrutura fundiária no Nordeste abordando o seguinte:

Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização, e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos e respeitados, que permitissem maior estabilidade aos “meeiros” no Agreste e no Sertão e aos lavradores e “foreiros” na Zona da Mata. Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regularmente rendas aos proprietários, veem-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário. (ANDRADE, 2005p. 62-63).

Nessa situação em que a agricultura camponesa resiste, surgem os conflitos pela terra no Brasil que permanecem, embora tenham tido maior visibilidade na medida em que os movimentos populares passaram a ocupar propriedades públicas e particulares, almejando a garantia de terras. Movimentos como as Ligas Camponesas, exemplo de resistência nos anos 1950, são atualmente resgatados por vários movimentos de luta pela terra que se organizam em todo o País, como, por exemplo, o MST, que se destaca pela sua organização em todos os estados brasileiros.

A falta de uma política do Estado brasileiro que garanta a reforma agrária provocou ações violentas com mortes de camponeses. Por outro lado o aparato do Estado não assumiu a responsabilidade, como o que ocorreu em 1995, quando os camponeses sem-terra ocuparam a fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara – Rondônia. Conforme Mesquita (2002),

O massacre de camponeses que aconteceu em agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, tem a mesma gênese de tantos outros impingidos aos camponeses, posseiros e índios ao longo de 500 anos de luta pelo acesso e posse da terra no Brasil, evidenciando que o País ainda não resolveu a questão agrária. No dia 14 de julho de 1995, centenas de famílias de sem terra ocuparam uma parte da fazenda Santa Elina e na madrugada do dia 09 de agosto policiais e jagunços fortemente armados atacaram o acampamento, começando o massacre de Corumbiara. Posseiros foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudo, camponeses foram torturados. Tudo isso prova que no Brasil ainda não se fez reforma agrária e que as políticas agrárias e agrícolas têm contribuído para aumentar a concentração fundiária e a violência no campo. Os trabalhadores, através de suas lutas, têm tentado romper os 500 anos de repressão. Na apuração dos fatos, nos processos judiciais e no júri, ficou evidenciado que os camponeses é que pagaram muito caro por terem sonhado com o acesso à terra e por terem ido à luta para concretizar aquele sonho, que, afinal, é o sonho de milhares de sem terra. Ninguém foi responsabilizado pelas torturas que aquelas pessoas sofreram, os órfãos e as viúvas estão desamparadas, existe gente desaparecida até hoje e muitos trabalhadores estão debilitados física e emocionalmente, por sequelas causadas pelos maus-tratos recebidos durante a desocupação da fazenda Santa Elina. (MESQUITA, 2002, p. 2).

A busca dos camponeses pelo direito à terra levou a situação acima descrita, e infelizmente esses acontecimentos pouco ou em nada sensibilizou os setores mais reacionários que se articulam para manter a estrutura agrária no País. O que mais causou indignação foi a falta de agilidade do governo federal da época, que não resolveu em nada os conflitos existentes, não só no Estado onde ocorreu esse massacre, mas em todo o País.

Ainda segundo Mesquita (2002),

Enquanto os posseiros organizavam o seu acampamento, os fazendeiros já agiam. Especialmente Antenor Duarte do Valle, proprietário de grandes latifúndios, pressionava a justiça e a polícia. O processo de reintegração de posse foi sumário. Alguns fazendeiros, vizinhos da Santa Elina, obtiveram, na justiça, liminar de Interdito Proibitório. Vale dizer que estas fazendas deveriam, então, ter guarda da PM e se elas fossem invadidas por sem terra, a reintegração de posse seria sumária. A liminar de reintegração de posse da Santa Elina também foi sumária, três dias depois da ocupação já existia liminar de manutenção de posse e no mesmo dia a PM já estava na área para fazer cumprir a mesma. Nos casos de ocupação de terras no campo brasileiro, quando feita por trabalhadores, a justiça tem sido sempre rápida, no sentido de atender os latifundiários, e no caso da Santa Elina não foi diferente. A justiça foi rápida na expedição da liminar de manutenção de posse, e no dia 19 houve uma tentativa frustrada de desocupar a área. (MESQUITA, 2002, p. 2).

Nos dias atuais, os camponeses sem-terra continuam a organizar ocupações e os conflitos pela terra permanecem. Não foram essas intimidações com violência e assassinatos que pararam ou inibiram outras ocupações. A rápida ação dos magistrados a favor do cumprimento de uma legislação retrógada que beneficia os grandes proprietários não afetou as atividades dos movimentos dos camponeses organizados, que passaram a realizar constantes mobilizações pela garantia da terra e do crédito. Coincidência ou não, em 1996 foi criado o PRONAF em pleno auge das discussões e repercussões na imprensa nacional e internacional dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás.

Segundo o censo agropecuário do IBGE (2006), 2,8% das propriedades rurais caracterizam-se como latifúndios e ocupam mais da metade da extensão territorial agricultável do País (56,7%). Por outro lado, as pequenas propriedades representam 62,2% dos imóveis e ocupam apenas 7,9% da área total, embora sejam responsáveis por 85% do alimento que chega à mesa da população. Esse quadro gera altos índices de desigualdade social, além de impactos ambientais que se refletem em toda a sociedade.

Os movimentos sociais do campo, tais como o MST, a Comissão Pastoral da Terra – CPT que nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO). Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade: "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". E a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), organizaram manifestações em todo o País no evento anual iniciado em 1993, intitulado Grito da Terra Brasil (GTB), em forma de mobilização local com caminhadas, atos públicos nas capitais de cada estado e uma grande manifestação de caráter nacional em Brasília. Esse evento denunciava a falta de uma política agrícola e agrária dos governos estaduais e do governo federal que assegurassem de forma definitiva uma justa distribuição da terra.

As entidades representativas dos trabalhadores rurais desempenham, no plano nacional, papéis influentes para a regulamentação do projeto de lei que limita o tamanho da propriedade no campo, capaz de garantir a efetivação da reforma agrária. Como política definitiva de distribuição de terra.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) teve suas origens na década de 1980, quando nasceu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), que já aglutinava as diferentes entidades de luta pela terra no Brasil. A primeira Assembleia Popular Nacional aconteceu em Brasília, do dia 25 a 28 de outubro de 2005, com a presença de aproximadamente 8.000 participantes, para promover e ajudar o debate junto ao povo sobre o Brasil, e favorecer a elaboração dum projeto popular de nação. Participaram grupos ou representantes de muitas entidades (movimentos sociais, campanhas, fóruns, comitês, associações, articulações, sindicatos, pastorais, comunidades, redes, entre outros.), de 1998 até hoje existe o debate político na sociedade sobre a importância do limite da propriedade, no sentido de garantir um modelo de desenvolvimento que permita a regulamentação da lei agrária que tramita no congresso nacional, para que assim as grandes propriedades sejam obrigadas a cumprirem com o papel social que foi garantido na Constituição de 1988, mas que de fato ainda não se materializou.

Em 2000, a discussão sobre a elaboração da emenda constitucional do limite da propriedade, foi importante, tendo em vista as propostas encaminhadas. Além das atividades, envolvendo principalmente os trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, pescadores, ou seja, povos diretamente envolvidos na importância da limitação da propriedade e da materialização concreta do processo de Reforma Agrária no Brasil.

A concentração da terra representa também a concentração das riquezas, e a sua distribuição garantirá melhor qualidade de vida e a permanência das famílias no campo, evitando o aumento demográfico dos grandes centros urbanos e a melhoria na quantidade dos postos de trabalho, o que contribui para a inclusão social e a diminuição da violência. A mobilização da sociedade para a aprovação de um projeto de lei com esse objetivo, de distribuição melhor da terra, indica possíveis saídas para problemas como a falta de terra para a maioria dos camponeses:

Entre os direitos que são assegurados aos cidadãos e cidadãs brasileiros, o inciso XXII do artigo 5º dispõe que “é garantido o direito à propriedade”. Esta disposição constitucional é usualmente interpretada como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração nas mãos de poucas pessoas e grupos, imensas áreas, enquanto a maioria se encontra excluída. Estas poucas pessoas, os latifundiários, há 500 anos impedem através da força e com base em leis por eles

mesmos aprovados, que seja promovida uma ampla distribuição das terras no Brasil. (FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO – CARTILHA 2000. p. 6).

O direito à propriedade não deveria representar a concentração de grandes propriedades. A grande maioria das terras brasileiras está nas mãos de poucos, visto que a concentração da propriedade da terra no Brasil remonta à época do descobrimento, quando os portugueses aqui aportaram e se declararam senhores de tudo, desconhecendo as populações aqui existentes. Essa concentração perdura até hoje, conforme revelam os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006. Quase 50% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil têm menos de 10 hectares e ocupam somente 2,36 % da área. Na outra ponta do espectro fundiário, menos de 1% dos estabelecimentos rurais (46.911) tem área acima de um mil hectares cada, e ocupa 44% das terras.

No Estado do Ceará, como em todo o Brasil, persiste a concentração da terra. Conforme dados que se seguem pode-se descrever as variáveis.

No quadro 01, observa-se que a empresa rural se mantém na estrutura agrária do Ceará e com ela também se pode deduzir que boa parte dos recursos hídricos são mantidos juntamente com a terra na mão de poucas pessoas. Essa prática constitui uma forma da manutenção do domínio das forças políticas tradicionais.

Quadro 01
Ceará - Imóveis rurais por categoria - 1992

Categoria de imóvel	Total imóveis	Área total (ha)	Aproveitamento total imóveis	Área total (ha)	Aproveitamento explorado imóveis	Área (ha)	Aproveitável não explorado imóveis	Área (ha)
Minifúndio I	39.497	2.618.575,4	139.497	2.354.565,0	126.781	1.313.692,0	103.688	1.040.873,0
Empresa rural	10.375	2.587.627,2	10.375	2.260.665,0	10.375	2.154.093,5	5.169	106.571,5
Lat. p/ expl.	46.243	9.015.647,8	46.243	8.110.508,4	43.696	3.754.052,7	43.754	4.356.455,7
Lat. p/ dimen.	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0
Não classif.	286	12.393,1	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0
Total	96.401	14.234.243,5	196.115	12.725.738,4	180.852	21.838,2	152.611	5.503.900,2

Fonte : Dados cadastrais INCRA, 1992 Adaptado de Alencar(2005, p.18)

No Ceará concentração das terras e a improdutividade delas podem ser percebidas em viagens ao longo das rodovias, pelas vastas áreas sem cultivo, até mesmo aquelas próximas a rios e açudes. Vê-se moradores em seus casebres em crítico estado de conservação e se questiona. Esses moradores não usam essas áreas por que não querem? Não, eles não usam porque na realidade, o que na maioria das vezes acontece é que os moradores ou os empregados dessas propriedades não estão autorizados a fazer nenhum tipo de cultivo. Infelizmente, os mecanismos que assegurem uma mudança substancial dessa realidade do campo ainda não são concretizados. Como não há uma distribuição da terra e dos recursos naturais, não há também diminuição da pobreza e da concentração de renda.

Para Alencar (2005), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme as estatísticas cadastrais de 1992, o Ceará tem 196.401 imóveis rurais que ocupam 14.234.243,5 hectares, dos quais 12.725.736,4 são aproveitáveis, e 7.221.838,2 estão sendo explorados, restando, portanto, 5.503.900,2 hectares aproveitáveis, mas não explorados, isto é, 43,25% das terras do Ceará não são exploradas. Nesse entendimento, não houve ainda uma política agrária e uma vontade política que revertessem essa realidade, o que assegurariam a melhoria da renda dos trabalhadores e a melhor distribuição das riquezas. Os imóveis aproveitáveis que não são explorados deixam de contribuir para a sua função social,

negando, assim, a importância que teriam para garantir o fortalecimento da agricultura cearense e a produção de alimentos primários para a economia local.

Conforme Motta (2001),

As questões referentes às formas de adquirir a posse da terra no Brasil ocupam hoje um lugar privilegiado nos debates sobre a democratização do acesso aos títulos de propriedade no meio rural. É preciso, por um lado, discutir o problema da concentração da propriedade nas mãos dos grandes fazendeiros, o que nos remete a sua busca de autopreservação e da continuidade de seu poder econômico e político. Por outro lado, uma grande variedade de problemas se coloca também para os pequenos produtores (lavradores e posseiros), que vivem uma situação inversa aos supracitados grandes proprietários e se defrontam com as consequências advindas da injusta concentração fundiária do país. Desta situação, podemos inferir uma luta que atravessa toda a história da ocupação de terras no Brasil. (MOTTA, 2001.p. 2).

Os conflitos pela terra ocorrem e ainda continuam na maioria dos estados brasileiros, deixando em desvantagem os ocupantes sem-terra que são violentados e assassinados em emboscadas feitas pelos grandes proprietários e até mesmo pelo aparato policial do estado, como ocorreram em Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), não tendo sido esses acontecimentos e outros conflitos suficientes para que as ocupações deixassem de ocorrer.

Os movimentos sociais do campo permanecem em constantes reivindicações, seja por meio de ocupações em terras improdutivas ou mesmo de ocupações em prédios públicos a exemplo das sedes do INCRA - Ceará. Como forma de pressão para atendimento as reivindicações encaminhadas. Ocupações são rotineiras na superintendência regional do Ceará sediada em Fortaleza. Sempre que os sem-terra desejam agilidade em vários pleitos, usam essa estratégia de pressão, que de fato denota ter eficiência.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado do Ceará é outro órgão que sempre tem sua sede ocupada pelos trabalhadores rurais sem-terra, motivados para ver suas demandas atendidas, tendo em vista as atribuições que essa secretaria tem para com os camponeses assentados. Essa estratégia usada pelos movimentos sociais no campo aparece como uma saída para o problema da concentração fundiária e para a falta de recursos nos assentamentos já criados. Propostas exequíveis são apresentadas aos órgãos das esferas de governo. As reivindicações são na maioria das vezes negadas e a estrutura agrária permanece praticamente inalterada.

De acordo com Fernandes (2001),

Desde a década de setenta o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). No começo da derrocada da ditadura militar, os sem-terra recolocaram a reforma agrária na pauta política. No primeiro governo da Nova República foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que não se concretizou. A maior parte dos assentamentos implantados durante esse governo foi resultado das ocupações. Ainda nesse período, os trabalhadores conquistaram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). Nos governos Collor e Itamar, as políticas criadas para tratar da questão agrária mantiveram a repressão aos sem-terra. Também nesse tempo, os trabalhadores conquistaram alguns assentamentos, criaram o Sistema Cooperativista dos Assentados, além de diversos outros setores de atividades do movimento, dimensionando a luta pela terra e constituindo um projeto de desenvolvimento para o campo. (FERNANDES 2001 p. 7-8).

Enquanto os governos não encaminham uma política agrária com ações concretas, que de fato distribua a terra para quem nela trabalha e vive, as estratégias de ocupações e a criação de assentamentos rurais continuam. Essas ações são necessárias para que as instituições governamentais relacionadas possam atender às propostas apresentadas pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, pelo (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse entendimento, a garantia da terra não é a resolução de todos os problemas. Para os movimentos sociais que lutam pela terra aqui citados a reivindicação pela garantia da terra está relacionada à garantia do crédito agrícola, para que assim os camponeses produzam e permaneçam na terra. Programas como o PROCERA e o PRONAF são necessários para a permanência e a vida no campo.

As reivindicações dos camponeses ao longo dos anos foram encaminhadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais no Ceará – FETRAECE, pelas Ligas dos pobres do campo, o Movimento de Educação de Base entre outros, quando aglutinavam centenas de camponeses e suas famílias em mobilizações como: caminhadas, romarias, ocupação em prédios e atos públicos em praças e avenidas da capital e do interior.

1.2 O movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais no Cariri cearense

A estrutura fundiária no Ceará continua apresenta poucas modificações ao longo dos séculos, e a manutenção do domínio e dos meios de produção é vista como uma forma de controle social, tendo como opositores os índios, os negros e os camponeses, resistentes à estrutura do Estado burguês que desde os tempos remotos não atendem às reivindicações da classe trabalhadora. A história da resistência passa pelo sindicalismo, instrumento de ação forte que demonstrou o envolvimento dos agricultores camponeses fortalecendo as organizações de defesa dessa classe trabalhadora.

Sobre a organização da classe trabalhadora rural no Brasil, Martins (1983) ressalta o seguinte:

Embora formalmente reconhecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, os trabalhadores rurais não gozavam, no país inteiro, de direito de sindicalização. O processo era e é muito complicado, porque a fundação e legalização de um sindicato depende de reconhecimento do próprio Ministério do Trabalho, ao qual o sindicalismo está subordinado. (MARTINS, 1983, p. 77).

Em meados do século XX, os sindicatos tiveram grande interferência do Estado que, de uma forma estratégica mantinha sob controle as instituições organizativas dos camponeses. Percebe-se assim que os mecanismos de representação eram baseados na forte presença do Estado em todas as esferas de organização do povo. O Estado forte mantinha total controle sobre as mais diversas estruturas de poder.

O movimento sindical e as ligas camponesas emergiram no cenário nacional por volta dos anos de 1950. O Estado brasileiro, na época não reconhecia essas organizações e de forma não legalizada pelo governo, realizaram ocupações e organizaram clandestinamente, a classe trabalhadora rural.

De acordo com Stedile (2006),

As ligas camponesas se inserem como o mais importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960. Nesse sentido, as ligas são parte do condutor da história das lutas sociais de nosso povo, desde o período do colonialismo até nossos dias. Elas foram uma forma de organização das massas camponesas do Nordeste, em especial dos moradores dos engenhos na Zona da Mata e principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Como movimento de massa, não tinham muita formalidade organizativa,

apesar da existência de estatutos. Os camponeses se reuniam por local de moradia e planejavam lutas sociais para resolver problemas específicos. Havia unidade estadual e nacional, proporcionada por uma direção política coletiva e por um programa político. (STEDILE, 2006, p. 17).

Assim, as ligas camponesas são exemplo de luta e resistência, que de forma simples e eficiente encaminharam as diversas ideias de conquista de direitos para o povo do campo. Nos dias atuais, semelhantes ações desenvolvidas pelas ligas camponesas são seguidas pelo MST, destacando-se por não possuírem traços corporativos, pelo contrário, por apresentarem uma proposta de organização no campo inserida num ideal de sociedade. As mobilizações possuem uma contribuição forte, com ações de contestação no limite da legalidade, com repercussões nos setores médios das cidades. Os próprios desempregados urbanos têm se somado ao processo.

Essa perspectiva de lutas e mobilizações no campo possui grandes potencialidades, podendo constituir-se num polo contestador do capitalismo agrário brasileiro. A contradição básica no campo brasileiro opõe, de um lado, grandes agroindústrias e grandes empresas agrícolas, e, de outro, a população rural sem-terra ou com pouca terra. A única perspectiva de futuro para esses segmentos superarem a situação de miséria é a implantação de um novo modelo agrícola baseado em ampla distribuição de terra entre o campesinato.

A vida no campo está ligada à necessidade de resistência, e com ela a organização e a união de todos os camponeses foram necessárias para conquistar melhores oportunidades. O sindicalismo, logo em período posterior às ligas camponesas, foi o caminho para que muitos camponeses se reorganizassem no campo, embora controlado pelo Estado. Conforme Medeiros (1989),

A regulamentação do sindicalismo rural transformou a diversidade de organizações preexistentes em sindicatos e, no final de 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), centralizando a diversidade de organizações sindicais. Um ano depois, em 1964, com o golpe militar, finda – ou encontra enormes dificuldades de realização – o processo de mobilização política dos trabalhadores rurais. A repressão impediu a livre organização das classes populares e um grande número de sindicatos sofreu intervenção estatal. Com essa medida, o “sindicalismo de Estado” se difunde nos espaços rurais. Os sindicatos passam a uma posição de subserviência estatal, assumindo geralmente caráter assistencialista. Um dos instrumentos para este controle foi a criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), que estabelecia condições institucionais para que o sindicato assumisse funções de assistência sanitária e previdenciária. Esta passou a ser a prática predominante e, às vezes, a única dos sindicatos. (MEDEIROS, 1989.p.134).

O modelo de sindicalismo assistencialista foi difundido por todo o País, no espaço urbano e rural. No STTR do Crato os mecanismos empreendidos corromperam as lutas históricas dos camponeses. As reivindicações pela garantia da conquista da terra e pelo acesso ao crédito foram substituídas por atendimentos de consultas: médicas, odontológicas, oftalmológicas e aposentadorias nas sedes dos sindicatos. As atividades burocráticas ocuparam a maior parte do tempo dos diretores efetivos e a maioria dos dirigentes sindicais passou a usar os cargos eletivos nos sindicatos como verdadeiros empregos para se perpetuar, usando para tal artifício o revezamento de cargos com um determinado grupo que deixava a maior parte do quadro de filiados inaptos para votarem no dia da eleição, dificultando as obrigações estatutárias como a participação nas assembleias e o pagamento de mensalidades. A esse tipo de prática sindical os dirigentes sindicais com concepções de esquerda chamam “pelego”, ou seja, pessoas que nos sindicatos trabalham sornateiramente contra os interesses dos trabalhadores, por não representar de fato as inspirações dos trabalhadores camponeses.

O Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Crato no Cariri cearense foi fundado em 1962, como iniciativa da Escola de Líderes Rurais (ELIRU). No princípio, contou com um avançado número de filiados que o procuravam para conseguir benefícios assistenciais. Esse programa beneficiou também milhares de outros sindicatos. Tornaram-se assim uma espécie de departamento do Ministério do Trabalho e deixaram de lado ações verdadeiramente importantes para a categoria.

A atividade agrícola nas décadas de 70 e 80 foi a grande propulsora da região, visto o seu potencial hídrico e a fertilidade dos solos. Nesse horizonte vários conflitos de posse de terra foram registrados em entidades de defesas dos agricultores camponeses limitando o tamanho das unidades que produzem alimentos. A forma rudimentar de utilizar a terra foi provocando o desgaste e queda da produção dado ao uso intensivo do fogo na preparação do roçado e a utilização demasiada, além dos longos períodos de estiagens que provoca a expulsão desses do campo pela ausência de uma política agrícola e agrária que beneficie um número crescente de famílias sem terra, que possam produzir em áreas próximas as fontes hídricas (rios) e açudes.

Essa problemática leva inúmeras famílias para as cidades, comprometendo a qualidade de vida e contribuindo para o surgimento de favelas, fato observado até em

pequenas vilas (distritos), que antes não tinham e com esses fatos passou a provocar a marginalidade; prostituição infantil, uso de drogas entre outras mazelas.

É nesse contexto que surge a ACB uma entidade que em 1982 e atualmente, aglutina agricultores camponeses, técnicos e profissionais liberais que a partir de um ponto de vista consciente, percebeu a necessidade de uma instituição que discuta o desenvolvimento local, tendo como foco a valorização e fortalecimento da pequena e média produção.

Assumindo o papel também de assessoria ao movimento sindical de trabalhadores rurais, ela foi responsável pela formação de lideranças na região do Cariri que se destacaram nos cargos da estância municipal, regional, estadual e nacional do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR e na mobilização dos trabalhadores (as) na luta pela terra como ocorreu em 1991 a ocupação do lugar histórico, Caldeirão da Santa Cruz do Deserto no município do Crato e de eventos importantes que deu início a discussão da organização, concepção, prática sindical dos trabalhadores rurais, motivando a criação de oposições sindicais que de fato representasse legitimamente as aspirações dessa categoria de trabalhadores. Nesse sentido os trabalhadores e trabalhadoras rurais sócios (as) do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Crato elegeram um vereador trabalhador rural para a câmara municipal e em seguida o mesmo para a direção do sindicato em 1989. Os novos dirigentes eram ligados a Central Única dos Trabalhadores – CUT. O sindicato passou nesse sentido a trabalhar a formação de lideranças jovens e mulheres, trabalho esse que teve meu ingresso através de um encontro municipal de Jovens rurais, passei a sentir a necessidade de junto com os outros lutar pelos direitos garantidos e não cumpridos pelos governantes e descobrir novas lideranças. Era o ideal que fortaleceria os encaminhamentos das lutas.

Em parceria com a ACB o movimento sindical se fortaleceu chegando à criação do GAAS (Grupo de Apoio e Articulação Sindical), instituição que teve um papel importante na mudança de rumo da Delegacia Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE. Instituição essa que também fez parte da coordenação difundindo a escolinha de formação sindical que financiada por instituição de cooperação internacional conseguimos aumentar o número considerável de jovens e

mulheres nos cargos efetivos das direções dos sindicatos da região, na coordenação elaborei e executei projetos que garantia a melhoria de renda de grupos familiares de 08 comunidades de 05 municípios da região bem como fortalecer a participação das mulheres nos cargos de decisão. Outro trabalho relevante foi o acompanhamento e parcerias com as três instituições; ACB, GAAS e FETRAECE que desempenharam à campanha salarial dos trabalhadores rurais da área da cana-de-açúcar, chegando a firmar acordos e dissídios coletivos, melhorando a participação e a organização desses nos sindicatos

No final da década de 90 as organizações não-governamentais passaram a adotar uma linha de atuação ligada à auto sustentação e ao desenvolvimento local sustentável e conforme definições da sua coordenação a ACB que já desenvolvia projetos de criação de pequenos animais (cabras leiteiras, porcos e abelha), bem como o funcionamento de casas de sementes, como forma de assegurar a permanência de sementes tradicionais mantidas pelas associações e conselhos de base dos próprios agricultores familiares.

A formação para cidadania passou a incluir também a discussão da agroecologia, uma prática inovadora que consistia na utilização racional das terras, recuperação das áreas já comprometidas com desgaste do uso demasiado. Essa prática foi desenvolvida em localidades de experiência da própria ACB e dos seus membros que com um trabalho conscientizado da prática sustentável de produção, despertou nos agricultores familiares a importância do uso sustentável de suas pequenas propriedades, melhorando a qualidade do produto e ao mesmo tempo em que garantia o entendimento de programas que os órgãos governamentais de defesa do meio ambiente já defendiam como o IBAMA, visto que esses municípios de atuação da ACB estão enquadrados em uma Área de Proteção Ambiental – APA.

Nos projetos desenvolvidos para os agricultores familiares a ACB, sempre realizando visitas de intercâmbio com outras organizações, procurou viabilizar experiências desenvolvidas em outras localidades que melhor atendesse a realidade do Cariri, e das experiências que se destacaram-se foi a construção de barragens subterrâneas efetivada por agricultores familiares da comunidade do Valdivino, município de Milagres

e as cisternas de placas que com cursos profissionalizantes de pedreiros foram construídas em diversas comunidades acompanhadas por projetos específicos.

No Cariri cearense, nos anos de 1990, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) desencadeou uma forma de luta e organização sindical diferente, em que se pretendia romper com o modelo antigo de atuação sindical, no que se refere a melhor participação das mulheres rurais e jovens no cargos de decisão dos sindicatos. Esse ideal de mudança teve início com a realização de eventos de formação política e sindical, ligados à CUT no plano regional. Nesse período, foram planejadas ações e metas para filiações de sindicatos a essa central e o fortalecimento do movimento sindical combativo na região do Cariri.

Contextualizando a sindicalização nacionalmente, pode-se afirmar que a CUT nesse período cresceu significativamente, conforme a cartilha que divulgou as resoluções de sua da 9ª plenária nacional:

Em 1988 os dados computados pela pesquisa do terceiro congresso nacional da CUT indicavam que a CUT representava aproximadamente 3,5 milhões de sindicalizados (rurais, urbanos privados e funcionários públicos), numa base de cerca de 12,4 milhões de trabalhadores, ou seja, uma taxa média de sindicalização de 28,2%. Em 1991 dados mais precisos indicavam que a CUT abrangia cerca de 9,2 milhões de trabalhadores do setor privado urbano, com pouco mais de 2,5 milhões de sindicalizados, ou seja, um índice médio de 27,2% de sindicalização. Em 1993 a representação dos segmentos privados urbanos havia crescido para 10,5 milhões, dos quais 29,3% associados aos seus sindicatos (RESOLUÇÕES DA 9ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT, 1999, p. 9-10).

O fortalecimento do movimento sindical dos agricultores camponeses na região do Cariri foi expressivo no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, com diversas atividades desenvolvidas tais como campanhas de filiações, programas de rádio e formação sindical, que contribuíram para o surgimento de várias lideranças de jovens e de mulheres. Esses eventos foram importantes para o aumento da taxa de sindicalização. Nesse período, grandes mobilizações promovidas pelas instâncias do movimento sindical demonstraram o seu fortalecimento e também as dificuldades de articulação e de unificação das demandas.

Um marco importante da unificação das lutas operárias e camponesas foi o 1º Congresso Regional da Central Única dos Trabalhadores no Cariri, realizado em maio de 1988. Esse congresso teve como objetivos discutir a estrutura vigente sindical no Brasil e a nova estrutura do movimento sindical. Teve também o intuito de articular as entidades na região do Cariri para a criação de uma delegacia regional na região, que representaria uma nova estrutura já iniciada nos municípios do Crato, Mauriti e Brejo Santo, com a pretensão de numa ação conjunta criar a CUT – Cariri. Nesse sentido, estava ainda em pauta discutir uma nova ação para a filiação dos sindicatos, tanto dos rurais como também dos de categoria urbana na região.

A maioria dos sindicatos na região rurais na região do Cariri, tinha uma visão de sindicato em consonância com o poder público local e não como uma instituição com independência e autonomia para discutir e encaminhar as demandas dos trabalhadores. Nesse período, ainda mantinha nas suas sedes gabinetes dentários, médicos, e tinha como ação sindical a prestação de serviços na área da saúde e aposentadoria. Praticamente inexistia a visão de reivindicação e de busca de ações que garantissem a conquista da posse da terra. A solução para os trabalhadores era assumir o papel de protagonista das suas conquistas por intermédio de um sindicato independente, ou seja, de uma organização dos trabalhadores que lutasse pelos seus direitos no que diz respeito às questões trabalhistas e das conquistas de políticas públicas. Nesse congresso regional de 1988, foi decidido que, além da construção de um sindicalismo independente na região, as políticas públicas seriam elementos de luta dos trabalhadores, para que eles pudessem conquistar também seus direitos à saúde, à educação, à moradia e ao salário justo.

O congresso regional da CUT em 1988 despertou a importância de se estabelecer parcerias com outras categorias e trabalhadores rurais – sindicato dos professores, sindicato dos trabalhadores na construção civil, sindicato dos bancários – e discutir parcerias com outras entidades, a exemplo da ACB. O congresso teve como objetivos construir um novo sindicalismo, despertar a organização para a estruturação das oposições sindicais nos municípios que permaneciam no modelo sindical anterior citado.

Com o trabalho da ACB e com a iniciativa de novas lideranças regionais dos camponeses foi criado o Grupo de Apoio e Articulação Sindical – GAAS em 1991, tendo

como principais participantes dirigentes sindicais e lideranças rurais dos municípios do Crato, Milagres, Nova Olinda, Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha, Várzea Alegre e Potengi. Nesses municípios, caso a direção do sindicato não interagisse com o grupo, eram criadas as oposições, formadas por camponeses associados aos sindicatos, homens e mulheres, que tinham posicionamento e uma concepção sindical inovadora, cujas ideias se aproximavam dos princípios da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Conforme coleta de dados, registrados em atas e relatos do GAAS, essa mudança de atuação era pretendida por meio de atividades desenvolvidas por projetos aprovados pela cooperação internacional da Europa, que financiavam recursos para encontros de formação sindical para lideranças e dirigentes. O GAAS para esses eventos criou a Escola de Formação Sindical ainda em 1991, em que utilizavam metodologia participativa e contavam com recursos audiovisuais e vídeos produzidos pelo Instituto Cajamar, ligado à CUT Nacional. Disponibilizavam, pois, uma estrutura básica: transporte de formadores e recursos para alimentação dos participantes. Havia assim a possibilidade de deslocamento para os municípios de Campos Sales, Salitre, Tarafas, Potengi, Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Brejo Santo, Mauriti e Barros pertencentes à área de atuação do grupo.

Nesses encontros e cursos de formação havia um bom envolvimento de novas lideranças, e iniciou-se a discussão da descentralização das decisões, por meio da criação de coletivos de jovens e mulheres. Com esse trabalho de articulação nas comunidades, objetivavam a possibilidade de tomar os sindicatos de grupos de dirigentes que a dezenas de anos perpetuavam-se nos mesmos cargos dos sindicatos ou somente faziam um revezamento de cargo a cada eleição.

Na fotografia seguinte podemos observar a participação ativa dos camponeses do Assentamento 10 de Abril nas manifestações promovida pelo STR do Crato.

Fotografia 01- Manifestação dos Trabalhadores (as) Rurais Grito dos Excluídos-
1998 –Sede do STTR do Crato



Fonte: Arquivo do STTR do Crato – 07 de setembro de 1998

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato foi o pioneiro na mudança de atuação. Na eleição do ano de 1989 foi possível a vitória da chapa comprometida liderada pelo o senhor Expedito Guedes da Silva com as proposta da CUT. Os dirigentes eleitos eram em boa parte filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), como o presidente eleito, que ocupava o cargo de vereador.

Nos final dos anos de 1980 ainda existia dirigentes atrelados ao modelo sindical criado no período da ditadura militar que mantinha nos sindicatos as mesmas práticas centralizadoras. Assim foram surgindo líderes de posicionamento mais de esquerda, as mudanças foram acontecendo de forma gradual. Na esfera nacional foi criada uma articulação nacional de dirigentes progressistas que criaram a CUT, deu-se uma nova visibilidade ao movimento sindical de trabalhadoras e trabalhadores rurais. No Crato, por exemplo, foi formado um grupo de oposição sindical que articulou metas de trabalho, com o apoio da ACB e de lideranças urbanas. Com um número significativo de trabalhadoras e trabalhadores rurais planejaram e tomaram a direção do sindicato nas eleições ocorridas no ano de 1990, a

oposição venceu um grupo de dirigentes que se encontrava na direção do sindicato há mais de dois mandatos.

A concepção sindical da CUT fundamentava-se na luta pelo sindicato classista de luta, formado com base em decisões e estrutura democrática, sem a imagem centralizadora do presidente e da direção geral. Foram criados coletivos, e passaram a acontecer mais assembleias, reuniões e encontro de formação política, com os novos dirigentes de concepção sindical da CUT no Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais de Crato.

No ano de 1993, conforme dados da secretaria do STTR do Crato o número de trabalhadores e trabalhadoras rurais sindicalizados e não sindicalizados e o seguinte: Sindicalizados: 10.546. Não sindicalizados: 19.389 no total de 29.935. Em relação a períodos anteriores houve aumento na sindicalização, mesmo assim esse crescimento não alcançou 50% do total do município.

A vitória da oposição sindical levou os associados a ter uma visão diferente, relacionada ao verdadeiro objetivo do sindicato, graças às atividades promovidas pela estância regional, estadual e nacional do movimento sindical. Nessas atividades, havia uma participação significativa dos dirigentes sindicais e dos representantes da base, ou seja, do campo, que não faziam parte das direções. Esses eventos eram realizados com o objetivo de trabalhar a formação política e sindical.

Conforme depoimentos dos dirigentes, o envolvimento das novas lideranças melhorou a politização das discussões das instâncias sindicais e as disputas nos pleitos eleitorais sindicais. Em 1989 eram menos de 1.000 filiados em dias com suas obrigações sociais. O trabalho de base de luta pela terra e da participação das mulheres, dos aposentados e dos jovens rurais melhorou o nível de conscientização política e sindical elevou o número de filiados consideravelmente. Através de campanha de filiação e de ações de divulgação nas comunidades rurais por meio das reuniões.

Pelo trabalho desenvolvido, acima descrito, pode-se analisar o aumento da sindicalização das mulheres e jovens no STTR no ano de 1993 que antes eram considerados dependentes do homem que era o único que se filiava ao sindicato: homens adultos: 7.033 mulheres: 2.037, jovens: 1.476, total geral de filiados (as): 10.546.

A participação das mulheres e dos jovens por meio de coletivos municipais animou mais ainda os trabalhadores rurais, que não tinham visto ações definitivas de luta e de conquista. Vários encontros de jovens foram realizados nas comunidades e na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, animando a juventude, que passou também a se filiar e posteriormente a fazer parte das comissões/coletivos, e progressivamente compor a direção do sindicato.

As mulheres e os jovens passaram a fazer parte do movimento sindical tão significativamente que parte deles ocupou cargos na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, avanço positivo, levando-se em conta que anteriormente somente o homem era filiado e as mulheres eram suas dependentes. Nos últimos anos, até 2010, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato contou com quatro mandatos consecutivos, com a presença de uma jovem trabalhadora rural na direção da FETRAECE e na secretaria de mulheres trabalhadoras rurais. Fruto do trabalho desenvolvido pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, com o intuito de formalizar a participação das mulheres e dos jovens nos cargos de comando do movimento sindical.

O STTR do Crato despertou a necessidade do processo de filiação à CUT na região do Cariri, foi o primeiro a convocar assembleia com seus filiados e a filiar-se à CUT, dando início, assim, a uma das ações estabelecidas no Congresso Regional. Depois da filiação do sindicato do Crato outros sindicatos também se filiaram como os sindicatos de trabalhadores rurais de Missão Velha, de Mauriti, de Barros e de Várzea Alegre.

O movimento sindical da região do Cariri e no município do Crato registrava, antes da chegada da CUT, pouca sindicalização, e conseqüentemente com poucas atividades envolvendo seus filiados que viessem a se posicionar contrário às explorações existentes nas relações de produção. O Cariri representou um avanço na organização, na estrutura e na prática sindical, e também na concepção da existência de um sindicalismo autônomo e do trabalho nas comunidades camponesas. O envolvimento das entidades nas instâncias deliberativas da Central (congressos, seminários, plenárias e encontros) desencadeou uma representação dessa região formada de lideranças de uma visão mais progressista e com posicionamento político renovador em relação à participação coletiva nos cargos diretivos na esfera estadual e nacional.

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais durante os eventos promovidos pela CUT perceberam a importância da criação e do crescimento dos partidos de esquerda. Na eleição de 1988, no Crato, foi eleito Expedito Guedes da Silva, o primeiro líder sindical rural a ocupar o cargo de vereador. No legislativo, ele desempenhou um significativo papel na câmara municipal. O mandato de Expedito Guedes (1989 – 1992) foi muito importante, visto os inúmeros projetos de lei elaborados e aprovados para a Lei Orgânica Municipal que beneficiaram a categoria que representava. Exemplos desses projetos são o que criou o fundo municipal para a agricultura e o que criou o conselho municipal de agricultura. Os municípios como Barros e Várzea Alegre passaram a contar também com representantes no legislativo municipal.

Para melhor encaminhar as ações os sindicatos, a CUT sempre planejava mobilizações conjuntas, como a comemoração do dia do trabalhador rural, do dia internacional da mulher (08 de março) e o dia do trabalho (1º de maio), sempre com passeatas e protestos relacionados às reivindicações feitas aos órgãos governamentais. As demandas eram, por exemplo, o salário maternidade para as trabalhadoras rurais, a desburocratização de acesso à aposentadoria a criação e a concessão de crédito rural como o PRONAF. Essas atividades sempre procuraram envolver novos sindicatos e obter o apoio das entidades como o GAAS do Cariri e a ACB.

Uma das conquistas marcantes do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais da região do Cariri, especificamente do Crato, foi a conquista do Assentamento 10 abril. A mobilização para a ocupação da terra foi realizada por militantes do MST com o apoio e a plena disposição do Sindicato dos Trabalhadores do Crato e da ACB. A ocupação contou com a participação de 96 famílias que resistiram por 15 dias acampados na propriedade histórica do Sítio Caldeirão. O grupo de trabalhadores rurais buscava a história e a resistência dos camponeses que viveram até os anos de 1930 na comunidade, e encontrar soluções para a falta de terra, trabalho e moradia enfim a melhoria de suas vidas.

Em 1991, com ação na justiça, o proprietário do imóvel conseguiu uma liminar de reintegração de posse e os ocupantes foram obrigados a sair. Foram levados para o Parque de Exposição da Cidade do Crato, administrado pelo Estado. Com a pressão das autoridades locais, dos prefeitos da região, dos sindicatos patronais, da câmara de vereadores, entre outros

segmentos da classe patronal, o governador do Estado do Ceará, na época Ciro Ferreira Gomes, desapropriou duas propriedades, a Fazenda Gerais e a Fazenda Carnaúbas Gerais, passando-as para os trabalhadores ocupantes do Sítio Caldeirão. Nasceu, assim, o Assentamento 10 de Abril. Silva (2007) afirma que

Os trabalhadores que ocuparam o Caldeirão em 1991 reivindicavam as terras como que lhes sendo de direito, não por serem descendentes diretos dos antigos moradores, mas por se identificarem com a luta e com os camponeses que também haviam sido expropriados e que desejavam retornar para o trabalho com a terra. Sendo o Caldeirão um espaço que historicamente pertenceu a uma comunidade camponesa e que se encontrava abandonado, desejavam (re) conquistá-lo. (SILVA, 2005, p. 136).

Nesse contexto, a conquista dos trabalhadores camponeses sem-terra representou um estímulo maior para que outras ocupações e mobilizações acontecessem em outros municípios vizinhos. Essas famílias pretendiam garantir além da conquista da terra e do trabalho outros subsídios para possibilitar a permanência no campo. Assim, reivindicaram ao Estado outros benefícios básicos como: moradia, alimentação, educação, renda digna, enfim, todas as condições de sobrevivência.

O Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto garantiu todos os benefícios para os seus membros e o seu exemplo ficou como referência para movimentos sociais e religiosos, entoados em cânticos e lembrados como uma resistência do povo organizado.

Silva (2007) lembra ainda, que

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto destaca-se na história cearense por suas características peculiares de organização, que fizeram nascer no interior do Nordeste uma comunidade onde a vida dos moradores tinha uma qualidade superior à de qualquer outro camponês que habitava essa região no mesmo período. (SILVA, 2005, p.2).

O Assentamento surgiu em 10 de abril de 1991, quando o Governo do Estado liberou o terreno,(INCRA-CE, 1991) inicialmente contou com 39 famílias ocupando uma área de 1.322 hectares. Hoje, 54 famílias transformaram a antiga fazenda em uma área produtiva do município do Crato na região do Cariri cearense.

2 - O PRONAF E O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

2.1 A criação do PRONAF e os meios de acesso

Foi em 1996 que o governo garantiu por meio de recursos públicos a criação do PRONAF, objetivando o financiamento de custeio e investimento para agricultores que desenvolvessem atividades em regime de economia familiar. A institucionalização desse Programa seguiu uma das demandas reivindicadas através da organização dos camponeses e pelos embates anteriormente ocorridos, seja pelas ocupações de áreas improdutivas ou de órgãos do próprio governo, que deveriam executar as políticas públicas. Ações como ocupações nas sedes do INCRA nas sedes dos ministérios ligados à área rural foram comuns, sempre de forma simultâneas em vários estados do País ou mesmo na Capital Federal.

Dos principais pontos do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, pode-se destacar:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.
Fonte: (SAF-MDA-2010, p.1).

Na sua criação o PRONAF surgiu com o propósito de estabelecer parcerias entre as três esferas de governo e os agricultores familiares e suas organizações. Para sua execução e aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

As principais ações do programa são orientadas pelos seguintes pontos:

- Melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura camponesa, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- Proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, ao desenvolvimento e à difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- Fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- Adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- Atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações.

Antes do PRONAF, poucos recursos e apoio oficial destinados ao setor da produção agrícola chegaram aos agricultores camponeses que trabalhavam em regime de economia familiar. Tanto o Estado quanto o próprio camponês assumiram o conceito e o rótulo de pequeno produtor, desfavorecendo o acesso dessa categoria aos recursos públicos. Como exemplo, o programa anterior ao PRONAF, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), conforme dados do IPEA (1997) era um programa de desenvolvimento rural, que contava com financiamento externo do Banco Mundial (BIRD). Foi executado nos nove estados do Nordeste do País e em Minas Gerais.

Em relação a crédito para assentados, existiam antes do PRONAF outros fundos e financiamentos para áreas de programas de reforma agrária como o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA que foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua

“emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. A atividade agrícola do assentado tinha-se tornado viável economicamente, gerando renda capaz de satisfazer as necessidades do agricultor e de sua família, e assim permitir uma poupança necessária para novos investimentos e contínua modernização produtiva. Isso só foi possível com a plena inserção do assentado no mercado, pela produção de subsistência, que impede maior grau de especialização produtiva e, assim, limita os ganhos de produtividade e a produção para o mercado, o que resulta em sujeição às forças da concorrência. Essa condição leva o agricultor à busca incessante de informações e de maior capacitação, que traz a melhoria da produção mercantil; a conseqüente geração de renda monetária permite a satisfação mais plena das necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência.

Segundo Fernandes (2001),

Com relação à política de crédito, os trabalhadores viram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA ser substituído pelo Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Essa mudança não representa somente uma perda econômica para os trabalhadores, mas também uma derrota política na implantação de um projeto de resistência da luta pela terra. Essas políticas foram criadas em resposta às ações dos trabalhadores sem-terra, mas também são resultados de um novo paradigma da questão agrária, denominada agricultura familiar, que tem como foco principal a referência ao papel central do Estado como gestor de projetos para a integração dos camponeses ao mercado. (FERNANDES, 2001, p. 9).

Nesse período, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso(1994-2002) mudou as regras para a concessão do crédito. O PRONAF surge assim como uma política de retenção ao avanço das conquistas anteriores dos trabalhadores com uma característica inovadora que na realidade criou dificuldades e comprometeu o resultado dos ganhos dos camponeses.

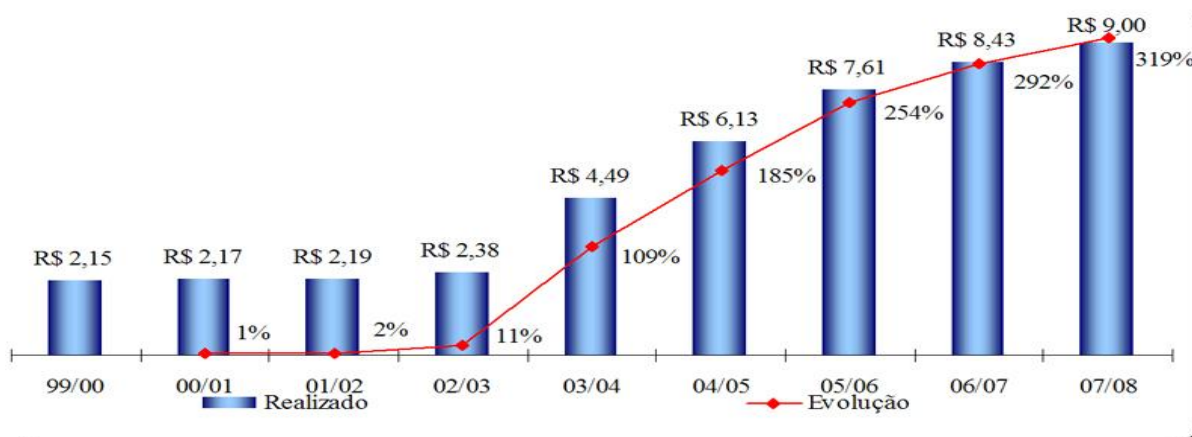
Nesses sentido pode-se analisar que os meios de acesso são assegurados aos agricultores e que a participação do Estado na elaboração de políticas públicas propicia mudanças no meio rural, no que se refere à produção e à geração de renda. A configuração desse programa de financiamento rural indica possibilidades de mudanças, pois desde os tempos de Colônia a política agrícola brasileira concedeu espaço determinante à grande lavoura, cuja produção se dava em larga escala e era dirigida ao comércio exterior.

A agricultura de subsistência, por outro lado, existia unicamente em função da grande lavoura, fornecendo-lhe os gêneros de consumo dos quais necessitava (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 142-143).

Essas atuais iniciativas significam melhoria na qualidade de vida e sinalizam um meio para fixação das famílias rurais no campo.

Com o avanço na produção brasileira em vários setores econômicos no Brasil nos últimos anos foi possível observar o crescimento das operações de crédito rural na linhas do PRONAF, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2011). O comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do PRONAF tem crescido ano a ano. A primeira grande evolução no montante financiado pelos agricultores familiares foi em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, representando uma evolução de 109% em relação a 1999/2000. Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões com uma evolução de 254%, e em 2007/2008 rompeu-se a casa dos 300%, perfazendo financiamento na casa dos de R\$ 9 bilhões.

Gráfico - 01
Brasil - Evolução do PRONAF em bilhões de reais (1999-2008)



Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar – SAF do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, 2011

Logo no início do PRONAF no Crato, em 1996, o acesso ao crédito foi dificultado pelo atraso para a liberação dos recursos. Com esse problema, vieram as mobilizações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato e das instâncias regionais, estaduais e nacionais do movimento sindical. Foram organizados atos e manifestações, além de encontros e reuniões informativas com técnicos e gerentes representantes dos bancos. Os dirigentes sindicais e os trabalhadores solicitaram uma melhor explicação de como acessar as linhas de crédito do programa. Essas atividades despertaram interesses por parte de vários camponeses e contribuíram para melhor esclarecimento e posterior acesso ao crédito.

Vários camponeses solicitaram crédito, mediante declarações emitidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato e encaminhadas para a elaboração de projetos pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (EMATERCE). Mesmo com projetos encaminhados e aprovados, os recursos não foram liberados para os trabalhadores rurais iniciarem as atividades em seus roçados, visto que a maioria dos projetos era direcionada para o custeio da produção.

Para garantir a liberação dos recursos e o financiamento por intermédio dos bancos oficiais, foram praticadas ocupações e atos públicos nas ruas da cidade por agricultores camponeses em torno da garantia de cumprimento da legislação do referido programa. Entre as atividades de mobilizações, ocorreu a ocupação do Banco do Brasil em 1998, na cidade do Crato. De acordo com depoimentos dos dirigentes sindicais, essa ocupação foi decisiva para a liberação dos recursos do PRONAF para 29 famílias no município, juntamente com outros projetos de agricultores camponeses do município vizinho, Farias Brito, que eram atendidos na agência do município do Crato. A participação dos trabalhadores do Assentamento 10 de Abril nas manifestações e atos públicos era sempre perceptível, pois na comunidade havia a compreensão da necessidade das mobilizações para a obtenção de suas demandas. Após essas atividades, tiveram início as operações bancárias com o PRONAF na região.

Dados da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2006) fornece informações importantes, que revelam que não houve mudança significativa na tendência concentradora. Em termos de montante de recursos disponíveis para cada região geográfica do País, nota-se que, na safra de 1999, quase

50% dos recursos do programa se concentravam na região Sul, enquanto a região Nordeste respondia por 26%, a Sudeste, por 16%, o Centro-Oeste, por 5%, e a região Norte, por apenas 3% do total. Teriam ocorrido algumas alterações na safra de 2004, porém sem as mudanças necessárias na rota do programa para que o PRONAF efetivamente se transformasse em uma política de apoio ao desenvolvimento rural em todas as regiões do País. Assim, percebe-se que, mesmo havendo uma redução dos contratos na região Sul, ela continua concentrando 47% do total dos recursos do programa, enquanto a região Nordeste diminuiu sua participação de 26%, em 1999, para 18% na última safra agrícola 2006, mesmo que um maior número de agricultores tenha tido acesso ao crédito rural.

A concentração dos recursos do PRONAF no Sul do País foi, nesse sentido, constante no início do programa. No Nordeste, existem especificidades que devem ser levadas em consideração, tais como: irregularidade na quadra invernal, uma boa articulação com a comercialização dos produtos da agricultura camponesa, falta da terra, e dificuldades criadas pelos bancos para a liberação dos recursos.

Ao se tratar das dificuldades existentes nesse programa de crédito, Sousa (2009) afirma:

Observa-se que os agricultores nordestinos têm renda mais baixa, dificuldades de integração ao mercado e menor capacidade de obtenção de crédito, e necessitam de maior nível de organização. Por si só, essas questões justificam a firme intervenção do Estado, podendo ser minimizadas por meio de uma coerente operacionalização do PRONAF, uma política que objetiva propiciar aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda. (SOUSA, 2009, p. 69).

De acordo com a autora, os nordestinos necessitam de uma política de crédito dos agentes financiadores que levem em conta as peculiaridades existentes nessa área. O que poderia distinguir essa realidade seria uma melhor intervenção do Estado com políticas públicas diferenciadas para essa região.

Neves (1985), faz considerações sobre o processo de intervenção do Estado na economia, relatando que se dá por meio dos seguintes mecanismos:

- Investimentos em infraestrutura: criação de vias de comunicação e de alternativas à incorporação dos agricultores ao mercado interno ou externo.
- Provisão da agricultura a partir da oferta de créditos agrícolas subsidiados, do estímulo à pesquisa e à formação e difusão de novos conhecimentos pela extensão

rural. A oferta desses recursos é vista como seletiva e geradora de desigualdades nas formas de realização do processo produtivo e de geração da renda. A atuação desses fatores é tão mais intensa quanto mais a inovação tecnológica provoque mudanças no processo de trabalho; desigualdades no acesso aos novos conhecimentos e recursos a partir daí oferecidos; e diferenças no nível de produtividade das unidades de produção.

- Política de preços que beneficie determinados segmentos de produtores agrícolas ou setores da burguesia industrial, estimulando as trocas desiguais entre esses dois setores da economia. (NEVES, 1985, p. 09-10).

Nesse horizonte, esse programa de crédito se caracteriza como uma das formas de intervenção econômica que subsidiará a manutenção dos camponeses em seu lugar de origem, ao mesmo tempo em que os coloca na dependência da política de crédito, pelo fato de gerar, segundo a autora, certa desigualdade no acesso aos novos conhecimentos e recursos.

No Assentamento 10 de Abril, os recursos provenientes do PRONAF em 1997, segundo entrevistas foram de custeio, em que a maioria das famílias acessaram de forma coletiva. Os entrevistados afirmaram ter sido bem-sucedidos, e que os prazos e a amortização concedidos pelo banco e o período de carência contribuíram para a quitação do crédito. Em anos posteriores, outros camponeses tiveram dificuldades para a quitação, tendo de vender parte de sua produção destinada à alimentação. Teve situações em que outros assentados se viram obrigados a vender animais de criação como forma também de pagar os dividendos.

Ao contrair créditos do PRONAF, os camponeses assentados encontraram dificuldades para a quitação, o que resultou na reduzida procura desse recurso em anos seguintes e gerou incerteza na condição do pagamento, sendo uma das preocupações relacionada à garantia do preço durante a comercialização.

Nessa análise, percebe-se que só após dez anos de criação do PRONAF (1996-2006) é que se abriu a possibilidade, por exemplo, de se ter condições de comercializar a merenda escolar com recursos provenientes do governo federal, por meio de incentivo à comercialização para garantir a qualidade do alimento e a facilidade da logística em relação às grandes empresas comerciais, que sempre se beneficiaram mesmo não fornecendo alimentos de qualidade para as crianças nas escolas públicas.

As comunidades no Cariri cearense vêm-se estruturando para comercializar. Na comunidade do Assentamento 10 de Abril como acontece no Assentamento do Sítio

Malhada no município do Crato, os camponeses produzem e comercializam a produção, conforme depoimento abaixo:

Nós estamos comercializando 300 litros de iogurte por dia para a merenda escolar, também queijo ricota e a fruticultura, né? Goiaba, manga, maracujá, estamos tentando entrar pra cota dos trinta por cento, né? Do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), estamos aí escutando, nos fizemos reuniões com todas as diretoras de escola públicas, estaduais, municipais, para esse avanço da questão da comercialização. (TÉCNICA DA EMATERCE, 2010).

A comercialização é, portanto, uma forte aliada para que os agricultores camponeses possam de fato cumprir os seus compromissos com as instituições financeiras. No Artigo 2º, *inciso “ i ”* do decreto de criação do PRONAF, percebe-se que não houve ainda na Crato experiência com a linha PRONAF Floresta, destacando, assim, a demanda reprimida do que foi previsto e do que de fato está sendo executado.

Ao tratar de atribuições e parcerias entre as esferas do governo, o decreto de número 1.946 destaca o seguinte:

Art. 3º Caberá ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a coordenação do PRONAF, competindo-lhe, especialmente: III - propor mecanismos mais adequados à concessão de crédito aos agricultores familiares, orientando-os sobre os respectivos procedimentos de acesso e de reembolso. Fonte: (SAF-MDA-2010, p.1).

Na realidade local, especificamente no Assentamento 10 de Abril, as relações estabelecidas entre o poder local e o governo federal foram de certo distanciamento, tendo em vista a falta de ações e encaminhamentos de projetos que melhorassem significativamente os problemas enfrentados pelos assentados. A falta de estruturação do poder público local, sempre foi evidente, a ponto de haver município com tradicional produção agrícola e a inexistência de uma secretaria municipal de agricultura no organograma administrativo no município do Crato. Até 2004, a referida secretaria se encontrava desativada, e inexistiam políticas voltadas para a garantia de preço da produção dos agricultores camponeses, bem como um plano municipal elaborado pelo poder executivo que contribuísse para o fortalecimento desse setor na economia local.

Para o incentivo à compra da produção pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), reativada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(2003-2010). O programa de compra da agricultura familiar, ainda em fase inicial, beneficia e regula o preço, garantindo o preço mínimo para os camponeses.

Seguindo à análise dos artigos do decreto de número 1.946 de criação dos PRONAF onde trata do financiamento da produção, destaca-se o seguinte:

Art. 6º O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.

§ 1º Nos financiamentos de que trata este artigo, será dada prioridade ao investimento e ao custeio associado ao investimento de propostas de candidatos localizados em municípios nos quais já tenham sido instituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural PMDR, sem exclusão, porém, dos financiamentos para custeio isolado e, ainda, de candidatos localizados nos demais municípios, na medida das disponibilidades de recursos.

§ 2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos Conselhos do PRONAF e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabem analisá-las e deferi-las, observadas as normas e prioridades do Programa. Fonte: (SAF-MDA-2010, p.6).

Como afirma o decreto no artigo acima, que trata das normas específicas, a liberação dos recursos foi dificultada pelos agentes financeiros e para tanto não havia no município espaços de avaliação desses problemas, daí a necessidades de criação do conselho do PRONAF. O que não ocorreu no município do Crato, foi que os camponeses que acessaram o PRONAF tipo A, iniciaram suas atividades com crédito público e tiveram dificuldades para a quitação.

As avaliações do PRONAF eram necessárias para que os camponeses melhorassem seu desempenho para se afirmarem enquanto produtores em potencial. Para que o programa pudesse cumprir seus objetivos operacionais levando em conta a importância da produção de alimentos e a permanência da vida no campo e de fato, fortalecer os agricultores camponeses.

O que se constata é a adequação do setor de produção familiar na economia ao mercado pelas regras estabelecidas para a operacionalização do PRONAF. Observa-se a ausência de cobrança das atribuições. Perceber por um lado que as diretrizes e condições estabelecidas pelo decreto refletem em parte as demandas reivindicadas pelos camponeses e suas instituições representativas. Por outro lado, estabelece vínculos de dependências com o

Estado por meio dos bancos, e coloca os agricultores camponeses como beneficiários, em comum situação a qualquer cliente correntista de banco. Isso deixa clara a possibilidade de arranjos e de dependência dos agricultores camponeses em relação à política de mercado, quando estabelece a íntima ligação do programa aos bancos que estão diretamente relacionados às regras de mercado.

Afinal, na perspectiva do governo, quem pode obter o financiamento?

São os produtores rurais que atendam às condições abaixo relacionadas e apresentem a declaração de aptidão ao PRONAF – DAP, emitida pelas instituições e pelos órgãos oficiais autorizados. Nessa análise, o órgão que emite essa declaração é o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato.

Conforme Filho (2010) ao fazer menção ao (decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996), são beneficiados do PRONAF agricultores que:

- a) explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- b) residam na propriedade ou em local próximo;
- c) possuam, no máximo 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária);
- d) tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- e) tenham renda bruta anual. Fonte: (FILHO, J. B. S. 2010, p.1).

Observando os itens relacionados acima, no item *a* as condições para a solicitação do financiamento. Durante a pesquisa de campo, constatou-se que inexistiu concessão de financiamento para posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários. Conforme relatos dos dirigentes sindicais e dos técnicos, o acesso a terra é uma das demandas maiores dos camponeses. A falta de terra é uma das maiores dificuldades de boa parte dos camponeses que desejam obter o financiamento. Nesse sentido os critérios para acesso ao PRONAF levam em consideração o trabalho em regime de economia familiar com base de exploração no estabelecimento o que caracteriza o financiamento somente para assentados, pequenos e médios proprietários. Caracterizando assim um público restrito da agricultura camponesa. As condições estabelecidas pelos bancos dificultam a aceitação de propostas das demais categorias sociais do campo que não possuem área agrícola e vende sua foca de produção ou mesmo reside em áreas não regularizadas não são beneficiados pelo PRONAF.

Abaixo temos os grupos e características dos agricultores camponeses que são estudados nesse trabalho.

Quadro 02 – **Brasil** - Grupos do **PRONAF -2010**

Grupos	Características
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.
A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado
PRONAF Mulher	Crédito especial de investimento relacionados com projetos específicos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, sempre que o projeto técnico ou a proposta contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições previstas para os Grupos “C”, “D” e “E”, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.

Fonte: (Secretaria da Agricultura Familiar- SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA-2010)

Conforme quadro 02, as linhas de crédito do PRONAF A, são destinadas aos assentados, substituindo assim a linha crédito do antigo PROCERA, como relatamos anteriormente ao trata-se das mudanças na política crédito para o campo.

Em relação ao PRONAF, um dos maiores entraves para o crescimento do acesso tem sido o setor bancário público, responsável pela liberação dos recursos que resistem à ampliação da sua clientela. Após a liberação dos recursos dos primeiros projetos aprovados no Crato houve redução na liberação de mais projetos.

Nas famílias do Assentamento 10 de Abril que trabalham com a produção de subsistência foi comum encontrar casos em que a renda familiar não era suficiente para o pagamento de empréstimo. Entretanto, na maioria dos estabelecimentos a renda familiar era positiva, pois inclui outras rendas auxiliares, principalmente da bolsa família e da aposentadoria.

Os alimentos produzidos pela família destinados ao seu consumo custam muito caro no período em que os agricultores precisam comprá-los no comércio. No período de safra quando os agricultores têm suficiente o preço é baixo. Na entre safra o preço aumenta consideravelmente. Como o preço da produção não é garantido, as despesas investidas no processo produtivo não são cobertas pela venda.

Conforme informações do IPEA (1998), ao considerar a situação desses agricultores antes do início do PRONAF fica evidente que parte deles, embora classificados como estabelecimentos pelo IBGE, não eram verdadeiros agricultores. Dos agricultores que tomaram crédito pelo PRONAF 50% no Brasil nunca tinham anteriormente realizado uma operação de financiamento bancário.

Cabem aqui duas questões: seria o crédito o melhor instrumento para modificar a realidade de exclusão social do agricultor? A resposta é não, primeiro seria necessária uma política agrícola e agrária que garantisse o acesso aos recursos naturais (terra e água) em seguida sim uma política de crédito que levasse em consideração as alternativas de produção de cada região.

Qual é o sentido de dar crédito a quem não tem renda suficiente para o sustento dos membros da família? As respostas podem estar embutidas na constatação de que a política de crédito focalizada nos setores mais carentes do meio rural poderia ser um contrassenso, já que eles não têm atividade que sustente esse tipo de política. Por esse motivo, os agricultores

camponeses brasileiros deveriam ser beneficiados com mais e melhores políticas sociais, e não de financiamento.

A situação de exclusão estrutural dos setores periféricos aparece mais clara ao se considerar os dados de assistência técnica e de infraestrutura existentes na agricultura camponesa na época em que começou o PRONAF (1996). Nesse sentido, boa parte dos agricultores camponeses não se enquadra nas linhas de crédito. Eles não são assistidos por programa que venha estabelecer uma renda para sua manutenção no campo, fato que traz dificuldades para a maioria dos agricultores camponeses, principalmente daqueles que não têm terra. Nesse sentido fica claro que o PRONAF não foi pensado para esse setor da agricultura camponesa.

Entre as diversas categorias destacamos o meeiro, que paga com a produção o uso da terra, e o arrendatário, que precisa tirar de sua produção o pagamento ao proprietário. A pergunta que se nos afigura, é como atender, portanto, os meeiros e arrendatários, setores da agricultura camponesa?

Em primeiro plano seria necessário um programa de reforma agrária que garantisse a permanência das famílias de agricultores no campo. Em curto prazo torna-se necessário uma política de crédito destinada a esse público onde ocorra de forma adequada à produção e a comercialização. Onde possa também haver garantia e segurança nas atividades desempenhadas pelas famílias com essas relações de produção.

2.2 - O PRONAF no Assentamento 10 de Abril

A busca pelo crédito e a melhoria das condições de vida da comunidade do Assentamento 10 de Abril foram constantes. Uma das prioridades na pauta de reivindicação dos seus moradores, por causa da pouca estrutura da fazenda desapropriada onde vivem hoje.

A participação ativa nos atos e nas manifestações desses moradores na sede do município era assídua, com o objetivo de garantir projetos diferenciados, alimentação para as famílias, vagas nos programas de emergência e de datas comemorativas, atividades promovidas pelo sindicato dos trabalhadores rurais e pelas entidades parceiras.

No Assentamento 10 de Abril, conforme a Tabela- 04 foram acessadas as seguintes linhas de crédito:

**Tabela 01 - Assentamento 10 de Abril - Crato-Ceará
Modalidade do PRONAF acessada pelas famílias - 2010**

Modalidade do PRONAF acessada	Qtde Família	%
PRONAF A	6	20,0
PRONAF C	7	23,4
PRONAF Mulher	1	3,3
Não acessaram	16	53,3
TOTAL	30	100

Fonte: Pesquisa direta, 2010

Pode-se observar na tabela 04, as modalidades de crédito acessadas pelas famílias. O PRONAF A é destinado aos agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento. O PRONAF C é dirigido aos agricultores, inclusive os egressos do PROCERA e/ou do PRONAF A.

Conforme a tabela 04, 23,4% das respostas está relacionada ao acesso do PRONAF C. Há famílias que acessaram o PRONAF A e o C, constituídas de agricultores familiares egressos do PRONAF A. O que de fato foi registrado nessa tabela leva em

consideração o primeiro acesso, os que se enquadraram nas condições do PRONAF e habilitaram o primeiro crédito de custeio isolado.

No Assentamento 10 de Abril o PRONAF MULHER, esteve ligado ao investimento relacionado a projetos específicos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores, sempre que o projeto técnico ou a proposta contemplar atividades como criação de pequenos animais e hortas. Sendo de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar.

Em relação ao total das famílias que acessaram o PRONAF A no Assentamento 10 de Abril no período de 1997-2010 foram de 56,7% que acessaram e 43,3% dos que não acessaram.

Nota-se que a maioria das famílias obtiveram os recursos do PRONAF. De acordo com as informações colhidas, os recursos foram de um projeto coletivo, custeio da produção, do qual os assentados optaram em participar. Nos diálogos com os assentados, ficou claro que os novos moradores, filhos das primeiras famílias, não se enquadraram na época como família e hoje já formam um novo grupo familiar, aumentando esse percentual para 43, 3%, e expondo, assim, uma quantidade significativa de assentados que não acessaram os recursos.

As instituições de organização dos camponeses – o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as instituições de apoio e assistência técnica – estimularam os camponeses para que eles procurassem acessar as linhas de crédito do governo, como podemos ver na tabela 06, pelos dados do Assentamento 10 de Abril, expostos a seguir:

Tabela 02 - Assentamento 10 de Abril - Crato-Ceará
Atividade desenvolvida pelos assentados antes do assentamento - 1990

Atividade desenvolvida	Qtde Famílias	%
Arrendatário	1	3,3
Parceiro	17	56,7
Morador	9	30,0
Outros	3	10,0
Total	30	100

Fonte: Pesquisa direta, 2010.

Na tabela podemos observar que a maioria dos camponeses assentados desenvolvia atividades com parceiros em grandes e medias propriedades. Durante as entrevistas com os assentados foi destacado como ponto positivo o fato das famílias assentadas terem conseguido um lugar para morar e trabalhar. Eles relataram que viviam aborrecidos com as humilhações e a exploração do patrão, quer por meio do pagamento da renda quer pelos dias de trabalho dedicados ao dono da terra, quer pelo pagamento de renda na forma de produtos. A conquista da terra significou uma relevante mudança nas vidas dessas pessoas, mesmo com as dificuldades ainda enfrentadas no trabalho, durante às irregularidades pluviométricas, quando se perde praticamente toda a produção e todo o trabalho empenhado na atividade agrícola.

Tabela 03 - Assentamento 10 abril - Crato-Ceará
Renda das famílias – 2010

Renda familiar (salários mínimos 510,00 R\$)	Qtde Famílias	%
0 a 1	0	0,0
1 a 2	27	90,0
3 a 4	3	10,0
TOTAL	30	100

Fonte: Pesquisa direta, 2010.

Observando esses dados da tabela acima, as famílias apresentam uma renda maior que dois salários mínimos. O trabalho desenvolvido pela maioria dos camponeses assentados esta relacionado à produção agrícola. Os que apresentam maior renda desempenham atividades acessórias como gerência de pequeno estabelecimento comercial, o cargo de funcionário público e serviço de transporte rural. A atividade predominante no Assentamento é a agricultura de sequeiro.

Para a maioria das famílias, a vida está tranquila, com mais conforto. No trabalho, têm como diversificar o cultivo da terra e também dispõem da possibilidade de criação de animais de forma coletiva. O trabalho coletivo tem se restringido basicamente à atividade relacionada aos cuidados de bovinos, onde o leite produzido é distribuído igualmente entre as famílias.

Algumas famílias têm suas próprias criações e trabalham no roçado cultivando como milho, feijão e arroz, este último cultivado nas áreas mais úmidas e próximas aos açudes.

Nos diálogos mantidos durante a investigação detectou-se por um lado a ocorrência de melhoria nas condições de vida dos assentados, mas, por outro lado, alguns depoimentos revelam a existência de dificuldades para aumentar a renda e melhor atender às necessidades das famílias. Há de se considerar que algumas famílias conseguem benefícios assistenciais do governo federal como o Programa Bolsa Família, cujos valores estão contidos como renda na demonstração da tabela 07.

Os jovens na maioria das vezes deixam o assentamento à procura de emprego nos grandes centros, por não se sentirem estimulados a permanecer no campo, principalmente em períodos de longas estiagens, quando as dificuldades para tocar as atividades agrícolas aumentam. Ainda tem como agravante da falta de atrativos culturais, de lazer e de formação profissional.

As famílias dos assentados são constituídas por um número significativo de filhos. Das 30 famílias pesquisadas, 11 são constituídas por 4 membros. A idade mais frequente dos moradores está entre 36 a 42 anos. Não existe creche na comunidade e as crianças começam a frequentar a escolinha local entre 4 e 5 anos de idade.

O percentual de mulheres adultas chega a 40% e o de homens a 36.7% e 23% de jovens e crianças. A maioria das mulheres desenvolve atividades agrícolas nos quintais das próprias casas, plantando hortaliças e criando pequenos animais para comercializar e contribuir para o sustento da familiar.

Com relação à agricultura de sequeiro os assentados procuram acessar as linhas de créditos e desenvolver alternativas para a elevação da renda. Nos meios utilizados para diferenciar a produção é levada em conta a realidade local, tendo como aspecto principal os recursos disponíveis e desenvolvendo atividades de acordo com as possibilidades de melhorias.

Nos primeiros anos do assentamento, existia o roçado coletivo que foi desativado,

motivado pelos conflitos de ordem pessoal e a desobediência de membros as definições da assembleia. Algumas divergências são comuns entre os camponeses, relacionadas ao uso dos espaços definidos para o plantio e para a área da reserva legal. Essas situações são resolvidas nas assembleias gerais dos assentados.

Um dos aspectos importantes trabalhados na comunidade, conforme relato foi à criação do gado, em virtude das áreas propícias para a criação e a assistência técnica recebida nos primeiros anos de financiamento de investimento. Existem áreas úmidas com bastante pasto para os animais, próximas às vazantes do açude Thomas Osterne de Alencar, utilizadas principalmente após a colheita dos roçados, para a alimentação do rebanho.

Nos diálogos e nas entrevistas, os assentados afirmaram encontrar dificuldade para produzir e quitar os empréstimos. Das 30 famílias 7 ou 23,3% não acessaram o crédito. Com relação as 19 famílias, isto é, 63,3 responderam que a produção não foi suficiente para honrar com dividida do empréstimo.

Para os assentados a produção agrícola de sequeiro não é valorizada no período da colheita e posteriormente ficam caros, quando o camponês já havia vendido e precisa desses mesmos produtos para alimentação.

Além da produção de arroz, feijão, fava e milho, que abastece a comunidade, os assentados conseguiram energia elétrica, escola, seis pequenos açudes, um poço profundo e financiamentos para projetos. “Todos os assentados moram em casa de alvenaria com uma cisterna ao lado”, comemora a presidente da Associação. Este ano, foram produzidos 900 quilos de mel de abelha, num projeto de apicultura que tem contribuído para a independência econômica da comunidade. Outro setor importante que tem crescido é a pecuária. O Assentamento dispõe de um rebanho de 150 reses, que garantem o leite das crianças. “É muita coisa para quem começou do nada”, diz o assentado Francisco Antônio da Silva (2011).

Os trabalhadores rurais cultivam feijão de corda, legumes, verduras e hortas medicinais. Há criação de caprinos, ovinos, suínos, aves e apicultura. Eles conseguem aproveitar os recursos hídricos locais com atividades individuais e coletivas.

"Nossa vida melhorou. Quando você se alimenta bem, tudo melhora", diz o assentado Cícero Cirino da Silva (2011), explicando que as tarefas são divididas e todos no

assentamento são comprometidos com as áreas individuais e coletivas. A vida do assentado é disciplinada por um regimento, em que as decisões são discutidas por um grupo de doze conselheiros, que compõem a diretoria da Associação.

A atividade agrícola de sequeiro, do plantio a colheita é variada conforme o início das chuvas. Quanto não chove a solução é realizar outras atividades agrícolas que não tenham tanta dependência do inverno e que podem ser também financiadas pelo PRONAF, como a apicultura e a criação de pequenos animais. Mas para tal feito torna-se necessário o acompanhamento técnico, conforme o relato do subsecretário de agricultura do Crato, ao tratar das principais reivindicações dos agricultores:

Principalmente, mais acesso ainda ao crédito e que a gente pudesse lutar para diminuir essa burocracia. E para ter acesso ao crédito a gente sabe que tem diminuído a cada dia que passa, mais a gente precisaria que diminua muito mais ainda essa burocracia. Então é uma grande reivindicação. Como também a da assistência técnica. Os nossos agricultores, eles solicitaram muito essa questão da assistência técnica. Tanto por parte da EMATERCE como da Secretaria de Agricultura, como de todos os órgãos governamentais; precisa que esses órgãos voltem mais a assistência técnica nas zonas rurais para a agricultura familiar. (SUBSECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DO CRATO, 2010).

A melhoria da produção rural e a permanência das famílias no campo estão ligadas diretamente à necessidade de iniciativas tecnológicas, no que se refere à agroecologia, à criação de pequenos animais e à captação dos recursos hídricos por meio das cisternas de placas e a utilização de mandalas, bem como no que respeita à construção de barragens subterrâneas. Essas experiências passam atualmente por um debate que envolve os diversos segmentos representativos e as assessorias desses órgãos, como a ACB, CPT, Cáritas. Essa discussão engloba a necessidade da melhor atuação ou de um aperfeiçoamento adequado para assistência técnica que considere os aspectos produtivos e inovadores.

Oliveira (2005) afirma que

A falta de apoio técnico e financeiro para a continuidade dos camponeses nos assentamentos é uma forma de expulsá-los da terra rumo às cidades. Essa situação de pobreza, exclusão e expropriação, as quais estão postos, os iguala a uma massa de migrantes, pobres, excluídos e desterrados que chamamos camponeses. (OLIVEIRA, 2005, p. 363).

Uma assistência técnica que garanta orientações adequadas das quais os trabalhadores rurais necessitam. A procura desse aprendizado vem fazendo uma considerável diferença para aquelas famílias que buscaram saber, em instituições não-governamentais, como produzir em suas pequenas propriedades (e até mesmo em médias propriedades e nos assentamentos), e como diversificar a produção, utilizando técnicas que propiciem a renda que mantém o alimento e o suprimento de outros produtos necessários para a vida no campo.

Entre as dificuldades frequentemente mencionadas nas falas das famílias pesquisadas está a questão da falta de produção suficiente para alimentar a família e quitar os empréstimos. A dificuldade aumenta quando o inverno é irregular, o roçado não produz e falta pastagem para os animais.

No Assentamento 10 de Abril a EMATERCE e o Instituto Agropolos órgão ligado à SDA, juntos realizam 93,3% da assistência técnica, enquanto à ACB e a Cáritas Diocesana realizam 6,7%. Conforme Tabela abaixo:

**Tabela 04 - Assentamento 10 de Abril – Crato-Ceará
Empresa e/ou instituição que executa assistência técnica - 2010**

Empresa ou instituição que executa Assistência técnica	Qtde	%
EMATECE E AGROPÓLOS	28	93,3
ACB e Cáritas Diocesana	2	6,7
TOTAL	30	100

Fonte: Pesquisa direta, 2010.

Nesse sentido a EMATECE e AGROPOLOS, são as instituições que mais executam assistência técnica e acompanham a maiorias dos projetos na comunidade e esses estão relacionados à agricultura extensiva tradicional. A ACB e a Cáritas Diocesana as prestam orientações técnicas em projetos relacionados às alternativas pensadas pelas instituições ligadas a ASA e as práticas de convivência com no semi-árido nordestino.

Foi percebido que em relação a uso racional da terra e a utilização dos recursos hídricos as referidas instituições, passaram a atuarem em parcerias no Assentamento 10 de Abril e em outras comunidades do Crato e de outros municípios do Cariri, por meio do programa Por Um Milhão de Cisterna – P1MC criado pela ASA para construção de um milhão de cisternas de placas no semi-árido nordestino.

Ao indagar sobre a assistência técnica os assentados concordaram que a qualidade da assistência técnica é considerada boa ou ótima por 10 das 30 famílias entrevistadas, ou seja 33, 4% .18 entrevistados, 56,7% avaliam com regular e 2 entrevistados 6,7% não responderam. Vislumbra assim que não há total satisfação com a assistência nessa comunidade. Necessitando melhorar a atuação.

Nessa avaliação, os assentados falaram da necessidade de uma assistência técnica mais direta, em que o técnico pudesse estar presente pelo menos dois dias na semana. Logo que chegaram ao Assentamento 10 de Abril a presença do técnico era constante, tanto nas atividades coletivas como nas atividades individuais. Hoje não existe um técnico exclusivo para o assentamento o que causa estranhamento quando se precisa de uma assistência técnica rápida.

Atualmente, existe a necessidade desse acompanhamento nas demais atividades, uma vez que o técnico só se faz presente uma vez ao mês ou quando é requisitado para uma orientação mais urgente. Durante a pesquisa, tinha houve a morte de duas cabeças de gado e a reclamação por parte do agricultor entrevistado foi de que passado oito dias o técnico ainda não tinha aparecido para diagnosticar o problema.

Em entrevista com o presidente da associação do Assentamento 10 de Abril, o senhor Cícero Porciano Paz e questionado sobre os financiamentos do PRONAF ele afirmou que produção é insuficiente para a quitação pelo motivo de não haver continuidade do inverno. Na sequência, perguntado sobre o que se faz para complementar a renda das famílias, respondeu que é com o trabalho na pecuária, criando abelhas e trabalhando em várias atividades paralelas. Em relação à comercialização da produção, ele afirmou que acontece quando é vendida uma parte para cobrir as outras obrigações. Já sobre o uso das sementes crioulas para o plantio, comentou que usam as sementes crioulas como forma de garantir autonomia na hora de plantar.

Indagado sobre qual o mais importante programa do Governo Federal em que ele acredita, deu como resposta a Bolsa Família e novos projetos que beneficiem as comunidades. Sobre o PRONAF, a opinião dele é que consiste num projeto que vem beneficiar os pequenos produtores, um programa que surge para ajudar os agricultores a criar pequenos animais como

porcos, gado. Inquirido sobre o conhecimento das famílias referente às linhas de crédito do PRONAF, respondeu que a maioria conhece. O pessoal mais conhecido, mais informado.

Sobre a quantidade de famílias que acessaram o projeto em questão ele diz que foi em torno de 50% das 47 famílias, ou seja, a metade já acessou e tem conhecimento do projeto. Em seguida, comentou sobre que recursos foram acessados para a atividade agrícola no Assentamento e qual o mais importante, sua resposta foi enfática: o mais importante foi o da infraestrutura. Continuando, respondeu sobre projetos além do PRONAF que o Assentamento havia conseguido. Soube-se que desde o início trabalharam com o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e que conseguiram pagar o Projeto São José.

Quando perguntado sobre quais as dificuldades para trabalhar com os recursos do PRONAF, ele respondeu que é o do pagamento das parcelas, quando relacionado à cultura de sequeiro, dadas às irregularidades do inverno, condições climáticas ou mesmo à qualidade do animal que compra para a produção do leite e para reprodução. Quanto à execução do projeto do PRONAF, ele afirma não ter dificuldade. Sobre a assistência técnica, declarou é pouca, com frequência de uma vez por mês, ou quando se faz presente quando é solicitada. Respondeu ainda que a instituição que faz a assistência técnica é a EMATERCE, que quando ligam os técnicos estão disponíveis.

Outra entrevista foi realizada com a chefe do escritório regional da EMATERCE do Crato, Maria Eucleide Nogueira Mendonça e a conversa foi sobre os projetos aprovados do PRONAF para o Assentamento 10 de Abril.

A primeira pergunta foi sobre as linhas de créditos aprovadas para o Assentamento 10 de Abril. Ela respondeu que foram aprovados investimentos em bovinocultura, um projeto e outro em apicultura (em média 400 colmeias), com um bom resultado. Esses projetos, segundo Eucleide, têm dado oportunidade de melhorar a renda das famílias assentadas. Para ela, é impossível morar na zona rural e desenvolver uma só atividade produtiva. No projeto de apicultura, segundo a técnica, é realizada mais de uma colheita de mel por ano, que paralelamente ajuda nas despesas da família.

Sobre o acompanhamento da EMATERCE, ela diz que a assistência técnica é sistemática e que o Assentamento 10 de Abril faz parte da área da microbacia, em que é

trabalhada a capacitação da produção para a comercialização e a busca do preço. Esse trabalho procura adequar-se à conservação e adequação dos produtos ao mercado. Sobre o acompanhamento e a frequência das visitas técnicas ela diz que para o Assentamento existe um técnico que acompanha 100 famílias e que no assentamento a visita pode ser semanal, a cada 15 dias, três vezes por semana ou quando necessário. Já houve projetos que a assistência era diária como no projeto de agropecuária do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FNE, onde o técnico acompanhava cada passo da execução. Com o encerramento do projeto, houve a necessidade de acompanhamento a outras comunidades.

É nessa realidade que os camponeses assentados vivem e encontram novas saídas para melhorar a produção e a comercialização, buscando novos meios e diferentes alternativas para a permanência nas suas terras.

Conforme Silva (2005),

Os assentados conseguiram a implantação de projetos importantes para o desenvolvimento da nova comunidade, diversificaram a produção e aproveitam melhor a potencialidade do imóvel, já que nessa terra não seria possível sobreviver apenas do cultivo agrícola, pois os solos são rasos e muito acidentados. Assim, o Assentamento 10 de Abril, que se organizou em torno do trabalho coletivo, integrando todos no processo de produção, desenvolve as atividades de apicultura, caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada, e pretende implantar um projeto para se trabalhar com piscicultura, aplicando parte do que arrecada na melhoria do assentamento, trazendo benefícios para toda a comunidade. (SILVA, 2005, p.138).

São projetos, como esses, que estão desenvolvendo na comunidade e cria o sentimento de pertencimento ao coletivo. O PRONAF está entre os relacionados bem como projetos das instituições parceiras que procuram trabalhar com práticas alternativas e a busca do crédito diferenciado para os camponeses. Mesmo não atendendo a todas as necessidades da comunidade, os projetos são importantes para o convívio em área de assentamento.

As práticas desenvolvidas pelas as novas instituições mudam a atuação e os encaminhamentos das demandas, diferenciando das antigas estratégias, como exemplo os projetos da Cáritas Diocesana e o Projeto Solari que é desenvolvido no Assentamento 10 de Abril que contempla a produção, a animação dos jovens e uso de novas tecnologias.

3 - A AGRICULTURA CAMPONESA NO CRATO

3.1 O município do Crato

O município do Crato – Ceará, conforme dados do IBGE/Censo Agropecuário 2000, está localizado no extremo sul do Estado na microrregião do Cariri cearense. Distante de Fortaleza 504,4 km, faz limite com os municípios de Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Santana do Cariri no Ceará e o município de Exu em Pernambuco. O clima é tropical quente, semiárido brando e tropical sub-úmido, com chuvas de janeiro a maio. O município apresenta em seu relevo a Chapada do Araripe, próximo ao perímetro urbano, continuando em vasta área que vai do leste ao oeste do município. As demais áreas são de depressões sertanejas e de planícies fluviais.

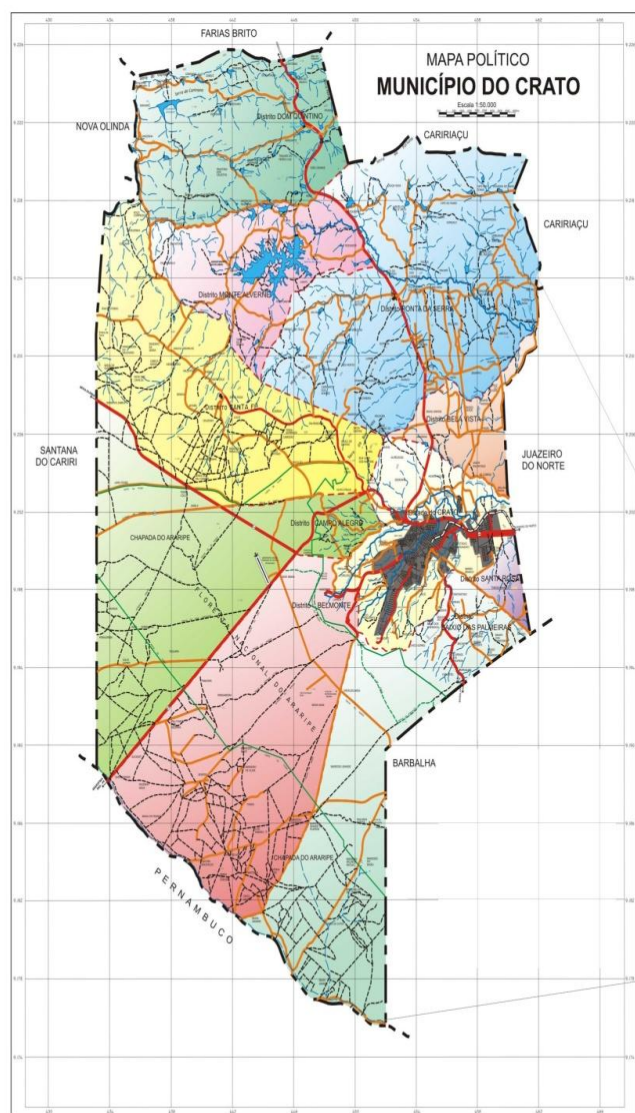
A vegetação do município é composta por: carrasco, floresta caducifólia espinhosa, floresta subcaducifólia tropical, floresta subperenifólia tropical e floresta subcaducifólia tropical xeromorfa. A precipitação pluviométrica anual já chegou a 1.090,9 mm (média histórica).

Os recursos hídricos são o açude Thomas Osterne de Alencar a Bacia do Rio Salgado e 137 poços, além de inúmeras fontes, que nascem no sopé da Chapada do Araripe. A piscicultura desenvolve-se nos córregos e açudes e as principais espécies encontradas são as tilápias e piabinhas.

Conforme dados do IPECE, 2010 a área geográfica do Crato é de 1.009,20 km², sua latitude é de 7° 14' 03" e sua longitude de 39° 24' 34".

Localizado no vale da bacia sedimentar do Rio Salgado o Crato está dividido em nove distritos, conforme a Figura 02.

FIGURA 01 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CRATO



Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Figura 1: Mapa de localização do município do Crato - CE

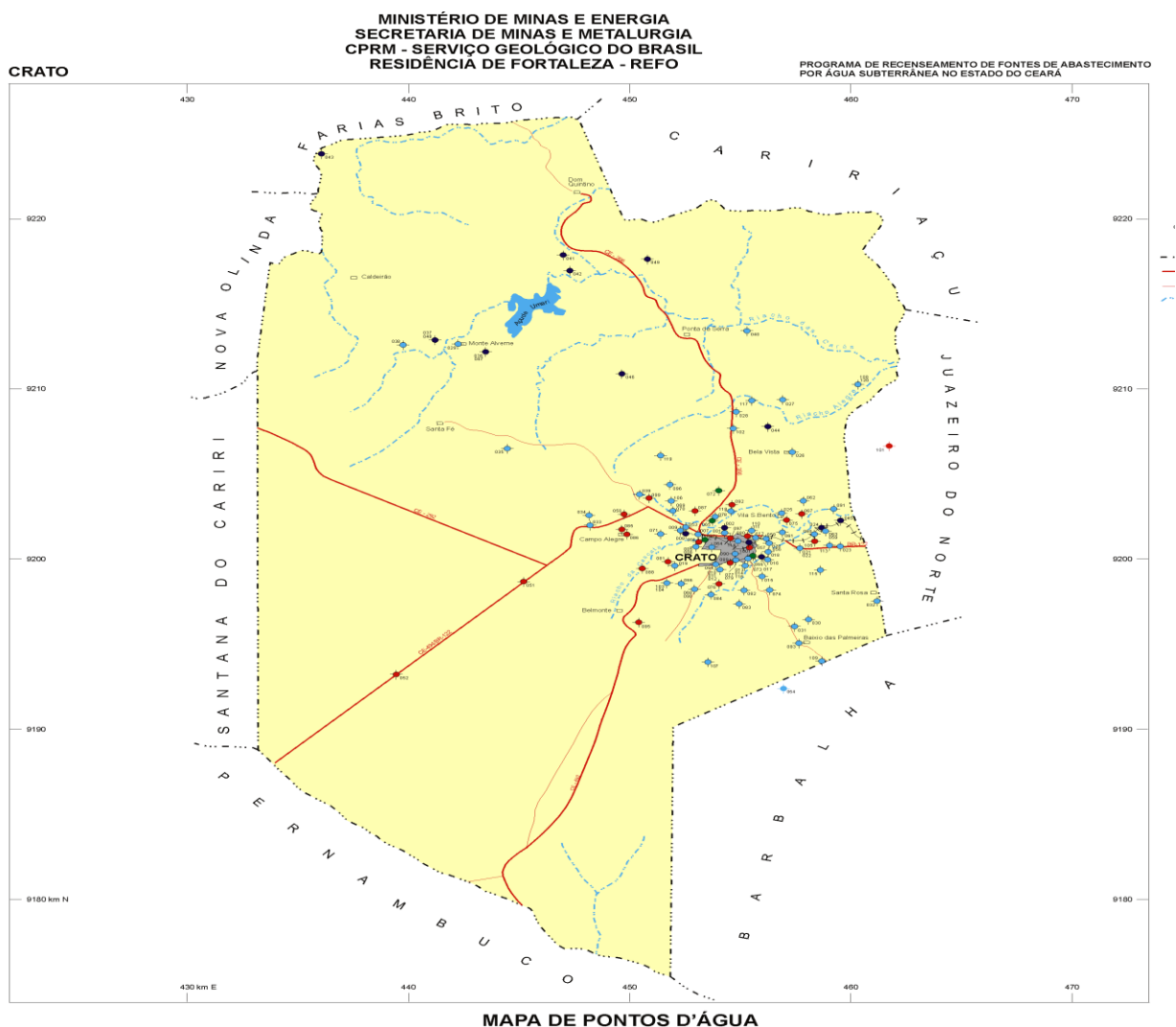
Dissertação: Título: AGRICULTURA CAMPONESA,
O PRONAF E AS INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS:
O CASO DO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL – CRATO-CE

Mestrando: Cicero Erivaldo de Lima
Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira



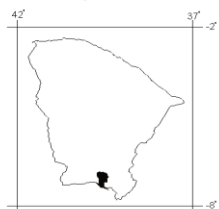
Fonte: IPECE. Prefeitura do Município do Crato - Ce
Projeto Cartográfico: ROCHA, A. B. da

FIGURA 03 - MAPA DOS PONTOS D'ÁGUA DO CRATO

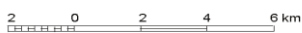


CONVENÇÕES

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Escala



Origem da quilometragem - Equador e MC 39° W Gr.
Acrescidas as constantes de 10.000 km e 500 km, respectivamente

Datum Horizontal: Córrego Alegre - MG
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituba - SC

- Poço Tubular em Uso
- Poço Tubular Desativado
- Poço Tubular Não Instalado
- Poço Tubular Abandonado
- Índice numérico correspondente ao identificador do ponto no Banco de Dados
Ex.: CRT/CE/010
- Poços cadastrados em campo como pertencentes ao município
- Sede do município
- Núcleo, lugarejo, povoado
- Limite intermunicipal
- Estrada pavimentada
- Estrada carroçável
- Curso d'água intermitente
- Barragem, açude



Fonte: Base planimétrica obtida a partir da Carta Topográfica Municipal integrada e atualizada pelo IBGE, A partir das cartas topográficas, escalas 1:100.000, da SUDENE/DSG. Adaptado por Lima, C.E de. Em maio de 2011.

Na figura 03 da pagina anterior ilustra os recursos hídricos do município do Crato e foi elaborado através de um levantamento e diagnóstico dos pontos d'água. (CPRM/REFO, 1998).

O Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará é executado pela CPRM- Serviço Geológico do Brasil, através da Residência de Fortaleza, sob a coordenação da Divisão de Hidrogeologia e Exploração – DIHEXP do Departamento de Hidrologia – DEHID-RJ em 1998.

A economia local é baseada na agricultura de feijão, milho, mandioca, arroz, algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças, banana, abacate e diversas outras frutas. Na pecuária extensiva, destaca-se a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e de aves. O extrativismo vegetal também estimula a economia, no período da colheita do piqui, fruto nativo da Chapada do Araripe, que serve de condimento e complemento alimentar para a população local durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. A atividade extrativista acontece com a extração do babaçu, oiticica e carnaúba como madeiras para lenha e construção de cercas, uso em padarias e fabricação de carvão vegetal, e com atividades com

A mineração gera fonte de renda por meio da extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, fachadas residenciais e uso na construção civil, bem como a extração da areia, argila e de rocha calcária. O artesanato é outra fonte de renda. Confecções de redes e bordados são bastante difundidos no município

No parque industrial do Crato estão instaladas e em funcionamento 95 indústrias, entre as mais importantes está a Gredene, de calçados o que em termos econômicos representa uma expressiva importância regional. O município destaca-se pela tradicional função de comercialização de produtos rurais, provenientes do desenvolvimento da agricultura no sopé dos vales irrigados da região do Cariri que nos últimos 50 anos se sobressaiu com a produção de cereais, frutas e fabricação da rapadura produzidas nos engenhos artesanais da cidade.

3.2 - As iniciativas sócio-organizativas e a busca pelo direito de acesso ao crédito

As famílias de camponeses do município do Crato resistem às dificuldades, às condições de vida no campo, por meio do uso dos recursos naturais e da produção de subsistência na agricultura de sequeiro. A escassez de alimentação em períodos de longas estiagens, as precárias condições de moradia, a ausência de trabalho e de geração de renda está associada a inexistência de política agrária e agrícola que garanta aos camponeses o acesso a terra para o cultivo e sobrevivência. São problemas presentes na região.

Essa realidade é retratada na fala:

Rapaz, a nossa renda é agricultura, a gente mora num chãozinho de casa aqui e arrenda terra com quem tem mais. Porque agora a coisa mudou, a gente pagava um saco de milho por tarefa e agora o patrão exigiu pra gente pagar 40 reais por tarefa, paga logo. A gente estranhou isso aí, porque nem que tenha inverno a gente paga a ele, e ele não perde e nós é quem perde o trabalho. Não é injusto? Acho que seria injusto um negócio desse, mas a gente não tem a terra. Eles é que tem, nos se sujeita a plantar, paga a renda do jeito que eles querem. (SR. JOSÉ MALAQUIAS - SÍTIO JENIPAPO, 2010).

A relação de produção estabelecida é sumariamente decidida pelo grande proprietário, que determina as condições de ganho em relação ao dependente das suas terras, além da desvantagem que levam os camponeses quanto aos fenômenos naturais pelos quais o proprietário se isenta de prejuízo que venha a ocorrer. Resta ao camponês a esperança de que haja um bom período chuvoso.

Dados do IBGE/2006 indicam que em âmbito nacional, o trabalho das pessoas experientes com 10 anos ou mais de exercício de uma mesma função eram na maioria (62,0%) na condução da atividade produtiva da agricultura camponesa. Os estabelecimentos dirigidos por pessoas com menos de 5 anos de experiência representam apenas 20,0% da agricultura camponesa.

Outro aspecto importante da agricultura camponesa brasileira é que pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não-camponesa essa participação não chegava a 7,0%. O Censo Agropecuário 2006 registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura camponesa (74,4% do

peçoal ocupado) em 31.12.2006, com uma média de 2,6 pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas. Os estabelecimentos não-familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão-de-obra ocupada. Entre as pessoas da agricultura camponesa, a maioria era de homens (dois terços), mas o número de mulheres ocupadas era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (um terço dos ocupados). Em média, um estabelecimento familiar possuía 1,75 homens e 0,86 mulheres ocupados de 14 anos ou mais.

No município do Crato, a participação das mulheres no mercado de trabalho rural vem aumentando de acordo com os dados nacionais. Como exemplo, tem-se o Assentamento 10 de Abril, onde existe um grupo de mulher que trabalha de forma sustentável com acesso aos recursos do PRONAF MULHER, destinados ao trabalho das mulheres como um incremento na produção dos quintais produtivos.

Fotografia 02- Crato –Manifestação do Dia Internacional da Mulher. 2005



Fonte: arquivo do STTR do Crato – 08 de março de 2005

A participação e a ocupação das mulheres nos mais diversos espaços de poder de

decisão são visíveis. Seja nas instituições sindicais seja no Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais do Crato, ou nos cargos efetivos e nos coletivos ou na direção das associações comunitárias. Outro aspecto é o fortalecimento das instituições representativas das mulheres como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense que reúne em torno de duzentas mulheres urbanas e rurais por meio de seminários municipais e organização de manifestações, reivindicando direitos e denunciando violência contra as mulheres.

No Crato os camponeses realizaram manifestações para a liberação dos recursos e financiamento pelos bancos oficiais. Foram realizados atos públicos e ocupações nas ruas da cidade, com o intuito de obter a garantia do cumprimento da legislação do PRONAF.

Na fotografia 03 podemos observar as demandas mais solicitadas pelos camponeses cratenses.

Fotografia 03 – Crato – Manifestação realizada pelo STTR - 1998



Fonte: Arquivo do STTR do Crato. 1998

Após o processo de cadastramento e de solicitação do financiamento, quando os

camponeses conseguem o financiamento do programa, as principais dúvidas e inquietações são relacionadas à quadra invernososa: “haverá inverno para o cultivo”? “E se não houver, como honrar os débitos com o banco”? A maioria cultiva agricultura de sequeiro e é característica do agricultor camponês preocupar-se com bastante frequência em preservar o crédito no mercado. Outros agricultores preferem não acessar esses recursos, como se observa pela nota a seguir:

Com 76 anos, 60 dos quais dedicados ao corte de cana e à agricultura, o tocador de pífano Raimundo Aniceto, líder da banda cabaçal "Irmãos Aniceto", vive exclusivamente da agricultura. "Lá em casa nunca faltaram arroz, feijão e milho", diz, acrescentando que nunca precisou dos programas sociais do governo nem nunca entrou num banco para solicitar empréstimo. Raimundo faz parte de 20% dos pequenos produtores que não procuram os empréstimos agrícolas. É justamente este contingente de agricultores que precisam ser incluídos nas linhas de crédito para custeio da produção, investimento ou para a comercialização da produção. A meta é integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE/ CADERNO REGIONAL DIA 29 /09/ 2010).

No Cariri, e especificamente no Crato, a raiz cultural dos camponeses é rica, visível nas diversas manifestações das comunidades rurais. O senhor Raimundo Aniceto é o líder da banda cabaçal Irmãos Aniceto, um dos grupos mais populares da região, composto em sua maioria de agricultores camponeses negros de comunidades próximas à sede do município.

Existem ainda no Crato outros grupos populares em comunidades rurais que procuram resgatar as danças indígenas e de remanescente de quilombos como o grupo Urucongo de Arte e Cultura que envolve os jovens rurais em apresentações buscando levar a formação artística e valorizar a cultura local, fazendo memória dos povos tradicionais como na quadrilha junina apresentada em 2005 intitulada; “O casamento de negros no arraiaá quilombola” e apresentação relacionada à preservação e o estímulo para a convivência com o meio natural na Chapada do Araripe com sua rica fauna e flora.

Esse grupo é composto por membros das comunidades dos Sítios Francisco Gomes, São Vicente, Coqueiro e Currais, localizados no sopé da Chapada do Araripe. Os integrantes do Urucongo fazem parte do povo camponês que resistem e valoriza a vida no campo através da dança do maculelé, torrê e outras danças regionais.

Fotografia 04 - Crato -Grupo Uruongo de Artes. 2010



Fonte: Arquivo pessoal de Lima, C. E. Junho/2010

Em atividades como a exposição dos produtos da agricultura familiar – EXPROAF. O grupo Uruongo de Artes apresenta as danças tradicionais dos povos indígenas e das comunidades negras. Entre as atividades artísticas estava a peça “se nu trapaia meus pranos” Onde era retratando o mau uso da terra e o êxodo rural feito por boa parte dos nordestinos.

Entre outras comunidades ainda no município do Crato encontram-se também grupos de mulheres que dançam outros estilos tradicionais, como as mulheres do coco, coreografia tradicional das comunidades rurais. É uma dança popular de roda, acompanhada de canto e percussão. As apresentações acontecem sempre em eventos festivos e comemorativos das comunidades rurais como exemplo durante o aniversário de fundação da Associação Cristã de Base – ACB em 2011.

Fotografia 05 - Crato – Dança das mulheres do coco da Bela Vista -2011



Fonte: Arquivo da ACB – 2011

Para as atividades culturais serem vivenciadas pelos diversos grupos nas comunidades os camponeses devem estar estimulados e encontrarem motivos para festejos e comemorações. Todas essas manifestações passam pela qualidade de vida e pela organização dos camponeses na busca do acesso a terra, aos direitos sociais e ao crédito.

Existe a divulgação do PRONAF por parte de órgãos e de técnicos, por meio de propagandas na televisão e no rádio, com o fim de despertar a curiosidade dos agricultores camponeses para a procura do financiamento e o acesso aos recursos. Porém, a falta da terra e das chamadas cartas de anuência dos proprietários das grandes e médias propriedades impossibilitam centenas de agricultores camponeses de ter acesso ao crédito financiamento, sendo essa a principal dificuldade que eles encontram para a utilização dos recursos do PRONAF no município do Crato. Ao assinar essas cartas, o proprietário está garantindo o uso e dando direitos produtivos para os que estão usando a terra e que trabalham sem contrato.

Essa realidade é revelada no depoimento que se segue:

O que mais tem sido como reclamação, como solicitação é a questão do acesso à terra, antes que o reclamação de acesso ao crédito, após repasse de informações com oportunidade de negócio, vão às comunidades. Banco do Nordeste, Banco do Brasil, junto com a EMATERCE, faz reuniões sistemáticas e disponibiliza o crédito para os agricultores e agriculturas, jovens. E agora a grande reclamação é a terra. Constantemente nas reuniões de planejamento é comum os agricultores reclamarem da falta de uma oportunidade do acesso a terra, por conta até da oferta de propriedade de se vender para os assentamentos. Por que coincidentemente é aqui no Crato, como em qualquer região, principalmente no Estado do Ceará, que detém os bens de produção, infelizmente ainda não são os agricultores. São os empresários, são os médicos, são os grandes criadores. Então nós temos uma dificuldade de implantar tanto as políticas públicas, como crédito, por conta dos agricultores não serem os legítimos proprietários. Então isso dificulta de certa forma o investimento em longo prazo. Por conta do volume de recursos que vai aplicar e do prazo que o agricultor pode permanecer nessa terra. Porque a gente vê aqui no Cariri: os empresários, adquirindo terras, sempre enriquecem mais ao adquirir essas terras e não têm necessidade de vender e não tem interesse. (TÉCNICA DA EMATERECE, 2010).

Para o subsecretário da agricultura do município do Crato, houve aumento na demanda dos agricultores camponeses em relação ao acesso a crédito:

Nos últimos oito anos, as linhas de crédito do PRONAF cresceram mais de 500% para o Nordeste. Para o Nordeste hoje temos um volume de recursos muito grande na área do PRONAF e um acesso muito bom dos agricultores familiares, então contribuem para melhorar a renda dos agricultores, muita gente já saiu da linha de pobreza no Crato e em todo o Nordeste, saíram da linha de pobreza por conta desses projetos do PRONAF e tem contribuído muito pra melhorar a renda de sua família e a alimentação dos nossos agricultores familiares no município do Crato. Então às vezes a gente até critica alguns agricultores que não empregam de forma correta o PRONAF, e como criticamos também alguns que deixaram às vezes de pagar, de pagar por conta de não terem feito a aplicação, aí entra essa questão do governo e dos técnicos fiscalizarem o programa do PRONAF. A gente inclusive é incentivada o próprio banco junto com a EMATERCE, com a agricultura, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a fazerem essa fiscalização dos projetos para que eles sejam bem aplicados, porque se eles forem bem aplicados, com certeza vai melhorar e muito a renda dos agricultores familiares e em consequência disso melhora a circulação das finanças do município do Crato. (SUBSECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DO CRATO – CE, 2010).

O público-alvo dos recursos do PRONAF é na maioria pequenos proprietários e assentados em programas de reforma agrária, o que significa que os trabalhadores sem-terras que plantam em áreas de grandes e médios proprietários não acessam esse financiamento. Essa situação foi visível nas comunidades pesquisadas e nos diálogos com os camponeses.

Aqueles que tiveram acesso trabalharam em suas terras, ao quitarem suas dívidas e ao calcularem suas margens de resultados, lucros obtidos no final da operação. Não obtiveram consideráveis avanços na melhoria de vida. Durante os diálogos foram comuns os depoimentos de que dá pra pagar o empréstimo, porém o lucro que se tem é pouco. O que não estimula a uma nova adesão ao empréstimo.

A busca do crédito está associada à luta pela terra para que os agricultores camponeses possam desenvolver satisfatoriamente suas atividades produtivas e, assim, desencadear um fortalecimento das suas ações produtivas e de geração de renda, contribuindo principalmente para a permanência no campo.

3.3 - O Assentamento 10 de Abril e o Caldeirão: Práticas e inversões territoriais

Neste tópico analisar-se-á as práticas das relações de produção, a vida social, e a convivência no semiárido carirense das comunidades 10 de abril e Caldeirão em períodos históricos diferentes. Para esse estudo, serão levadas em consideração as pesquisas anteriormente realizadas sobre as duas comunidades descrevendo situações e observando fatores como as especificidades, os sucessos e os desafios da vida em comunidade.

A comunidade do Assentamento 10 de Abril foi criada após ocupação do Caldeirão, em 1991, por dezenas de famílias sem-terra, oriundas de vários municípios da região do Cariri, organizadas pelo MST e apoiadas por várias organizações sociais do campo e da cidade. Posteriormente o Caldeirão foi desocupado, e as famílias foram levadas para outra fazenda vizinha desapropriada, que recebeu o nome de Assentamento 10 de Abril. Silva e Alencar (2009) relatam a ocupação do Caldeirão:

Por tudo o que representou, mesmo após mais de meio século de sua destruição por tropas militares, o Caldeirão foi tomado como modelo a ser seguido por outros camponeses da região do Cariri cearense, que após articulados pelo STTR, CPT e MST, ocuparam suas terras, reivindicando sua desapropriação. Deu-se aí a utilização da história e da memória para a formação de novos sujeitos sociais, o passado passava a ter um ressignificado no presente. (SILVA E ALENCAR, 2009, p. 135).

Os camponeses que fazem parte do Assentamento 10 de Abril, poucos tentaram vivenciar e aprofundar as experiências que se passaram na história do Caldeirão. Muitas pessoas não conheciam de forma clara e direta a trajetória vivida nos anos 1930 pelo povo naquelas terras.

O que mais chamou a atenção na história do Caldeirão no início da década de 1930, quando houve a destruição da comunidade pelo número de pessoas e de famílias que moravam e a trabalhavam em uma área que aparentemente não oferecia condições de vida para milhares de camponeses. Conforme Silva e Alencar (2009),

A reocupação do Caldeirão ocorreu no dia 10 de Abril de 1991 dela participaram 96 famílias que durante 15 dias permaneceram acampadas na fé e na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. A ocupação do Caldeirão tinha como objetivo maior criar um fato político que pudesse repercutir para que, dessa forma, o Governo Federal e o do Ceará apresentassem uma solução

para o problema dos camponeses que não possuíam terra. (SILVA E ALENCAR, 2009 p.135),

Das 96 famílias que reocuparam o Caldeirão, 50 vivem e trabalham no Assentamento 10 de Abril. Em desencontro a história e a experiência de vida do Caldeirão que crescia constantemente. O Assentamento reduziu o número de famílias. Será que o atual programa de reforma agrária não permite o crescimento e melhoria de vida como ocorreu no Caldeirão? Será que a presença do Estado, com crédito agrícola como o PRONAF e o PROCERA, assistência técnica e infraestrutura, não é suficiente para o crescimento e a manutenção das famílias na área de assentamento? Existem equívocos nas práticas atuais?

Em 10 de abril de 2011, o Assentamento comemorou 20 anos de existência. Em duas décadas de trabalho, os dilemas e os entraves encontrados na vida comunitária ainda são um desafio. Um dos pontos de conflitos mais comuns é a utilização de determinadas áreas para cultivo. Onde alguns moradores desobedecem às decisões coletivas e plantam de forma individual em áreas para outros fins. Outro motivo de desentendimento são relações interpessoais ainda não superadas entre os membros. Esses fatores provocaram a saída de pessoas e famílias. Segundo as regras do estatuto e do regimento do assentamento, as decisões para a expulsão ou não de membros que não seguem as regras estabelecidas são tomadas em assembléia.

Conforme relatos dos assentados, os conflitos entre grupos permaneceram fortes, com divisão de opiniões e de forma de trabalho. Logo nos primeiros anos, em torno de 20 famílias deixaram o Assentamento, tendo como principais motivos a falta de condições de produção, alimentação e de infraestrutura. Além do descumprimento de decisões coletivas, das indisciplinas e das divergências pessoais. Posteriormente, as razões foram dificuldades de convivência comunitária e falta de expectativa na melhoria de vida ao acreditarem que as terras não produziram o suficiente para todos os assentados.

Atualmente, o trabalho coletivo é com a produção de leite, para a alimentação das famílias. O roçado comunitário não é mais uma referência da comunidade e o grupo de mulheres que trabalhava a horta coletiva foi desativado. As poucas experiências coletivas vividas não contemplam a maioria de seus moradores. Fragilizado assim o trabalho coletivo.

Um exemplo do pouco trabalho coletivo é o projeto de apicultura, que teve início com dez famílias e hoje favorece um grupo de sete famílias que acessou o financiamento do PRONAF.

Outro aspecto observado durante a investigação foi a falta de absorção da mão-de-obra dos filhos dos assentados, que na sua maioria não encontraram trabalho no assentamento e tiveram de buscar ocupações em outras localidades, pelo fato de estar fora do cadastro de projetos em andamento ou mesmo não haver regulamentação do trabalho dessas pessoas no regimento e nos estatutos da associação. Outros filhos contraíram matrimônio e não conseguiram se cadastrar como assentados. A maioria dos jovens que depararam com esses problemas viajou para o Sudeste do País.

Próximo aos oitenta anos de história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1932-2012), as experiências de vida e a forma de produção realizada por essa comunidade são pesquisadas para melhor se entender a forte referência do trabalho nas comunidades. As atividades desenvolvidas pelo Beato José Lourenço atraíram milhares de pessoas para essa comunidade que se tornou lendária para todo o Nordeste.

Silva e Alencar (2009) fazem o seguinte relato:

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto destaca-se na história cearense por suas características peculiares de organização, que fizeram nascer no interior do Nordeste uma comunidade onde a vida dos moradores tinha uma qualidade superior à de qualquer outro camponês que habitava essa região no mesmo período. Muitos autores que escreveram sobre o Caldeirão atribuem-lhe a categoria de movimento messiânico, em virtude da prática religiosa de seus membros se configurar como uma de suas características mais marcantes. (SILVA E ALENCAR, 2009, p. 2).

Nesse sentido, a vida social dos habitantes do Caldeirão nos anos de 1930 era superior à das outras comunidades vizinhas. O Beato José Lourenço acolhia todos aqueles que se interessavam em viver em comum, seguindo os costumes e as regras estabelecidas. O crescimento da comunidade deu-se com a chegada de novas pessoas e com o crescimento natural de seus habitantes. Conforme Cordeiro (2004),

O Caldeirão foi uma comunidade camponesa, que existiu durante 10 anos, onde habitavam aproximadamente 1.700 pessoas. No início, era um pequeno grupo sob a liderança do Beato, em torno da devoção à Santa Cruz. Possuía um sistema de produção e distribuição de bens básicos (víveres, instrumentos, oportunidades de trabalho, moradia e “alimento para o espírito”) com característica de autogestão: “tudo era de todos”. (CORDEIRO. 2004, p. 43).

Em cânticos entoados pelos movimentos de animação das comunidades, o Caldeirão aparece nos retalhos da nossa história como um exemplo de vida em comunhão. A história dessa comunidade se assemelha às histórias de resistência dos negros escravos de Palmares no Estado de Alagoa e de Canudos no sertão da Bahia. Movimentos socioterritoriais como as Comunidades Eclesiais de Base - CEBES, o MST, a Comissão Pastoral da Terra - CPT permitem que a memória dessas comunidades continue e que essas experiências sempre as encorajem para viver e lutar por uma melhora de qualidade de vida e por justiça social. A construção de uma sociedade passa pelo exemplo das histórias desses povos.

Silva e Alencar (2009), afirmam que

Após a saída do sítio Baixa Dantas, José Lourenço e os camponeses foram enviados pelo Padre Cícero para um sítio de sua propriedade no sopé da Chapada do Araripe, conhecido como Caldeirão. O nome da propriedade é proveniente das formas geológicas denominadas de Caldeirão, que são escavações realizadas pela força das águas nas rochas, ocasionando a dissecação do relevo e formando espécies de reservatórios naturais que acumulavam água inclusive nos tempos de estiagem, favorecendo a agricultura no local. (SILVA E ALENCAR 2009, p.06).

O Caldeirão, logo no início da chegada do Beato José Lourenço, não dispunha de estrutura produtiva. As práticas no manejo da terra, adquiridas com o grupo no Sítio Baixa Dantas, favoreceram a rápida produtividade daquelas terras áridas de tabuleiros. O trabalho coletivo desenvolvido e a partilha da produção garantiram a sobrevivência e a autossustentabilidade da comunidade.

Hoje, práticas como: a agrofloretação, que consiste na conservação e no não uso do fogo na preparação do roçado; a preparação da terra com valetas de retenção nos tabuleiros como forma de evitar erosões em solos acidentados; a construção de barragens subterrâneas; a captação d'água dos telhados da casa e a criação de abelhas silvestres são bastante difundidas. Existem indícios de que essas práticas foram utilizadas sabiamente pelo povo daquela época no Caldeirão.

Sobre a produção, Silva e Alencar (2009) dizem que

O Caldeirão atingiu sua autossuficiência, produzindo desde as suas roupas, que eram confeccionadas em teares manuais, em que era utilizada como matéria-prima o algodão cultivado no imóvel, até as ferramentas de trabalho, além de sabão, panelas, baldes, artefatos de couro, enfim tudo de que precisavam. Fortaleceram, via métodos artesanais, uma espécie de "indústria" que visava suprir as necessidades internas da

comunidade. Existiam no imóvel diversas oficinas, cada uma especializada em um ramo, como a funilaria, a carpintaria, o curtume, a ferramentaria, além de casas de farinha e engenhos utilizados no beneficiamento da produção. (SILVA E ALENCAR, 2009, p. 14).

Com essas características, percebe-se que a presença do Estado não foi necessária para a melhoria da qualidade de vida daqueles camponeses, não havendo registro de apoio e assistência social que comprove tal presença. A comunidade do Caldeirão era autossustentável; assim se explica o crescimento rápido, pois não havia restrições para novos moradores enviados pelo Padre Cícero que procurassem viver em harmonia com as famílias e com a liderança do Beato José Lourenço. Cordeiro (2004) cita:

O Beato José Lourenço surge como líder, assim como o Padre Cícero, num momento em que os trabalhadores rurais migraram pelo sertão nordestino precisavam de alguém que apontasse caminhos para satisfação de suas necessidades fundamentais como indivíduos e como grupo. (CORDEIRO, 2004, p. 209).

O Beato José Lourenço era um negro descendente de escravos, esteve ligado ao padre Cícero Romão Batista e foi um líder nato, o qual toda a comunidade aceitava, de acordo com depoimentos de remanescentes.

Teria uma motivação racista levado a criar uma antipatia da elite local branca a um líder negro? Na versão da história oficial a explicação é que teriam sido o misticismo, os hábitos de consumo e de produção, que se aproximava do comunismo, da forma estabelecida na vida comunitária.

Os meios determinados para a vida no Caldeirão fizeram surgir adversários para a comunidade. No princípio foram os grandes proprietários da região, que estavam encontrando dificuldades para a contratação de mão-de-obra, resultado da quantidade de camponeses que abandonaram a vida de moradores, sujeitos aos domínios dos grandes proprietários para viver no Caldeirão.

O que foi usado como justificativa para por fim ao Caldeirão estava relacionado à posse das terras em que a comunidade estava estabelecida.

Silva e Alencar (2009) colocam que

Com a morte do sacerdote no ano de 1934, as terras do Caldeirão passaram a pertencer à ordem dos padres Salesianos, já que essa foi a vontade expressa pelo Padre em seu testamento. A partir de então, a comunidade começou a pagar os foros para que seus habitantes pudessem permanecer nas terras, até que em 1936 o representante jurídico da ordem dos salesianos solicitou a reintegração de posse da propriedade, mesmo o Beato tendo manifestado o interesse em comprá-la. Junto com o pedido de reintegração de posses, o Deputado e procurador dos padres salesianos, Norões Milfont, também iniciou um procedimento de difamação da comunidade junto ao governador do Estado do Ceará. (SILVA E ALENCAR, 2009, p. 133).

Nesse sentido, houve insatisfação do clero diocesano do Crato por não se manifestar em favor da permanência das famílias na comunidade ou mesmo de interpelar aos padres salesianos sobre a doação ou venda daquelas terras para a comunidade.

Cordeiro (2004) descreve assim o desfecho da história do Caldeirão:

A “comunidade” originada em torno de 1926 teve seu fim a partir de setembro de 1936, destruída por forças militares do Estado. Naquele ano, o Caldeirão foi tomado de assalto por forças policiais do Estado do Ceará. A “comunidade” foi invadida e destruída. Parte da população foi presa e levada a Fortaleza. Outros penetraram na floresta da Serra do Araripe e se dispersaram na mata. Muitos foram obrigados a migrar para qualquer lugar. (CORDEIRO, 2004, p. 45).

Posteriormente, o Beato se refugiou no Sítio União, no município de Exu, no Estado de Pernambuco, conforme Cordeiro (2004), e faleceu em 1946. A construção de outras experiências como a do Caldeirão não teve uma continuidade, não restou sucessores para encaminhar as experiências que influenciaram milhares de pessoas para o convívio comunitário e fraterno.

A continuidade do Caldeirão seria uma ameaça até mesmo ao crescimento e à própria história do Juazeiro do Norte e do fenômeno Padre Cícero, pois os romeiros estavam seguindo para o Caldeirão e encontrando no Beato José Lourenço um verdadeiro sucessor do patriarca do Sertão, Padre Cícero Romão Batista. O deslocamento das peregrinações fazia crescer a preocupação da elite regional, pois comprometeria o crescimento e a expansão da cidade.

A realidade das comunidades Assentamento 10 de Abril e Caldeirão aqui é diversa e encontra-se várias inversões que devem ser levadas em conta nas atividades de fortalecimento e nos planejamentos. Conforme Silva e Alencar (2009),

Consideramos que apesar de ocorrerem em diferentes momentos da história e possuírem características diversas relacionadas aos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, tanto a comunidade do Caldeirão como a do Assentamento 10 de Abril são exemplos de um modelo diferenciado de trabalho no campo baseado em princípios cooperativistas, coletivos e comunitários, que se apresentam como uma das formas alternativas ao modelo proposto pelo Estado brasileiro, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital e dos grandes proprietários fundiários, em detrimento do campesinato ou dos povos do campo (SILVA E ALENCAR, 2009, p. 135).

Assim, o trabalho para a construção de uma comunidade semelhante à do Caldeirão não foi possível até os dias atuais. É necessário compreender que práticas sociais, com valores próximos aos vividos naquela época só seriam viáveis com total ruptura com as amarras criadas pelo sistema capitalista em que se vive. Como bem afirmam Silva e Alencar (2009), estamos em uma sociedade capitalista, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em torno da acumulação e da exploração.

Contudo, não se deve esquecer que uma nova realidade de vida no campo é possível, como bem lembram as músicas do cantor cearense José Vicente que sempre tratam dessas questões, como a música “Utopia”, entre outras cantadas nas romarias de terra em diferentes locais das dioceses do Ceará. Anualmente a romaria acontece no Caldeirão, promovida pela CPT e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que reúnem no mês de setembro de cada ano centenas de pessoas que se deslocam ao Sítio Caldeirão para celebrar e fazer reverência à história e à memória daquele povo que viveu uma das mais ricas experiências de vida comunitária.

3.4 - As inovações técnicas: Agroecologia, quintais produtivos e as experiências do Assentamento 10 de Abril

As práticas usadas no preparo do solo para o plantio ao longo dos anos no Brasil foram sempre rudimentares com uso intenso das queimadas, o modelo produtivo da monocultura, provocaram acentuados desgastes em grande parte dos imóveis rurais. Essas áreas, historicamente, sempre receberam estímulo das políticas agrícolas governamentais. Por outro lado, a agricultura praticada por família em pequenas propriedades, foi um segmento cujas potencialidades foram difíceis de ser desenvolvidas como forma de produção social específica, subsistência e suprir o mercado interno e que procura desenvolver práticas alternativas para conservação do solo e aumento da produção.

Conforme Marcos (2007),

Muitas são as dificuldades enfrentadas, da repetição de modelos tradicionais de prática agrícola à falta de orientação e assistência técnicas adequadas; da falta de créditos para a produção às dificuldades de comercialização, apenas para citarmos algumas delas. Tais problemas têm colocado aos camponeses a necessidade de unir-se para buscar alternativas ao modelo tradicional de prática agrícola e de comercialização da produção, e é nesse sentido que a agroecologia tem se configurado cada vez mais como uma alternativa para a produção – e comercialização – camponesa nas áreas de assentamentos rurais. A agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura convencional e orientar o correto redesenho e manejo dos agroecossistemas em busca da autossustentabilidade. (MARCOS, 2007, p. 3).

É nessa perspectiva que a agroecologia é desenvolvida e aplicada nas pequenas e médias propriedades e em solos desgastados, indispensável para o trabalho com práticas alternativas. Ao se tratar da agroecologia, destaca-se a importância dessa temática para o campesinato no Crato. Consiste no uso racional da terra, colocada como solução para a melhoria da produção de agricultores camponeses, que promove cuidados com a sustentabilidade dos solos para que produzam bem e de forma continuada.

A falta da terra e de uma política fundiária que garanta a justa distribuição da terra faz com que as famílias de agricultores que possuem uma pequena área se preocupe mais com o fogo e a preservação do solo usado nas atividades agrícolas.

No Cariri cearense as pequenas e medias propriedades já não produzem em quantidade e qualidade semelhante ao que produzia a duas décadas passadas, dada ao uso demasiado do fogo e o desgaste natural da terra.

Marcos (2007) afirma:

A agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Trata-se do resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos etc.), conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Desse modo, para se obter um alimento verdadeiramente orgânico, é necessário administrar conhecimentos de diversas ciências para que, através de um trabalho harmonizado com a natureza, se possa ofertar ao consumidor alimentos que promovam não apenas a saúde dele, mas também a do planeta como um todo. (MARCOS, 2007, p. 6.).

Ao longo da vida no campo, a preocupação dos agricultores com a produção e a quantidade dessa produção levou as famílias a lidarem com a terra de forma agressiva. O cuidado com a rotatividade de cultura e o tempo de uso da mesma área nunca foi uma grande preocupação da maior parte dos trabalhadores rurais da nossa região, mesmo no semiárido nordestino, em que os níveis pluviométricos são baixos e o período de estiagem chega a durar anos.

Na pesquisa de campo, no Sítio Pai Mané, no distrito de Ponta da Serra, a agricultora senhora Gerusa Sátiro fala sobre da agrofloresta e da relação com os vizinhos:

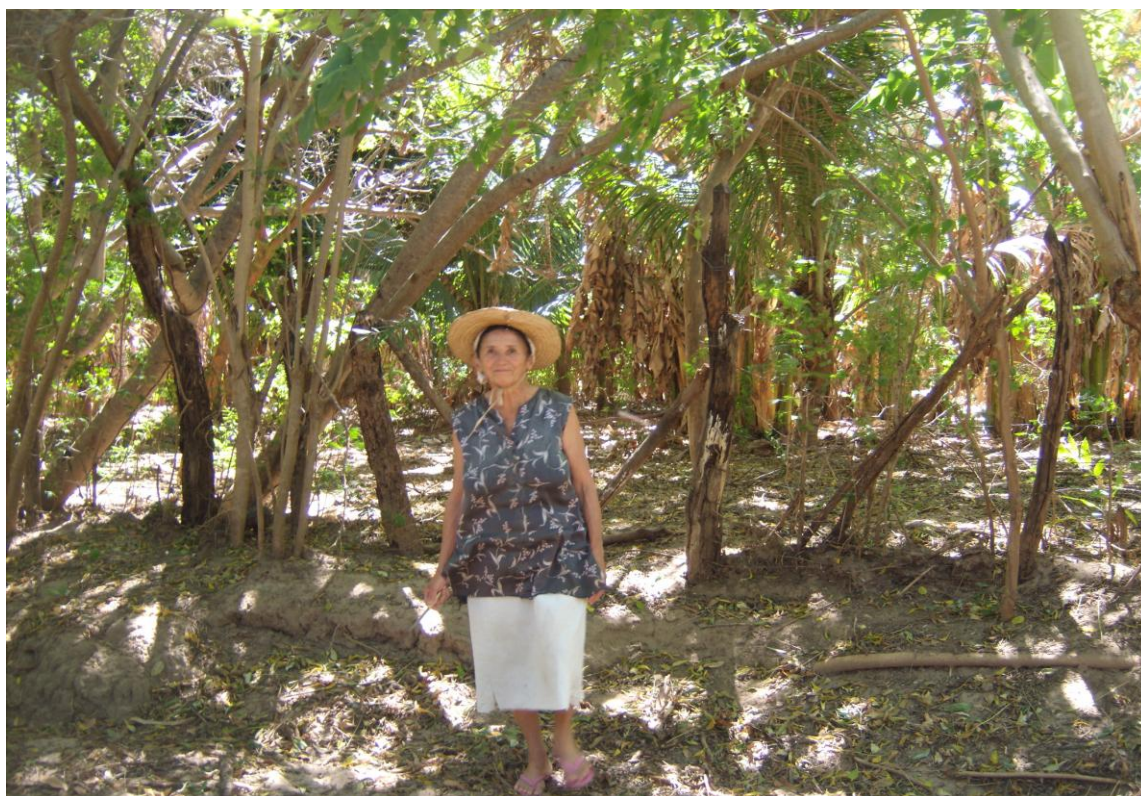
Já fiz aqui a agrofloresta. Eu não costumo usar fogo, mas o pessoal vizinho geralmente usa, entra fogo nas roças dos outros. Como aconteceu. Eu estava decidida a plantar sem queimar. Aí inventaram de botar fogo perto do banheiro, então quando foi mais ou menos uma doze e meia, ainda do dia, o sol muito quente e ventando muito, pegou fogo em tudo. Foi preciso tirar os bodes do cercado. (GERUSA SÁTIRO - SÍTIO PAI MANÉ, 2010).

A atividade desenvolvida nessa propriedade é fruto do trabalho das experiências divulgadas pela ACB, que desenvolve essas iniciativas, que não recomenda o uso do fogo para o preparo do roçado.

Conforme a senhora Gerusa, a da instituição de que participa é uma cooperativa que se encontra desativada, e diz que se estivesse funcionando seria muito bom para se conseguir empréstimos e facilitar a produção. Ela citou como exemplo o PRONAF, que

melhoraria o capital da própria cooperativa. Falando sobre o seu trabalho, comenta que as atividades mais pesadas ela não pode fazer e que a solução é mesmo buscar o serviço de um diarista.

Fotografia 06 - Crato - Sítio Pai Mané – Área proposta para Agrofloresta. 2010



Fonte: Arquivo pessoal de Lima, C. E. Junho/2010

Na discussão do espaço para a produção agroecológica e a reforma agrária para os camponeses, a agricultora afirma que o campo tem necessidade de um programa que beneficie maior número de pessoas para trabalhar e utilize essas experiências dos cuidados com a terra.

Em relação ao excedente da produção, respondeu que:

Há excedente, acho que é de fruta, o que mais se perde. A gente não comercializa, não tem como, se perde muita laranja, manga, lima. É na época de chuva, que não tem estrada, fica para os passarinhos, para os bichinhos mesmo. Os cereais, a gente só planta mesmo para comer e dar milho para as galinhas. (GERUSA SÁTIRO - SÍTIO PAI MANÉ, 2010).

Sobre a política do governo que acredita ser mais importante para sua família, ela lembrou da Bolsa Família, que ajuda muito, mas que não é o ideal. O ideal seria que todo mundo tivesse acesso ao empréstimo do PRONAF e trabalhasse melhor.

A propriedade dos efeitos positivos do não uso do fogo é visível na propriedade da senhora Gerúsia. Existe na propriedade uma variada produção de frutas que beneficia a todos. Os seus familiares da cidade sempre levam laranjas, que geralmente produzem bastante.

As queimadas nas áreas para o cultivo foram sempre encaradas como uma ação natural para a maioria dos grandes proprietários e agricultores camponeses, que culturalmente sempre o fizeram. De um lado, a explicação dos malefícios que o solo sofre na baixa fertilização; de outro lado, o prazer de ver a grande fogueira se levantar e queimar tudo que se vê pela frente, acreditando que as cinzas que ficam seria adubo que proporcionaria mais fertilidade à terra. Essa realidade analisada foi na comunidade do Sítio Jenipapo, quando o camponês, ao ser interrogado se no período de preparo da terra ele usa fogo para preparar o roçado, respondeu o seguinte:

Fogo se for mato, mato de fogo. (SR. JOSÉ MALAQUIAS – SÍTIO JENIPAPO, 2010).

Assim, na prática do camponês entrevistado existe a ideia de que mato é vegetação específica para se utilizar fogo. O uso do fogo está associado a perda de microorganismos que mantêm a fertilidade da terra. O resultado dessa forma de entendimento é que existem hoje grandes áreas de terras sem fertilidade e que a produção dos últimos anos vem decrescendo.

Há décadas não tem existido uma preocupação dos organismos do Estado de controlar com mais austeridade o uso abusivo do fogo nas áreas de produção agrícola. Assim várias áreas perderam sua fertilidade como acontece nas médias e grandes propriedades que praticam a pecuária.

De acordo com as informações passadas pelo senhor José Malaquias é comum os proprietários de terras no Crato, definirem no ato da concessão para o plantio na área o seguinte: o trabalhador planta a sua semente e, junto com a ela, planta também as sementes de

capim do proprietário. No final do cultivo, já na colheita, fica o capim em boas condições para o proprietário da terra. Os legumes e os cereais do agricultor camponês germinam juntos ao capim nessas áreas. Assim o camponês realiza o trabalho e o cultivo do pasto, onde o proprietário não tem despesas. Esse tipo de parceria serve como pagamento da renda do camponês.

Além das dificuldades para plantar, existe também a falta de condições de ingresso aos mercados locais, assim como em outros mercados do Brasil, como afirma Naves (2008), relatando as estratégias de acesso ao mercado, adotadas por agricultores camponeses agroecológicos no município de Araponga – MG:

A colocação dos produtos agrícolas provenientes das experiências agroecológicas de Araponga no mercado enfrentava dificuldades, sobretudo porque eles não atendiam a padrões relativos a volume e quantidade (tamanho, aparência etc.) A questão do volume de produção, critério importante quando se trata de mercado, começou a ser resolvida na medida em que as famílias passaram a praticar a agroecologia no município. Mesmo assim, a oferta continuava irregular: enquanto alguns eram ofertados em quantidade suficiente apenas para o mercado local e outros em apenas alguns períodos do ano, certos produtos tinham oferta superior à demanda do município. (NAVES, 2008, p. 158).

No que se refere à demanda da produção para a feira de produtos oriundos das propriedades de agricultores que trabalham as atividades agroecológica no Crato, os trabalhadores do município passam pelas mesmas dificuldades relatadas no exemplo acima citado, sobre aumento de produção e manutenção da oferta em patamares permanentes. Nesse propósito, o grupo de trabalhadores é acompanhado pela ACB que presta assistência e orientação para o cultivo e buscam praticar técnicas de conservação do solo e não uso de agrotóxicos.

Outra prática na perspectiva da agroecologia são os quintais produtivos. Várias comunidades vêm, por meio de práticas simples, desenvolvendo boa parte da produção de alimentos para o consumo familiar e até mesmo para comercializar nas feiras locais.

Sobre o público-alvo de suas ações, o senhor Assis Batista, técnico da ACB, afirma o seguinte:

Principalmente são os pequenos mesmo, os agricultores familiares, como são chamados, mas que trabalham em terras arrendadas, mas são poucos, a maioria são

os pequenos, assim de pequenas áreas, que têm um quintal pequeno. Nós trabalhamos em quintal produtivo, já são muitos; é, acho que a categoria é essa, que os agricultores familiares tenham pelo menos um quintal. (ASSIS BATISTA – MEMBRO DA EQUIPE DA ACB, 2010).

Os quintais produtivos podem ser utilizados na unidade familiar como parte integrante da prática de promover alimento de qualidade. São desenvolvidos como forma de envolver toda a família para a adoção das experiências agroecológicas, buscando garantir a geração de renda. Os quintais produtivos expressam diversidade, marca maior da agricultura camponesa e são irradiadores da agroecologia nas comunidades.

As experiências alternativas se destacam nas atividades com a agroecologia, que se caracteriza na agricultura camponesa e pela troca desses saberes entre as famílias. O uso das práticas agroecológicas nos quintais produtivos tem influência direta na segurança alimentar e nutricional e conseqüentemente na qualidade de vida das famílias que trabalham com essa metodologia. Os quintais produtivos como práticas agroecológicas vêm garantindo também a geração de renda.

No Assentamento 10 de Abril essas experiências tiveram início com o grupo de mulheres. Atualmente elas trabalham em seus quintais, onde são desenvolvidos o plantio de hortaliças e a criação de pequenos animais como galinha e porco. Para melhor desenvolver os quintais produtivos estão sendo implantadas duas mandalas, sendo uma delas fruto do trabalho desenvolvido pela Cáritas Diocesana. Essa prática está sendo bastante utilizada como experiência agroecológica em diversas comunidades e em todo o semiárido brasileiro, e divulgado pelas instituições participantes da ASA.

Conforme Marcos (2007),

Muitas modificações são feitas nas *mandalas* instaladas. No primeiro círculo, alguns camponeses plantam bananeiras, maracujá, plantas medicinais, beralha e algumas hortaliças. Esse círculo tem também a função de quebrar o vento e proteger os patos no tanque. No segundo círculo, também encontramos fruteiras (mamão), plantas medicinais e hortaliças. Do terceiro ao sétimo círculo normalmente encontram-se produtos que serão consumidos e comercializados. No nono círculo, ao invés da cerca viva, algumas famílias cultivavam macaxeira que, além de servir como cerca, pode também ser usada para a alimentação da família e para a comercialização. Entre as plantas cultivadas existem plantas medicinais e aromáticas, como hortelã e hortelã da folha grossa, cebolinha, manjeriço, e flores, como cravo de defunto, entre outras, que têm a função de atrair insetos que podem comer as pragas ou de repelir as pragas ou insetos nocivos. (MARCOS, 2007, p. 20-21).

É com essas características que os assentados beneficiados com essa nova iniciativa agroecológica poderá melhorar sua produção com um bom aproveitamento da água, o cultivo de hortaliças e o criatório de pequenos animais – como pato e peixe – dentro da mandala.

A comercialização acontece semanalmente na feira agroecológica com produtos oriundos das comunidades. Nessa feira, os agricultores camponeses vendem sua produção direta ao consumidor como forma de garantir melhor ganho de sua força de trabalho. Essa prática está sendo ainda desenvolvida nas sedes de pelo menos dois distritos do Crato, como podemos ver na fotografia 07.

Fotografia 07- Crato - Feira agroecologica na sede do Distrito de Ponta da Serra. 2010



Fonte: Arquivo pessoal de Lima, C. E. Junho/2010

Os produtos comercializados são basicamente o que os agricultores colhem em seus quintais produtivos: i) frutas como banana, mamão, goiaba, coco e abacate; ii) legumes como abóbora, maxixe, quiabo, feijão verde, tomates, pimentões, pimentas, alface e iii) cereais como, amendoim, gergelim, fava, andu e arroz. A ideia das instituições apoiadoras é

que essa proposta possa ser desenvolvida por um número significativo de agricultores camponeses.

Durante conversa informal com os camponeses da feira agroecológica, eles afirmam que a agroecologia é uma técnica que se aplica de forma simples, e que vem desencadeando resultados que fortalecem a manutenção deles no campo. Mesmo assim, a resistência a esse modelo de produção existe, fruto principalmente de uma forte herança cultural que as famílias de agricultores carregam de considerar impossível produzir sem a utilização do fogo durante o preparo do roçado para o plantio.

Em relação ao trabalho de conscientização do não uso do fogo no preparo dos roçados, o subsecretário de agricultura do município do Crato, relata as ações que vem realizando:

Temos inclusive feito uma parceria com a ACB, com o sindicato dos trabalhadores rurais, para que possamos incentivar os agricultores trabalhadores, à agricultura orgânica, à agrofloresta. É uma coisa muito difícil porque são mais de 500 anos que o homem broca, queima e destrói a natureza. Então a gente tem clareza, que não é dentro de pouco tempo que muda essa realidade. Mais existe uma parceria. A ACB já faz um trabalho. Fez um trabalho de prevenção das matas ciliares. É com a parceria da PETROBRAS, no distrito de Santa Fé, Monte Alverne e Campo Alegre, onde rendeu frutos. Então, isso é um trabalho que nós da agricultura, a gente tem que trabalhar essa questão da agricultura diferente, porque não é proibindo o agricultor de trabalhar, é incentivando a ele mudar essa realidade, trabalhando uma agricultura diferente, uma agricultura ecológica no município do Crato. (SUBSECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DO CRATO – CE, 2010).

Essas ações são pontuais, tendo em vista o número de famílias que desenvolveram essas experiências e as que não as adotaram. As entidades da sociedade civil organizada, ligadas ao desenvolvimento rural sustentável, nas últimas décadas, incentivaram várias experiências e práticas dos agricultores camponeses pautadas na agroecologia, hoje difundida no meio rural, sobretudo no semiárido nordestino.

Como afirma Pinto (2004),

Com a crescente busca de alternativas para a convivência com o semiárido, diversas entidades governamentais e não-governamentais apresentam experiências agroecológicas exitosas, que contribuem conjuntamente na proposição de políticas públicas para o semiárido. Os sistemas agroflorestais representam hoje, através da proposição de algumas organizações do semiárido nordestino, uma política real de convivência com o ecossistema da caatinga. Incentivos governamentais já foram

criados, a exemplo da linha de crédito de investimento para a silvicultura e sistemas agroflorestais (PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar-FLORESTA) e inclusive com recomendações às instituições financeiras para que dêem preferência ao atendimento creditício das propostas que objetivarem a produção agroecológica ou orgânica. Apesar dos avanços dos modelos agroecológicos de produção nos aspectos da produção, crédito, comercialização e mercado, a adoção por parte dos agricultores e agricultoras ainda se mostra pontual e incipiente. Fatores como a baixa escolaridade dos agricultores/as, a descrença dos agricultores/as e a ausência de assistência técnica capacitada em modelos de produção agroecológicos, dificultam a disseminação das experiências agroecológicas como os sistemas agroflorestais. (PINTO, 2004, p. 19).

O PRONAF Floresta, segundo informações do Banco do Nordeste, não foi acessado nos municípios até 2010. Nessa discussão, do tema relacionado ao uso da agroflorestação, denota-se a necessidade de um relevante trabalho e envolvimento de um número maior de famílias camponesas nas atividades e práticas que estimulem a produção e a busca desse crédito diferenciado. O município do Crato e os demais municípios localizados na área de proteção ambiental da Chapada do Araripe, nesse sentido precisam desenvolver atividades que levem em conta a temática da agroecologia. Primeiro, pela necessidade da conservação das áreas não exploradas, principalmente das comunidades localizadas na Chapada do Araripe, e segundo, para recuperação daquelas que já se encontram em avançada situação de desgaste do solo, localizadas no entorno da Chapada.

No Cariri cearense as organizações não-governamentais passaram a adotar uma linha de atuação ligada ao desenvolvimento local. Conforme a coordenação da ACB, que já desenvolvia projetos de criação de pequenos animais (cabras leiteiras, porcos e abelha), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato que, por meio de articulações com outras organizações não-governamentais, despertaram para a necessidade de fundarem casas de sementes nas comunidades. De acordo com o presidente desse Sindicato:

O Sindicato sempre orienta o trabalhador para o que ele escolha e produza a sua própria semente, a do trabalhador não é a semente lá do governo. Tem assim banco de semente no município do Crato, lá em Seu Juvenal tem o banco de semente. Lá na Vila São Francisco, tem Seu Antônio de Assis. No Jenipapo tem o banco de semente e a gente sempre tem dado nossa contribuição e orientado o trabalhador para que ele tenha a semente própria dele, para quando chegar o inverno e o tempo de plantar não fique esperando. Um trabalhador que fica a vida inteira esperando pra que o governo libere a semente pra ele plantar. Quando ele às vezes vem liberar já tem dado duas, três chuvas, ele tem perdido o tempo dele. E por outra coisa também... é a questão do trabalhador ter a semente dele próprio e porque ele guarda o tanto que ele puder guardar, né? Ele não tem negócio, quando chover ele planta de novo, ele planta no tempo. Tem pessoas acompanhando, técnicos, que ficaram ignorando porque quando choveu o trabalhador estava com a semente ali, foi e

plantou, aí não deu pra germinar, a que germinou morreu, aí ficou culpando e disse que o trabalhador era muito vexado; se não tivesse se apressado demais, não tinha perdido a semente. Então, o que a gente aconselha para o trabalhador é que ele tenha a semente dele, ele selecione a semente dele, porque a semente dele é que é a verdadeira. (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO CRATO, 2010).

Nesse entendimento, o agricultor camponês cria estratégias de trabalho e assegura a permanência de sementes tradicionais mantidas pelas associações e pelos conselhos de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos próprios agricultores.

Em relação à casa de semente no Sítio Jenipapo, o senhor José Maquias afirma o seguinte:

Inclusive aqui estão se preparando pra fazer uma casa de semente. Mas até agora não fizeram, porque inventaram de fazer esse ano, e esse ano não houve nem legume. (SR. JOSÉ MALAQUIAS – SÍTIO JENIPAPO, 2010).

As organizações não-governamentais que trabalham a agroecologia disponibilizavam de poucos recursos para divulgar e desenvolver as práticas agroecológicas: quintais produtivos, mandalas, agroflorestas, casas de sementes e a criação de animais de pequeno porte. Contudo, o STTR do Crato e a ACB, estão entre as instituições que formam Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará (RIS-CE), coordenada pelo ESPLAR, conseguiram articular algumas comunidades para participar de encontros estaduais, culminando com feiras e trocas de sementes crioulas, sementes tradicionais entre os participantes e, assim, animando essas comunidades para a criação de suas casas de sementes.

A criação das casas de sementes estava relacionada também à formação para a cidadania, e passou a incluir a discussão da agroecologia, uma prática inovadora que consiste na utilização racional das terras, na recuperação das áreas já comprometidas com o desgaste do uso demasiado. Essa prática foi desenvolvida em localidades de experiência da própria ACB e dos seus membros que, com um trabalho conscientizado da prática sustentável de produção, despertou nos agricultores camponeses a importância do uso sustentável de suas pequenas propriedades. A prática melhora a qualidade do produto e ao mesmo tempo garante o entendimento de programas que os órgãos governamentais de defesa do meio ambiente – como o IBAMA – já defendiam, visto que esses municípios nos quais a ACB atua estão enquadrados em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Ainda sobre a discussão sobre a agroecologia, Marcos (2007) afirma:

No caso da agroecologia, um dos pontos que merecem maior atenção é o uso das sementes. Para que se possam cultivar produtos verdadeiramente agroecológicos, o ideal seria dar preferência ao uso das sementes *crioulas*, obtidas através do método de seleção *massal*, que consiste em coletar as sementes que demonstraram ao longo do tempo uma ou mais características desejáveis como potencial de alto rendimento ou resistência a doenças, para plantá-las na safra seguinte. As sementes *crioulas* são adaptadas às condições locais e possuem, internamente, maior variabilidade genética quando comparadas às variedades obtidas por outros métodos. Além disso, elas atendem a um dos princípios básicos da agroecologia, o de desenvolver plantas adaptadas às condições locais da propriedade, capazes de tolerar variações ambientais e ataques de organismos prejudiciais. Outro aspecto importante consiste na maior autonomia do agricultor, que pode coletar as sementes dessas variedades e replantá-las no ano seguinte, adquirindo maior independência do mercado de insumos e gerando um material que, com toda sua variabilidade genética, se torna cada vez mais vigoroso e adaptado ao seu tipo de solo e clima. (MARCOS, 2007, p. 6).

Desenvolvidas por grupos de agricultores camponeses e coordenadas pela ACB, as feiras agroecológicas são realizadas na sede do município do Crato e nas sedes de pelo menos dois distritos, Ponta da Serra e Santa Fé, e contam com produtos oriundos de diversos grupos produtivos. Nasceram da experiência de organização dos trabalhadores rurais, fomentada por meio de atividades educativas e organizativas promovidas pela ACB, experiência que desencadeia a necessidade de melhoria da qualidade dos produtos da agricultura camponesa e o uso sustentável da terra. Conforme relato,

Aqui no Crato nós temos um acompanhamento com os agricultores orgânicos que trabalham aqui. Vendem os produtos aqui na nossa feira de produtos orgânicos, que acontece na sexta-feira, inclusive hoje foi um dia de feira, terminou há pouco. E a gente tem alguns agricultores familiares, então são incluídos também no nosso projeto de Agroflorestação. Eles estão produzindo muito. O que eles produzem, tira da alimentação e o excedente tão vendendo aqui na feira. Fora isso a gente tá trabalhando o programa do P1MC aqui, que é o Programa 1 Milhão de Cisternas, aqui no Crato; estamos trabalhando todas as comunidades que estão mais carentes de água, que têm difícil acesso à água. (ASSIS BATISTA, MEMBRO DA EQUIPE DA ACB, 2010).

A relevância da feira e das ações como a construção de mandalas nos quintais, captação d'água e a criação de pequenos animais e vem levando várias comunidades a se organizar e a propor a organização da produção e o contato direto entre o consumidor e o produtor, eliminando a figura do atravessador, o que possibilita uma renda maior para o agricultor.

As experiências no Crato e nos municípios circunvizinhos, incentivadas pela ACB, proporcionaram, em conjunto com o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à

Desertificação, com o Fórum Cearense pela Vida No Semiárido e com a Articulação do Semiárido (ASA), a realização em 2006, na cidade do Crato, do XI ENCOSA (Décimo Primeiro Encontro Nacional da Articulação do Semiárido), tendo em vista as experiências de resistência que são desenvolvidas, nos municípios nordestinos, para a convivência com o semiárido. Nesse evento, tendo por base a experiência da ACB, foram programadas feiras de produtos da agricultura camponesa, oficinas de relações étnicas raciais, gênero e tecnologias alternativas, bem como visitas às experiências trabalhadas no Cariri pela ACB.

O XI ENCOSA, que tinha como participantes agricultores camponeses, lideranças das organizações não-governamentais de todo o Nordeste, além de técnicos e assessores, culminou com o encaminhamento dessas experiências vividas no Cariri e em todo Nordeste para a elaboração de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e a convivência com o semiárido, com base nas trocas de saberes e sabores além das vivências já trabalhadas por agricultores camponeses.

Pode-se considerar a agricultura camponesa como segmento que aglutina experiências e estratégias de um modelo de desenvolvimento rural pautado na lógica da sustentabilidade, que leva em consideração a convivência com o semiárido, no caso do Nordeste brasileiro, com o uso racional dos recursos naturais e, sobretudo, com a resistência e a permanência dos povos no campo.

Sobre a convivência com o semiárido, a técnica da EMATERCE do Crato afirma que:

É a questão da educação do homem para se apropriar das tecnologias e desenvolverem com mais autonomia suas atividades né? Conseguir unir o saber popular que o homem já tem adquirido ao longo da existência e o conhecimento técnico-científico que é repassado pelos nossos técnicos diariamente. Então a consolidação desses dois saberes é que leva o grande aprendizado. Nós temos também trabalhado as diversidades de cultura. A cultura alimentar tem trazido para os eventos, para as feiras. (TÉCNICA DA EMATERCE, 2010).

O Estado brasileiro vem assumindo compromisso do reconhecimento do agricultor camponês, atendendo em parte as reivindicações propostas pelas articulações dos movimentos sociais, que estabeleceram permanentes frentes reivindicatórias para obtenção de benefícios que garantissem o fortalecimento dessa categoria. A busca de estratégias de

produção na agricultura camponesa tem nos últimos anos levado as famílias a desenvolverem diferentes formas de lutas e enfrentamentos com os poderes constituídos. A forma de como se relacionar com a natureza e os meios de produção propiciaram os agricultores a refletir sobre como melhorar a produção e ao mesmo tempo aumentar essa produção. As famílias na maioria das vezes tiram o sustento da terra, daí a necessidade do trabalho com práticas novas que permitam a fixação desses camponeses no campo.

A agricultura camponesa promove a dinâmica nas feiras locais dos municípios, desencadeando a circulação de alimentos e o equilíbrio do preço de mercado dos alimentos, mesmo que o preço mínimo de seus produtos não seja garantido pelo Estado. É nesse ponto que os camponeses deixam a sua renda com a figura do atravessador. Recentemente, muito se tem falado de práticas alternativas de produção para os agricultores camponeses, tais como a diversificação com o plantio de frutas nativas, a utilização dos recursos naturais disponíveis manejando, conservando e produzindo na vegetação nativa.

Entre as alternativas de produção, estão as que se relacionam com a sobrevivência e as mudanças das práticas tradicionais de cultivo:

O Sindicato mostra as alternativas que tem, porque o trabalhador tem condições de ter um criatório de pequenos animais, ele tem condições de criar uma vaca pra sobrevivência dele né, do leite; tem condições também de ter um plantio de fruticultura. A questão também do artesanato e tudo isso daí são alternativas. E dentro do trabalho também que a gente tem como alternativa é o trabalho ao respeito ao meio ambiente e a questão dos defensivos natural, né? Para que não atinge o meio ambiente. Mas as alternativas que a gente tem é isso para o trabalhador melhorar a situação na questão no que diz respeito à questão do trabalho dele a cultura com que ele vai trabalhar, que não fique ali, concentrada na questão do milho e do feijão, que trabalha é!...o plantio de sequeiro, né? A gente sabe que tem lugar, tem região que tem água que dá pra trabalhar no inverno e se trabalhar no verão. (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DO CRATO, 2010).

As alternativas de produção baseadas na agroecologia podem ser visualizadas nas experiências desenvolvidas no Assentamento 10 de Abril, que desenvolve várias ações relacionadas às orientações do sindicato e das instituições parceiras, como a agrofloretação, acompanhadas pela ACB; mandalas, estimuladas pelos técnicos da Cáritas Diocesana; quintais produtivos, trabalhados pelas mulheres que produzem hortaliças e que são cadastradas e participam das feiras agroecológicas. Existe ainda a casa de semente e a criação de abelha, financiada pelo PRONAF. A ideia de uma justa distribuição da terra está relacionada também à prática do modelo agroecológico de trabalhar a terra, de fortalecer a

agricultura camponesa. Nesse sentido, o trabalho do agricultor é aos poucos modificado por outras atividades que possibilitam a prática de uma agricultura sustentável, embora de maneira tímida.

Dentro das práticas mencionadas, o conjunto de iniciativas tecnológicas da agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes saberes, inclusive o saber popular, permitindo tanto a compreensão.

A análise e a crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem clara e objetiva das instituições divulgadoras, dos agricultores camponeses e de suas instituições representativas.

As atividades agroecológicas e produtivas do Assentamento 10 de Abril são desenvolvidas com algumas experiências que favoreceram a vida na comunidade. Contudo, o crescimento das condições econômicas de seus membros ainda não se destaca comparado ao dos moradores próximos.

As práticas agroecológicas são fortes aliadas para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses que adotam essas técnicas e iniciativas. Essas experiências estão em andamento em diversas comunidades da região do Cariri e em outros estados do Nordeste e do Brasil.

O Assentamento não dispõe de estrutura que criem condições, de imediato, aumento da produção para o consumo e para a comercialização. As práticas de produção na época anterior à criação do Assentamento eram relacionadas à pecuária em larga escala e provocaram um desgaste acentuado na maior parte da área total do Assentamento, que praticamente não manteve uma determinada parcela de reserva legal. A paisagem local predominante é a catinga. Inexistem árvores de grande e médio porte. Entretanto, há o interesse por parte de alguns de valorizar a execução de experiências desenvolvidas por outras comunidades. De acordo com Silva e Alencar (2009),

Os assentados conseguiram a implantação de projetos importantes para o desenvolvimento da nova comunidade, diversificaram a produção e aproveitam melhor a potencialidade do imóvel, já que nessa terra não seria possível sobreviver apenas do cultivo agrícola, pois os solos são rasos e muito acidificados. Assim, o Assentamento 10 de Abril que se organizou em torno do trabalho coletivo,

integrando todos no processo de produção, desenvolve as atividades de apicultura, caprinocultura, pecuária cultivada em área irrigada, e pretende implantar um projeto para se trabalhar com piscicultura, aplicando parte do que arrecada na melhoria do assentamento, trazendo benefícios para toda a comunidade. (SILVA E ALENCAR 2009, p.138)

Apesar desses projetos importantes, poucos deles tiveram continuidade para que fossem fortalecidos e desenvolvidos com um número significativo de famílias. A explicação dada para essa descontinuidade é que o local caracteriza-se por ser uma vasta área de terras de difíceis condições de uso, de acordo com a citação o que desestimula alguns assentados.

Assim, pode-se destacar as seguintes experiências agroecológicas trabalhadas no Assentamento 10 de Abril. A apicultura pode ser trabalhada conjuntamente com a agroflorestação. Atualmente a apicultura é uma atividade praticada, mas totalmente consorciada à agroflorestação. Segundo alguns assentados, no período de grandes estiagens as colmeias são levadas para a Serra do Araripe, e no período de floração da vegetação local elas permanecem no Assentamento. Com esse manejo, é possível se fazer até duas colheitas de mel por ano.

A ACB tentou desenvolver no Assentamento a prática com agroflorestação, o que despertou o interesse de alguns moradores, mas poucos seguiram as instruções passadas em cursos e oficinas realizadas pelos técnicos. O que se verificou foi uma reduzida área trabalhada com essa experiência, dada a resistência dos camponeses a essas inovações até então desconhecidas por eles.

O trabalho da casa de semente no Assentamento 10 de Abril não foi encaminhado a contento, pois teria sido nesse propósito um mecanismo auxiliar na manutenção de várias sementes crioulas de cereais e de plantas nativas, que ajudariam na conservação de determinadas espécies. Esse trabalho e incentivo foram estimulados no Assentamento e em mais oito comunidades do município do Crato, por meio da Rede de Intercâmbio de Semente do Ceará (RIS-CE).

Os quintais produtivos substituíram o grupo de trabalho de mulheres. Com essa decisão elas passaram a produzir individualmente e a comercializar a produção na feira agroecológica, semanalmente promovidas pela ACB na sede do município do Crato. Uma das

assentadas que mais se destacaram foi a Dona Ana, que participou efetivamente desde o início da iniciativa.

Fotografia 08 - Crato - Assentamento 10 de Abril.

Dona Ana no quintal produtivo. 2011



Fonte: Arquivo pessoal de Lima, C. E. Julho/2011

O trabalho desenvolvido por Dona Ana conta também com o auxílio eventual de sua filha adolescente e de outra companheira assentada que cultiva os canteiros com as mais diversas hortaliças.

No início existiu um grupo de mulheres que trabalhava nessa mesma atividade. Com o passar dos anos a maioria foram se afastando e somente duas permaneceram

cultivando. Em seguida teve início as feiras agroecológicas o que contribuiu para a manutenção e estímulo para Dona Ana que já realizou várias viagens de intercâmbio e de troca de experiência para o trabalho com quintais produtivos.

Entre as propostas de uso da agroecologia existe o trabalho com mandalas, que geralmente está relacionado com os quintais produtivos e a comercialização dos produtos. A ideia de implantação das mandalas no Assentamento está sendo aprofundada mais neste ano, através de pequenos projetos desenvolvidos com o apoio da Cáritas Diocesana através do Projeto Solares, para atividades produtivas.

Fotografia 09 – Crato - Assentamento 10 de Abril - Mandala do Grupo de Jovens
Projeto Solares. 2011



Fonte: Arquivo pessoal de Lima, C. E. Julho/2011

Um dos maiores problemas são qualidade desses alimentos e à distância para se adquirir hortaliças e frutas. Daí a importância de iniciativas como essas.

A idéia da construção de mandalas está relacionada à produção na perspectiva agroecológica. Permitirá também a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis bem como a geração de renda para os jovens envolvidos. Além dessa iniciativa o projeto está implantando uma rádio local com o intuito de promover o protagonismo juvenil através da comunicação e da cultura.

CONCLUSÃO

A agricultura camponesa tem em sua constituição um forte expoente de resistência ao longo dos anos. As investidas do capital e a manipulação dos agentes construtores das políticas públicas para o campo impediram o avanço da conquista e da redenção desse setor da classe trabalhadora. As demandas e os embates tornaram-se permanentes no que se refere à criação de um programa de política agrária que favoreça esse segmento da sociedade. Por outro lado, o Estado desenvolveu programas que beneficiaram, em parte, as famílias rurais, como o PRONAF, que foi observado nesta pesquisa por ocasião da execução das atividades de escrita, entrevistas e diálogos com órgãos governamentais e não-governamentais, e principalmente com agricultores camponeses, pequenos proprietários e assentados no município do Crato.

Pode-se afirmar que, mesmo com os avanços na política de crédito do Estado, ainda existe a necessidade de políticas públicas voltadas diretamente para esse setor da economia, desde que sejam políticas de caráter mais efetivo e que de fato estejam ligadas à realidade das famílias que moram no campo. O PRONAF não superou as expectativas dos camponeses e nem mesmo substituiu a contento o PRONERA. Ao contrário, deixou os trabalhadores assentados mais vulneráveis às regras bancárias do mercado. O acesso ao PRONAF ainda não é uma realidade para boa parte dos agricultores camponeses e suas famílias. A falta de oportunidade de geração de renda está ligada diretamente ao acesso à terra, que ainda permanece na titularidade de poucas pessoas que concentram terras, recursos hídricos e conseqüentemente o crédito.

Com mais de 14 anos de criação, os gestores desse programa não conseguiram amortizar de maneira justa os dividendos da maioria dos agricultores camponeses, que encontram dificuldades de quitar seus débitos a ponto de chegar a vender animais de criação e legumes, comprometendo assim suas economias para não se tornarem inadimplentes nos bancos. Nesse sentido, torna-se necessária uma readequação dessa política de crédito, levando em consideração melhores prazos e juros bem mais diferenciados que possa readequar regras relacionadas à territorialidade do camponês nordestino, que encontra dificuldade para conviver com as irregularidades pluviométricas.

Torna-se necessário mais apoio à inovação tecnológica em agroecologia e nas demais iniciativas que se relacionam a essa nova estratégia de permanência no campo, com práticas e soluções para os mais diversos problemas enfrentados pelos agricultores camponeses como fertilidade da terra, criação de animais pequeno porte (apicultura e avicultura), bem como apoio aos quintais produtivos com a utilização de práticas de captação d'água no período chuvoso, por meio de cisternas de placas e o uso de mandalas na produção de alimentos.

Por fim, é necessário que as linhas de crédito para os agricultores camponeses contemplem todas essas iniciativas de produção e que assim fortaleça substancialmente a permanência dos agricultores no campo, como o PRONAF Floresta, que prevê beneficiar as unidades de produção que trabalham com a agroecologia e que de fato beneficie a camponeses.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, F. A.G. de. **(Re) Construindo o rural no Ceará.** In SILVA, J.B da et al **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p.18
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Cortez. 7. ed., 2005.
- CORDEIRO, Domingos Sávio de. **Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão.** Fortaleza: Editora da UFC, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Questão Agrária no Limiar do século XXI. **Revista Espaço e Geografia.** Ano 04. Número 1 (2001). Brasília. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2001.
- FRANCA, Manoel Jorge Pinto da In: SOUZA, de Gerusa Sátiro (Org). **O Mercado agroecológico no Cariri Cearense.** Crato. ACB, 2004.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
- MARCOS. Valéria de., Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Revista Agrária.** Geografia Humana da FFLCH/USP São Paulo, nº 7, 2007 pp. 4-32.
- MATTEL, L. **Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores.** Brasília: NEAD, 2006
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MESQUITA, Helena Angélica de. **A Luta Pela Terra no País do Latifúndio: Quando Um Conflito Por Terra Se Torna Um Massacre Contra Trabalhadores. Rondônia, 1995**

CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária. UFG v.3, n. 6, p. 109-124, ago. 2008.

MOTTA, Márcia. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re) construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, CPDA. 2001, p.2

NEVES, Delma Pessanha. **Diferenciação Sócio-Econômica do Campesinato**. Revista Ciências Sociais Hoje, 1985. Anpocs, Cortez Editora, 1985: p.220-241.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra reforma agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil** Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP. 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Agricultura e Indústria no Brasil** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, UFG. v. 5, n.10, 2010 p. 5-64.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**, 26ª Edição, São Paulo, Brasiliense, 1981

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. SILVA, Judson Jorge da. **Assentamentos 10 de abril e serra verde: Experiências de reforma agrária no Cariri – Ceará in: Anais do XIX ENGA**, São Paulo, 2009.

SECRETO, Maria Verônica, e et al (org), **O campo em debate: Terras, homens, lutas**: In: NAVES, Flávia. Rio de Janeiro: Mauad X. 2008

SIGAUD, Lygia. **Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste**. In: Anuário Antropológico. No 79. Rio de Janeiro: 1981.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004 p.191

STEDDILE, João Pedro. (Org.) **A Gestão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006 p.12

SILVA, Judson Jorge da. **Assentamento 10 de Abril em Crato (ceará): o sonho de um novo Caldeirão** In: Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, SP, 2005

SILVA, Judson Jorge da. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do Sonho à Devastação, Onde Tudo se (Re)Constroi: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri-CE**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 12, nº. Jan.-jun./2009, 14 pp. 125-141

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do financiamento da Agricultura Familiar na produção, ocupação e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2009, p.69

WANDERLEY, M. de N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

DOCUMENTOS E SITES PESQUISADOS

Crédito para Agricultores **Diário Do Nordeste Online / Caderno Regional**

Fortaleza 29 de ser. 2010.

Disponível em<<http://www.diariodonordeste/regional.globo.com>

Acesso em 17. Nov. 2010 14:16

PRONAF Dez Anos Depois: Resultados e Perspectivas (2005):

Avaliação do PRONAF Infra - estrutura e Serviços. Iván G. Peyré O conceito de território para a análise do PRONAF. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A169.pdf>
Acesso em: 05 mai. 2011.15:32

- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Sec. da Agricultura Familiar– SAF**
Disponível em:<<http://www.mda.org.br>>. Acesso em: 03 mar. 2011.13:30

- Coordenação Geral de Políticas Públicas do IPEA. **Planejamento e Políticas Públicas** nº15- jun de 1997. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 26 fev. 2011. 21:05.

-Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php>

Acesso em 23 mar.2011. 13:35

-Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE

Imagens Municipais Disponível em:<<http://www.ipece.ce.org.br/categoria5/imagens/>

Acesso em: 03 mar. 2011.09:43

-Reforma Agrária Interessa ao Campo e à Cidade

Disponível em:<<http://www.assembleiapopular.org./index.php/camponent/article/59-informes4/169-reforma.agraria.interessa.ao.campo.e.a.cidade.html> Acesso em: 04 abr.2011 14:23

APÊNDICE

**PESQUISA: A AGRICULTURA CAMPONESA, O PRONAF E INICICATIVAS
AGROECOLOGICAS NO MUNICIPIO DO - CRATO -CE.**

**ENTREVISTA COM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS -
SOBRE A COMUNIDADE: ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL**

3 - Quais as linhas de crédito do PRONAF foram aprovadas para o Assentamento 10 de Abril?

4-Quantos projetos foram aprovados e estão sendo executado na Comunidade no Assentamento 10 de Abril?

5- Esse projeto contribui para permanência dessas famílias no campo?

6- Como está sendo o acompanhamento dos projetos aprovados pelo PRONAF no Assentamento 10 de Abril?

**PESQUISA: A AGRICULTURA CAMPONESA, O PRONAF E INICICATIVAS
AGROECOLOGICAS NO MUNICIPIO DO - CRATO -CE.**

QUESTIONÁRIO PARA OS LIDERES DA ASSOCIAÇÃO

COMUNIDADE: Assentamento 10 de Abril

- 1- Como é denominada essa Comunidade? Por quê?
- 2- Quando foi criada?
- 3- Como as famílias chegaram aqui?
- 4- Qual a origem dessas famílias?
- 5- Como o (a) senhor (a) define a forma de trabalho no campo da maioria das famílias aqui residentes? Coletiva ou Individual?
- 16- Quais os principais produtos da comunidade?
- 6- Em sua opinião a produção agrícola na comunidade geralmente é suficiente para manter a renda das famílias? Há excedente? O que é feito com ele? Se não, o que vocês fazem para complementar a renda?
- 7- Em relação à produção, as famílias vendem no comércio/feiras ou vende a um atravessador? Como?
- 8- Qual o tipo de semente as família usam? Por quê?
- 9- Qual a política do Governo que o (a) senhor (a) mais acredita ser importante para as famílias da comunidade? Por quê?
- 9.1- O senhor (a) sabe o que é o PRONAF?
- 10- As famílias conhecem as linhas de crédito do PRONAF?
- 11- Quantas famílias acessaram os recursos do PRONAF?

12- Quais os outros recursos e programas foram acessados pelas famílias para atividade agrícola? Qual mais importante?

13- Ao acessar o PRONAF ou outros programas, as famílias encontraram dificuldades? Quais?

14- As famílias encontram dificuldades na execução dos Projetos do PRONAF? Quais são? E por quê? O que fazem para superar as dificuldades?

15- As famílias contam com assistência técnica? Quem realiza? Como é o acompanhamento? Qual periodicidade das visitas?

**PESQUISA: A AGRICULTURA CAMPONESA, O PRONAF E INICICATIVAS
AGROECOLOGICAS NO MUNICIPIO DO - CRATO -CE.**

FORMULÁRIO DA PESQUISA: A AGRICULTURA CAMPONESA, O PRONAF E
INICICATIVAS AGROECOLOGICAS: NO MUNICIPIO DO - CRATO -CE.

DATA ___/___/___

DADOS DA FAMÍLIA:

Nome _____

Quem é Cadastrado no Programa de Reforma Agrária?: Mulher () Homem ()

Estado civil: Casado (a) () Separado(a) () viúvo(a) () Desquitado(a) () União Estável ()

A - PERFIL SÓCIO ECONOMICO DA FAMILIA:

1)- MEMBRO DA FAMÍLIA (Qant.): ()

2)SEXO (Qant.): M () F ()

3)IDADE (Qant.): 0 a 7() 8 a 14() 15 a 21()
22 a 28() 29 a 35()
36 a 42() 43 a 49()
Acima de 50 ()

4) COR (Qant.): Preta () Parda () Branca ()

5)ESCOLARIDADE (Qant.):

Não alfabetizado ()

Fund. Incompleto ()

Fund. Completo ()

Médio Incompleto ()

Médio Completo ()

() ()

6) PROFISSÃO(Qant.):

Agricultor (a) ()

Estudante ()

Outras () _____

7) RENDA FAMILIAR(Qant. Salários):

0 a 2 ()

5 a 6 ()

2) QUE ATIVIDADE O SENHOR(A) DESENVOLVE
ANTES DE SER BENEFICIADO(A) POR ESSE PROGRAMA?

a-() Arrendatário(a)

b-() Parceiro (Pagava renda)

c-() Morador / Pequena Propriedade

d-() Outros _____

3)-POR QUE ESCOLHEU ESSE LUGAR PARA
TRABALHAR?

4) COMO É A VIDA NA COMUNIDADE?

**C- SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA RECEBIDA NOS
PROJETOS:**

<p>3 a 4 () Acima de 7 ()</p> <p>8)RECEBE BOLSA FAMÍLIA? a)-Sim () b)-Não ()</p> <p>9)MEMBROS SINDICALIZADOS (Quant.): M () F ()</p> <p>10) MEMBROS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO (Quant.): M() F()</p> <p>B - INFORMAÇÕES SÓCIO-TERRITÓRIAL:</p> <p>1)-COMO O SENHOR (A) CHEGOU AQUI NESSA COMUNIDADE</p> <hr/>	<p>1)-QUAL EMPRESA EXECUTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA a- () EMATECE b-() AGROPÓLOS c-() Outros_____</p> <p>2) A ASSISTÊNCIA TÉCNICA RECEBIDA É CONSIDERADA: a-() Ótima b-() Boa c-() Regular e-() Ruim</p> <p>3) COMO É A REGULARIDADE DAS VISITAS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</p> <hr/> <hr/>
<p>2) EM QUAL LOCALIDADE O SENHOR(A) E SUA FAMÍLIA VIVIAM ANTES?</p> <hr/>	<hr/> <hr/>

<p>D- PRONAF</p> <p>1-O QUE SIGNIFICA O PRONAF PARA O SENHOR (A)?</p> <hr/> <p>2-O SENHOR (A) E SUA FAMÍLIA JÁ ACESSARAM O PRONAF? a-() Sim b-() Não</p> <p>Caso Positivo: Quando? Por quê? Qual valor?</p> <p>3. QUAL MODALIDADE DO PRONAF FOI ACESSADA? () PRONAF A () PRONAF B () PRONAF C () PRONAF Mulher () PRONAF jovem () _____</p>	<p>4. TEVE DIFICULDADE PARA ACESSAR O PRONAF? a-() Sim b-() Não Por quê?_____</p> <p>5- SUA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GERALMENTE É SUFICIENTE PARA MANTER A FAMÍLIA E QUITAR O PRONAF? a)- () Sim b)- () Não POR QUÊ?_____</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
---	---